

ANIMUS

revista
interamericana
de comunicação
midiática

v. 1, n. 2, julho-dez 2002

ISSN 1677-907X

ANIMUS

revista
interamericana
de comunicação
midiática

v. 1, n. 2, julho-dez 2002



UFSM

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS**

Reitor - Paulo Jorge Sarkis
Diretor do CCSH - Ronaldo E. Morales

Editora

Ada C. Machado da Silveira: Univ. Federal de Santa Maria (Brasil)

Conselho Editorial

Adair Caetano Peruzzolo: Universidade Federal de Santa Maria (Brasil)

Alfredo Alfonso: Universidad Nacional de La Plata (Argentina)

Eugenia M. da Rocha Baricello: Universidade Federal de Santa Maria (Brasil)

Gaspar Bianor Miotto: Universidade Federal de Santa Maria (Brasil)

Gisele Marchiori Nussbaumer: Universidade Federal de Santa Maria (Brasil)

Ivaine Maria Tonini: Universidade Federal de Santa Maria (Brasil)

Lorenzo Vilches: Universitat Autònoma de Barcelona (Espanha)

Marcia Franz Amaral: Universidade Federal de Santa Maria (Brasil)

Maria Ivete Trevisan Fossá: Universidade Federal de Santa Maria (Brasil)

Muniz Sodré: Universidade Federal do Rio de Janeiro (Brasil)

Olga Guedes: Liverpool John Moores University (Inglaterra)

Rogério Ferrer Koff: Universidade Federal de Santa Maria (Brasil)

Rondon Martin Souza de Castro: Universidade Federal de Santa Maria (Brasil)

Sergio Capparelli: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Brasil)

Veneza V. Mayora Ronsini: Universidade Federal de Santa Maria (Brasil)

Animus : revista interamericana de comunicação midiática /
Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências
Sociais e Humanas. - - Vol. I, n. 2 (julho/dez. 2002)- . -
- Santa Maria, NedMídia, 2003-
v.

ISSN 1677-907x

Semestral

CDU : 316.77(051)

Ficha elaborada por Maria Alice de Brito Nagel, CRB 10-588

Produção:

Núcleo de Editoração Multimídia
NEdMídia

Cidade Universitária - UFSM
Camobi, Santa Maria - RS - Brasil
Fone/fax: 55 220 8491
CEP: 97105-900
poscom@ccsh.ufsm.br

Capa
Andrés Toma Ponte
Impressão
Gráfica Universitária
Fotolitos
Fotoligraf

Impresso no Brasil - 2003

Sumário

Editorial	7
Minorias Flutuantes. Novos aspectos da contra-hegemonia Raquel Paiva	9
La globalización en clave cultural: una mirada latinoamericana Jesús Martín-Barbero	23
Communication, Cultural Identity and the State in Latin America: a perspective from Europe Philip Schlesinger and Nancy Morris	53
Medios de comunicación y formación de identidades culturales en el México global Maria de la Luz Casas Pérez	93
Representações identitárias e o giro da virtualidade: as tecnologias geradoras de intertextos culturais Ada Cristina Machado da Silveira	111

Editorial

"Prompto et alacri animo"

Cícero

Propusemos como tema deste segundo número de ***Animus*** a preocupação de nossa linha de pesquisa intitulada *Mídias e identidades contemporâneas*. Nela, propomos o estudo das diversas manifestações de identidade, seja por sua abordagem teórica, seja por seus trabalhos empíricos, embasados em diversas perspectivas teórico-metodológicas dedicadas ao exame dos usos sociais dos meios de comunicação.

Neste propósito, apresentamos a seguir um conjunto de reflexões que envolvem, de alguma maneira, reflexões sobre preocupações com as identidades contemporâneas e seus desafios no contexto globalizado, no qual a incidência de processos midiáticos muito contribui para sua complexidade.

Raquel Paiva parte do conceito qualitativo de minoria como uma posição marcada no interior do campo de luta pela hegemonia. Abordando identificações tidas como "mulheres" ou "negros", ela as interpela em sua condição de "minorias". Sua ação contra-hegemônica as faz "flutuantes", ou seja, atuando em meio a um novo tipo de ativismo social.

A reflexão de **Jesús Martín-Barbero** foi apresentada na Mesa de Encerramento - intitulada "Globalização e diversidade cultural: uma utopia?" - do *Colóquio Internacional BUGS 2001*, um evento que também foi afetado pelo 11 de setembro de 2001. Transferido de 18-23 de setembro de 2001 para 22-27 de abril de 2002, ele bem antecipava a necessidade de contrapor aspectos da Globalização aos do Pluralismo. Num memorável debate conduzido por Marc Raboy, da Universidade de Montreal, três pesquisadores que há 30 anos enfrentam-se em posições distintas remarcaram suas posições: J. Martín-Barbero, Armand Mattelart e Eweret Rogers e ainda o canadense Michel Freitag. Armand Mattelart apresentou, na oportunidade, aspectos que já haviam sido analisados num livro seu, publicado em 1994, no Brasil, como ele próprio destacou, intitulado *Comunicação-Mundo*, e Eweret Rogers, muito conhecido já nos anos 60, na *Comunicação para o Desenvolvimento*, deteve-se numa análise sobre o uso da Internet em comunidades ditas "sub-desenvolvidas", como exemplificou com um caso do interior mexicano. Martín-Barbero, que manteve contatos com Rogers quando atuava como primeiro presidente da Associação Latino-americana de Investigadores da Comunicação (ALAIIC), teve a oportunidade de recordar a diversos pontos de discordância com ambos pesquisadores. Seu artigo trata da globalização e do tecnicismo, abordando as reconfigurações do poder e da propriedade, indagando se haverá lugar para nosso espaço cultural latino-americano.

Phillip Schlesinger e Nancy Morris realizam um trabalho de sistematização das grandes abordagens de autores latino-americanos reconhecidos no ambiente anglo-saxão sobre o tema das representações identitárias e o contexto latino-americano, fazendo-o expressamente a partir uma perspectiva européia.

María de la Luz Casas revisa o conceito de identidade cultural na era da globalização e o impacto tecnológico observado no que se entende como identidade cultural. Ela escolheu uma emocionante cena do comparecimento da Comandante Esther ao Parlamento Mexicano, que significou a primeira ascensão de uma representante das comunidades indígenas àquele espaço. O momento foi transmitido ao mundo via Internet e, casualmente, vem a ser um dos exemplos citados por Raquel Paiva em sua análise das minorias flutuantes.

Ada C. Machado da Silveira reflete sobre os pressupostos pelos quais as representações midiáticas atuam na construção das identidades e as repercussões sentidas com o advento e proliferação dos recursos multimídia. A reflexão apresenta como as representações e simulações desencadeiam vários aspectos operantes na construção das identidades e as implicações de sua ação de intertextos culturais.

Agradecemos a diversas instituições a cedência dos direitos dos artigos presentes nesta edição:

- Ao grupo GRICIS, da Universidade do Quebec em Montreal, organizador do BUGS 2001, em Montreal, Canadá, e à Universidade de Laval, Canadá, que está produzindo as atas do evento, agradecemos a autorização para publicar o artigo de Jesús Martín-Barbero;

- À *Asociación Mexicana de Investigadores de la Comunicación* a permissão para divulgar o artigo de María de la Luz Casas Pérez, publicado em 2002 numa coletânea de vários autores;

- O artigo de Philip Schlesinger e Nancy Morris surgiu de contatos mantidos pela a Prof. Veneza V. Mayora Ronsini, de nosso Conselho Editorial, e foi publicado primeiramente numa coletânea por Ashgate, aos quais agradecemos igualmente.

Reiteramos nosso desejo de estar animando o intercâmbio de idéias, fomentando a difusão de argumentos que venham a conceder solidez a um princípio de unificação da nossa área de conhecimento.

Apresentamos, nas páginas finais desta edição, as condições de envio e análise de artigos para nossas futuras edições.

Ada Cristina Machado da Silveira
Editora

revista
interamericana
de comunicação
midiática

ANIMUS

Minorias flutuantes Novos aspectos da contra-hegemonia

Raquel Paiva

Resumo

Parte-se do conceito qualitativo de minoria como uma posição marcada no interior do campo de luta pela hegemonia, isto é, pela dominação consensual. As identificações nomeadas como "mulheres", "negros" etc., são minorias na medida em que emergem contra-hegemonicamente e, retomando uma expressão foucaultiana, fazem "ressurgir o acontecimento" no que ele pode ter de único e agudo. Minorias flutuantes são aquelas surgidas no âmbito de um novo ativismo social, caracterizado pela associação entre comunidades efêmeras e o ciberespaço.

Palavras-chave: minorias - hegemonia - contra-hegemonia

Resumen

Se parte del concepto cualitativo de minoría en tanto que una posición enmarcada en el interior del campo de lucha por la hegemonía, vale decir, por la dominación consentida. Las identificaciones nombradas como "mujeres", "negros", etc, son minorías a la medida en que emergen contra-hegemonicamente y, retomando una expresión foucaultiana, hacen "resurgir el acontecimiento" en aquello que puede tener de único y de agudo. Minorías fluctuantes son aquellas que surgen en el ámbito de un nuevo activismo social, caracterizado por la asociación de comunidades efímeras y el ciberespacio.

Palabras clave: minorías - hegemonía - contra-hegemonía

Abstract

Considering the qualitative concept of minority as a position settled in the inner of the fight for hegemony, that is, by consensual domination. Identifications named as "women", "Black people", etc, are minorities as they arise anti-hegemonically and make resurge the happening in what it can have as unique and sharp. Floating minorities are those in the scope of a new social activism, characterized by the association of ephemeral communities and the cyberspace.

Key words: minority - hegemony - anti-hegemonically

Raquel Paiva é professora da Escola de Comunicação e coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro. É Secretária-geral da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação - COMPOS. *e-mail:* paivaraquel@hotmail.com

Minoria - força contra-hegemônica - ativismo social

Empreender uma busca pela delimitação de um conceito geralmente aporta em duas alternativas, não necessariamente excludentes. Pode-se utilizar tanto o método da oposição (por exemplo, a paz é o contrário da guerra), quanto o método da analogia (a paz é análoga à trégua) e, pretendendo-se o aperfeiçoamento desta perspectiva, pode-se enveredar por um detalhamento, que permite vislumbrar distinções e limites, algo como a paz é igual à trégua, porém com algo de diferente dela. Esta foi a maneira adotada para explicitar a metodologia que se pretendeu utilizar. Em síntese: tratar o conceito de **minoria** significa primeiramente enveredar no ambiente que propicia seu aparecimento. Sendo assim, torna-se praticamente impossível reconhecer delimitações do que se entende por minoria sem antes agendar o entendimento do seu princípio gerativo e sua estrutura constitutiva: a idéia de hegemonia.

Inicialmente é importante ressaltar que o termo *hegemonia* deriva do grego *eghestai*, que significa conduzir, guiar, liderar ou ainda o verbo *eghemonewo* do qual deriva estar à frente, comandar, ser o senhor. Por *eghemonia*, o antigo grego entendia a direção do exército. Trata-se portanto de um termo militar. Hegemônico era o chefe militar, o comandante do exército. Também é possível notar a utilização do termo na Grécia antiga para designar a supremacia de uma cidade frente as demais.

A idéia de hegemonia alcança a modernidade com o entendimento de dominação por o consentimento e aceitação do dominado. Lênin utiliza o termo hegemonia pela primeira vez num escrito em janeiro de 1905, no início da revolução russa. Neste escrito, o termo ainda enquadra-se no âmbito da teoria política, uma vez que “a hegemonia pertence a quem bate com maior energia, a quem se aproveita de toda ocasião para golpear o inimigo; pertence àquele a cujas palavras correspondem os fatos e que, portanto, é o líder ideológico da democracia, criticando qualquer incompetência dos outros”.¹

¹Lenin *apud* GRUPPI, Luciano. In: *Opere complete*. Roma: Riuniti, 1960. v. VIII, p.66.

² GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. São Paulo: Círculo do Livro, 1982.

GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

Entretanto, o argumento da “ação hegemônica”, desenhado pelo pensador marxista italiano Antônio Gramsci, é aquele que mais adequadamente propicia uma aproximação da compreensão do que significa a soberania de um forma social.² A idéia de hegemonia como é entendida por Gramsci, permite que o olhar coteje não apenas o aspecto político, mas também e em igual medida o caráter formativo da cultura. Desta maneira, pode-se considerar que o conceito de hegemonia inclui o de cultura, de ideologia e de direção moral. O conceito, assim entendido, desloca-se do plano político para o da supremacia da formação econômico-social, isto é, da sociedade como totalidade.

A partir do entendimento do significado e da aplicação social do conceito de hegemonia, torna-se possível a compreensão das formas reguladoras de forças coercitivas e de estruturas de dependência. Desta maneira, para além da explicação reducionista da predominância de uma estrutura social apenas pela determinante econômica. A idéia de hegemonia a partir de Gramsci permite vislumbrar a coexistência de outras determinantes como a cultura, a produção da fantasia, a arte, a religião, a filosofia e a ciência que se articulam junto à política e a economia para a produção de um pensamento determinante e dominante.

Assim, a partir da idéia do padrão hegemônico e da forma determinante, aporta-se nos diversas outros esquemas possíveis que subsistem como sistemas minoritários, formas menores, produções desimportantes, diferentes e, conseqüentemente, sem maior referencialidade na estrutura social. O surgimento dessas forças diversas como sistemas dominados possibilita historicamente a previsão de pequenas disputas e lutas. Estas formas tenderiam ao enfrentamento com a força dominante e poderiam, na fricção das disputas, empreender conquistas e vitórias. A luta social das diferentes configurações existentes permitiria vislumbrar sociedades mais justas no sentido da inclusão de fatores heterogêneos.

Entretanto, trabalhar apenas com esta perspectiva na atualidade significa desconhecer a entra-

da em vigor de outras ordens capazes de produzir um novo ambiente. Dentre as características da atualidade a existência da mídia tem sido a variável que mais influencia a estrutura social de maneira mais definitiva. Alguns teóricos já conseguem definir este momento contemporâneo a partir da estrutura midiática, na medida em que as outras mediações tradicionais – como família, escola, Estado, religião e trabalho – não podem mais ser analisadas e interpretadas em separado, como se estivessem suspensas e não fossem a todo instante atravessadas de maneira radical pela mídia.

Lançar mão dessa compreensão significa rever os usos e o lugar da mídia na atualidade bem como aproximar-se dos motivos que determinam a conceituação da sociedade contemporânea como *midiatizada*. Isto significa, portanto, reconhecer que todas as atividades e relações, mesmo aquelas que historicamente definiam a existência do indivíduo, como a personalidade, o trabalho, a educação, a política ou a religião, são modificadas pela estrutura midiática.

Por estrutura da mídia compreende-se o esquema de produção e representação comprometido com as forças ordenadoras do mercado, também excessivamente comprometido com a *estetização* da vida, desprovido de qualquer intenção de modificação da situação atual, além de ser o responsável direto pelo incentivo e geração do consumo. Para compreender o conceito da mídia, é preciso ir além da idéia de que se trata apenas das redes de emisoras de televisão, ou das emisoras de rádio ou ainda dos jornais. *Mídia* é o conjunto de todos estes aparatos e a capacidade de gerar uma super estrutura cujo papel tem sido o de definir de maneira totalizante o cotidiano.

E essa capacidade representa um momento único na história da humanidade, porque nem as religiões, nem a política, nem qualquer outro sistema responsável pela normatização das relações sociais conseguiu atingir um espectro tão amplo de atuação e tão eficazmente determinar a conduta padronizada de toda uma sociedade, ou seja, atuando no

âmbito que engloba desde as definições morais, passando pela formação cognitiva, até a maneira de viver e conviver das diferentes populações.

Em função deste lugar social que a mídia assume na atualidade, pode-se traçar um paralelo entre a sua existência e o conceito gramsciano de intelectual orgânico. A idéia de *intelectual orgânico* como é desenvolvida por Gramsci, parte da importância dada por Lênin, que considera os intelectuais os responsáveis pela formulação da teoria revolucionária, na medida em que são os mediadores de consenso e respondem pela articulação da hegemonia.

Desta maneira, pode-se antever uma proposição que compreenda a mídia e sua estrutura de produção como uma espécie de intelectual coletivo gramsciano na atualidade. Parte desta perspectiva foi trilhada de uma maneira elucidativa por Otávio Ianni ao propor o que nomeou de “o príncipe eletrônico”. Ianni parte do príncipe de Maquiavel para em seguida aportar no príncipe revisitado por Gramsci e, finalmente, descartar tanto o primeiro, o senhor absoluto, quanto o segundo, o partido político. Os dois príncipes ainda sintetizam a essência da política, e a preocupação traçada por Ianni vai no sentido de formular um perfil do que significa a teoria e a prática da política na era da globalização. E, tal qual a idéia do intelectual, visto com o articulador da nova forma social, por Lênin, o argumento desenvolvido por Ianni também considera o príncipe eletrônico o arquiteto da “ágora eletrônica”.

“O príncipe eletrônico é uma entidade nebulosa e ativa, presente e invisível, predominante e ubíqua, permeando continuamente todos os níveis da sociedade, em âmbito local, nacional, regional e mundial”.³ É certo que, nesta nova configuração mundial, pode-se perceber que o príncipe eletrônico expressa a visão de mundo prevalecente nos blocos de poder. De igual maneira, sabe-se que esta “indústria da consciência” é um fenômeno recente na história da humanidade e que se aperfeiçoa na medida em que se desenvolvem as tecnologias adotadas.

Em um contexto de novas formas de sociabilidade e também de novas estruturas de produção,

³ IANNI, Otávio. *Enigmas da modernidade-mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p.148.

IANNI, Octavio. *O príncipe eletrônico*. São Paulo: Unicamp, 1998.

com ordenamentos tão complexos, fica evidente que, se por um lado, o poder assume especificações distintas e adequadas para o novo ambiente, por outro lado, as formas de contraposição deveriam buscar também formas mais fluidas de luta. As oposições que ainda atuam com esquemas tradicionais e recusando o entendimento da ordem midiática acabam por produzir um tímido e tênue resultado, incapaz de envolver os novos atores sociais e também de atuar como força contra-hegemônica.

Gramsci argumentava que uma força contra-hegemônica só pode ser reconhecida como tal na medida em que consegue ultrapassar a espontaneidade do movimento. Tanto Lênin como Gramsci reconhecem como função contra-hegemônica, aquela que intervém com capacidade de modificar e alterar uma dada estrutura social. Entretanto, uma vez que a política e as forças dominantes encontram-se transmutadas, ou pelo menos adquiriram novas conformações que alteraram substancialmente sua estrutura original, qual deveria ser a corporificação das novas forças de oposição? De que maneira se presentifica o entendimento e a atuação das minorias na sociedade contemporânea? Esta parece ser a questão central.

É possível perceber, na atualidade, alguns diferentes tipos de movimento no corpo social. Um deles, tipificado por um movimento contundente, que se assume como força política de oposição ao sistema hegemônico e de uma certa forma guetificado em um aspecto de luta. Aí se enquadram muitas das propostas de estudo de minorias, sejam eles divididos em questões de gênero ou religiosas ou ainda étnicas. A ação desses grupos se corporifica na sociedade atual de maneira atuante no quotidiano local, nacional e mundial, muitas das vezes fazendo uso de métodos tradicionais de interpretação do real e das forças sociais como também valendo-se de mecanismos tradicionais, com alguma incorporação de novas tecnologias, nas estratégias de luta.

Uma outra forma de expressão minoritária assume a tônica da imprevisibilidade, sendo praticamente impossível prever quando e onde vão apare-

cer na cena local, nacional ou mundial. Assim eram as primeiras aparições nas últimas décadas do movimento ecológico. De repente, de uma hora para outra apareciam e promoviam um modo de visibilidade em meio à cena pública – reconhecidamente montada pela mídia global. Dentre as primeiras motivações deste movimento, está a crença de que não é possível abolir o mercado, mas pode-se optar e decidir por formas de organização que não visem a apenas atender às demandas do mercado global.

A existência dessas formas de militância política, que poderiam ser definidas como organizadas e não organizadas, pode ser mesclada e não necessariamente pode corresponder a estágios que os movimentos devam superar. O que parece tornar-se decisório é a compreensão também por parte dos movimentos sociais de que hoje o ambiente midiático define de maneira decisiva suas formas de atuação. Neste sentido vale recorrer mais uma vez ao pensamento de Otávio Ianni, que corrobora esta convivência de ordens diferentes ao dizer que “o príncipe eletrônico é uma figura política nova e diferente de todas as outras, passadas e presentes. Convive com as outras, tanto o príncipe maquiavélico como o moderno príncipe gramsciano, sem esquecer as instituições clássicas da política, tais como os partidos políticos, sindicatos, movimentos sociais [...]”.⁴

⁴IANNI (2000, p. 163).

Pode-se mais uma vez recorrer ao exemplo dos movimentos ecológicos mundiais que mesclam, ainda hoje, estas duas estruturas de atuação de movimento. O movimento ecológico possui tanto uma de militância organizacional e partidária ativa, com estrutura de um movimento social, ao mesmo tempo em que consegue viver ao sabor de alguns acontecimentos, “flutuando ativamente” por entre os assuntos do cotidiano. Comporta, por esta razão, uma forma de movimento que poderia ser definido pelo que o sociólogo François Bourricaud⁵ nomeia como sendo “minorias passionais”. Segundo o autor, estas são minorias capazes de comprometer a governabilidade democrática e sua presença caracteriza definitivamente o perfil dos movimentos atuais no momento em que vigora a “era das turbulências”.

⁵BOURRICAUD, F. A crítica da governabilidade democrática. In: *Cultura e governabilidade democráticas—América Latina no limiar do Terceiro Milênio, Revista Tempo Brasileiro*, n. 106/107, 1991, p. 33.

As “minorias passionais” possuem uma estrutura diferente dos grupos de interesse e dos movimentos sociais e podem alcançar um formato radical, adotando posturas violentas e marcadamente terroristas. Entretanto, na maioria das vezes, a expressão de suas radicalizações não ultrapassa o ambiente retórico e as explosões verbais, ou seja a manifestação se expressa no ambiente discursivo e de espetacularização midiática. A existência dessa forma de ativismo social torna-se mais frequente na medida em que se conjuga na atualidade a hipótese da democracia eletrônica, que adviria da mudança nas práticas democráticas a partir do advento das novas tecnologias.

Um exemplo bastante recente a que se pode recorrer para mapear a presença dessa estrutura de movimento foi o ato público contra o governo promovido pela Central Única dos Trabalhadores — CUT, em Brasília, no mês de junho de 2002. A imprensa do dia 29 de junho de 2001 relatava dois grandes motivos de aborrecimento para o Presidente da República: os resultados da pesquisa que atestavam a queda de sua popularidade e o protesto dos “anarco-punks”, do ato público pouco se falava a não ser que teve um saldo de nove feridos, entre manifestantes e policiais.

Na verdade, tratava a imprensa de dois motivos “flutuantes” —um, relativo à opinião pública que, como se sabe, é efêmera e instável; o outro, referente à expressão pública de uma minoria (o Movimento Punk-Anarquista), cuja principal razão de existência, segundo seu líder, é provocar a polícia, a PM em especial. Com cabelo tipo moicano e engomado a gel, roupas pretas e ar agressivo, o líder de 23 anos é também estudante de Pedagogia. Os métodos de seu grupo são radicalmente diferentes dos das lideranças estudantis e sindicais como explicava o líder “Não vamos para protestos balançar bandeirinhas da CUT nem do PT. Esses caras são manipulados. Quem luta por transformação não balança bandeira”.⁶ O que este exemplo consolida é o entendimento de que flutuante significa transitoriedade da ação de um grupo específico no campo da luta con-

⁶ O GLOBO, 29.06.2001, p. 4, primeiro caderno.

tra-hegemônica. Sendo importante lembrar ainda que a imprensa trazia ainda o pedido antecipado da CUT—responsável por um movimento de oposição institucionalizado no cenário da política brasileira—para que a polícia coibisse a possível presença dos *punks* durante a manifestação, alegando receio de confusão.

Por outro lado, é importante considerar ainda que existem atualmente diversos autores que acreditam numa nova forma de exercício da cidadania, limitada pela desigualdade de acesso informacional, pelo poder do Estado e pela vigilância eletrônica das corporações. A nova relação do capital social que emerge dos níveis de deliberação das redes nas práticas concretas dos cidadãos estabelece uma relação mais rica do que o desenvolvimento do processo eleitoral e dos meios de comunicação de massa.

Supõe-se ainda que estas novas redes de capital social respondam pela criação de novos espaços públicos para onde ou se deslocaria a cena política ou, quando nada, representariam mais um lugar a ser ocupado em direção à visibilidade social. Teoricamente, tem-se o desafio de entender estas conexões emergentes de capital social de redes atuante no contexto da reconstrução da sociedade civil em diversos lugares no mundo e principalmente no oeste dos Estados Unidos.

A “*militância on-line*”, que busca a disseminação de idéias e o máximo de intercâmbios, tem sido frequentemente apontada como um marco desta era. Os autores que estudam o fenômeno destacam especialmente a ação no Brasil do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, do Brasil, que através de sua *home-page* reinterpreta as informações também divulgadas pelos jornais e rede de televisões brasileiras. Outra vedete do novo movimento tecnológico é o Exército Zapatista de Libertação Nacional- EZLN, que aderiu e atua ativamente via Internet desde 1994. Estes são apenas alguns exemplos.

É possível detectar movimentos e partidos políticos que se utilizam cada vez mais dos veículos de comunicação. Entretanto, existe uma grande e profunda distância entre fazer uso dos veículos e

tornar-se verdadeiramente um movimento ou partido político midiático. Para tanto, significaria a adoção de uma postura que está para além da utilização correta e adequada do conjunto de signos próprios da linguagem midiática. Transforma-se em movimento midiático, numa minoria flutuante, adequada aos novos tempos “midiológicos” e requer a adoção de uma postura midiática, em que estética, espetáculo, telepresença, facilitarização, aparência de imprevisível atuariam como forças em determinados momentos muito mais ativas do que os pressupostos básicos que mantêm a existência e o vigor do ativismo político no sentido tradicional do termo, que envolve uma luta pela hegemonia.

Entretanto, é preciso registrar que algumas vezes essas minorias flutuantes transmutam-se em movimentos bastante atuantes e capazes de mexerem efetivamente com a lógica dominante, ou pelo menos promover revisões em códigos jurídicos. O fato de serem flutuantes não significa de forma alguma que sejam inconsistentes ou ainda que não possam vir a ter uma presença efetiva como força contra-hegemônica.

Por esta razão, coexistem na atualidade movimentos que são apenas midiáticos, que existem com sua radicalidade apenas no efêmero instante em que dura o evento midiático, algo como os movimentos como o anti-globalização, que ganhou notoriedade a partir dos protestos em Seattle, em novembro de 1999. O movimento anti-globalização surge da articulação de outros movimentos e das organizações não-governamentais, que de uma maneira geral atuam de forma substancial no cotidiano das coletividades, no setor de serviços, entrando especificamente no vácuo deixado pelos Estados e pela política tradicional. É inegável ainda, que se o formato baseado nos protestos é efêmero, os diversos grupos e movimentos conseguiram uma forma de contato muito mais frequente e por vezes permanente a partir da utilização das novas tecnologias.

Por outro lado, co-existem ainda no cenário atual aqueles movimentos que se articulam sob formas tradicionais de luta e que utilizam a mídia, sem

jamais apropriar-se dela e de sua linguagem, suas fugazes aparições se assemelham mais a curto-circuitos, em função principalmente da disparidade com a lógica midiática e não chegam sequer a chamar atenção, situa-se aí a grande maioria dos partidos políticos da atualidade. Há ainda um terceiro formato de militância, que seriam os movimentos capazes de perceberem a ambivalência política contemporânea, ou seja, aspiram a uma transformação e inclusão social, portanto reconhecem a existência ainda de lógicas tradicionais atuando no contexto político-social-econômico atual, ao mesmo tempo em que são capazes de se tornarem, em determinados instantes e contextos, totalmente midiáticas.

Neste sentido, pode-se recorrer ao movimento ecológico, na medida em que tem conseguido alcançar visibilidade total na sociedade midiaticizada durante eventos em que se comporta também midiaticamente. A preocupação com o lugar, com a busca de uma vida menos invadida pelo refúgio da sociedade industrial e tecnológica, a procura por sistemas capazes de propiciar uma melhor convivência com o meio ambiente e com os outros seres vivos reforçou o movimento ecológico, que se tornou mais visível e alcançou maior entendimento de suas propostas a partir da década de 60.

É importante reavaliar a atuação do movimento ecológico, porque talvez esteja aí o germe de uma nova proposição de luta na atualidade. Deve-se considerar que o movimento ecológico foi o primeiro lugar de constituição da nova forma de luta onde se trouxe a questão da preocupação global, advinda principalmente diante do reconhecimento da finitude dos recursos naturais e de que as políticas ambientais deveriam ser adotadas de modo global e não apenas local. É bem verdade que, como pontua Christopher Lasch, toda a cultura pacifista e ambientalista surgiu no esteio da mentalidade da sobrevivência que se acentuou a partir da década de 60.⁷

⁷ LASCH, Christopher. *O mínimo eu – sobrevivência psíquica em tempos difíceis*. São Paulo: Brasiliense, 1987.p.51.

De igual maneira, o movimento ecológico trouxe também a certeza de que na era midiática os recursos das lutas dos ativistas também deveriam

⁸ TAYLOR, Charles. *Le malaise de la modernité*. Paris: Du Cerf, - Humanités, 1995. p. 118.

ser midiáticos, sendo assim não bastariam apenas existirem, com seus propósitos, seria necessário também aparecerem, ainda que para isto devessem lançar mãos de todo o aparato disponível para chamar a atenção invadir a cena. Ou seja, talvez o movimento ecológico tenha sido o primeiro a perceber que qualquer forma de luta política hoje não se faz mais – ou pelo menos não substancialmente – no interior dos aparelhos do Estado.

A política hoje se faz dentro e através da mídia. Mas também o movimento ecológico tem sabido ir para além da mídia. Tem se preocupado em gerar uma política efetiva de conscientização, entendendo que este pode ser um processo lento. Isto significa reconhecer que, se toda luta política tem que passar pela mídia, toda luta política não pode existir só *na* e *para* a mídia. O filósofo canadense Charles Taylor sintetiza a atuação do movimento ecológico na atualidade, reconhecendo-o como importante foco de resistência à lógica do mercado que impregna as sociedades atuais. Para ele, merece destaque o fato do movimento conseguir permanecer ao mesmo tempo como grupo de pressão com atuação em comunidades isoladas contra o desastre ecológico e “mobilizar formando em toda a sociedade um sentimento unânime de inquietação em direção à conservação do meio ambiente”.⁸ A permanência restrita ao local apenas poderia impedir que a luta das diversas vertentes do movimento ecológico avançasse por toda a sociedade global como tem-se constatado.

Finalmente, é necessário pontuar que a natureza das minorias torna-se marcadamente influenciada pela sua ação. Isto porque muitos movimentos vivem hoje apenas do ato efêmero, do evento, da aparição normalmente com registro midiático. Esta pregnância discursiva dos movimentos contra-hegemônicos não deve, por outro lado, ser desvalorizada. Já que tudo transforma-se em aparição, o empenho faz-se no sentido da necessidade de promover discursos – ou seja a utilização adequada e criativa dos meios de comunicação.

⁹ RORTY, Richard. *Contingência. Ironia e Solidariedade*. Lisboa: Presença, 1989.

Richard Rorty, o filósofo pragmatista americano, já acentuava em 1989 o valor da necessidade discursiva.⁹ Dizia ele da importância do esforço retórico em direção à criação da ideia de “nós”, ou seja da inclusão social com paridade das diferenças, considerando que se trata de um sentimento e, conseqüentemente, uma prática não “natural” e sim passível de ser inventada, construída e executada na contemporaneidade.

¹⁰ VATTIMO, Gianni. *Para além da interpretação – o significado da hermenêutica para a filosofia*. Trad. Raquel Paiva. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1999.

Sendo assim, as mais variadas possibilidades de esquemas minoritários, reconhecendo a vigência da nova ordem mundial, podem ser capazes de intervir na atualidade. Entretanto, talvez para mudanças radicais na ordem hegemônica seja necessária a ação de estruturas mais sólidas do que as atuais e ativas “minorias flutuantes”, o que torna premente a *reinterpretação* – no entendimento da hermenêutica niilista do filósofo italiano Gianni Vattimo - dos conceitos e propostas trazidos por Gramsci.¹⁰

Outras referências bibliográficas

- BADIOU, Alain e ROCHA, Ronaldo. *Política – partido, representação e sufrágio*. Belo Horizonte: Projeto, 1995.
- BOBBIO, Norberto. *Elogio della mitezza*. Milano: Linea D’Ombra Edizione, 1993.
- CASSANO, Franco. *Approssimazione – esercizio di esperienza dell’altro*. Bolonha: Mulino, 1989.
- GOMEZ, Guillermo Orozco. Chiapas: la outra guerra, sus protagonistas y la teleaudiencia, *Voces y culturas – Revista de Comunicación*, n.8 , 11 setembro 1995.
- HABERMAS, Jurgen. *L’ inclusione dell’ altro*. Milano: Feltrinelli, 1998. 276 p.
- MILLAND, David. *Reinventando a esquerda*. São Paulo: Unesp, 1997.
- ION, Jacques. *La fin des militants?* Paris: Editions Ouvrieres, 1997.

revista
interamericana
de comunicação
midiática

ANIMUS

La globalización en clave cultural: una mirada latinoamericana*

Jesús Martín-Barbero

Resumen

El texto aborda la comunicación y cultura en la sociedad globalizada y se detiene en la reflexión de dos cuestiones. La primera trata de la globalización y del tecnicismo, tratando de las reconfiguraciones del poder y la propiedad. La segunda indaga si habrá lugar en el globo al espacio cultural latinoamericano.

Palabras clave: comunicación y cultura- globalización- cultura latinoamericana

Resumo

O texto aborda a comunicação e a cultura na sociedade globalizada e se detém na reflexão sobre duas questões. A primeira trata da globalização e do tecnicismo, tratando das reconfigurações do poder e a propriedade. A segunda indaga se haverá lugar no globo para o espaço cultural latino-americano.

Palavras-chave: comunicação e cultura - globalização - cultura latino-americana

Abstract

This text approaches communication and culture in the global society and focuses on two aspects. The first one considers globalization and technicism, power reconfiguration and the property. The second aspect questions whether there will be a place on the globe for the Latin American cultural space.

Key words: Communication and culture - globalization - Latin American culture

Jesús Martín-Barbero é atualmente docente-investigador do Departamento de *Estudios Socioculturales*, do Instituto Tecnológico Superior de Monterrey - ITESM, Campus de Guadalajara, México.

*Este texto foi apresentado na conferência de encerramento do *BUGS 2001 - Globalism and Pluralism*, em Montreal-Canadá, promovido pelo Grupo GRICIS e Universidade do Quebec em Montreal. Ele será publicado nos *Anais* do evento produzido pela Universidade de Laval-Canadá.

¹ García Canclini, N. Pensar en medio de la tormenta en J. Martín-Barbero (coord.) *Imaginario de nación*. Bogotá: Mincultura, 2001. p.12.

Introducción

Ahora vivimos en un mundo pendular multidireccional. Ya no oscila sólo entre Oriente y Occidente, entre capitalismo y socialismo, entre norte y sur. Más que pasar de un periodo de paz a otro de guerra, transitamos de una guerra contenida, con focos delimitados, a un tiempo de guerra explícita y mundializada. Tal vez lo que más cuesta pensar es que dejamos una etapa en que esas distintas confrontaciones podían experimentarse en forma relativamente separada y entramos a un periodo en que todas las disputas, las que mencioné y muchas otras, se cruzan y potencian.¹

N. García Canclini

Imposible dejar este texto como estaba escrito antes del *11-Septiembre*: no sólo los acontecimientos de esa fecha sino el curso que ha tomado el mundo después de ella han introducido procesos que amenazan aun más el ya oscuro horizonte de los pueblos latinoamericanos. Empujadas al desarraigo cultural y la recesión económica por la implacable lógica de la globalización mercantil, muchas naciones padecen además, desde el negro martes 11 de septiembre, la más arcaica peste del miedo que fundamentaliza la seguridad convirtiendo todas las fronteras y las vías de comunicación - terrestres y aéreas, físicas y virtuales - en lugares de legitimación de la desconfianza como método y la violación de los derechos a la privacidad y la libertad civil como comportamiento oficial de las "autoridades", con el consiguiente afianzamiento de los prejuicios raciales, los apartheid étnicos y los fanatismos religiosos. Al fluir tan deprisa como las transacciones financieras los virus imaginarios amenazan ahora al orden global que reacciona rearmando las fronteras y tornando cada día más sospechoso de enemigo de ese orden al flujo migratorio de las muchedumbres que él mismo empuja desde las periferias pauperizadas hacia los países del prospero, pero ahora, desconcertado centro. Al mismo tiempo, las figuras nacionales de nuestros países se emborronan hasta desfigurarse. Ahí está la Argentina, pasando de la destrucción sistemática de la memoria nacional político-cultural y sus instituciones por las dictaduras

² Sarlo, C. Ya nada será igual, *Punto de vista*, n. 70, p. 28, Buenos Aires, 2001.

³ Página del Foro Social Mundial: www.forumsocialmundial.org.br; página de la Comunidad web de Movimientos Sociales: www.movimientos.org

militares de mediados de los años '70, a la hiperinflación de los ochenta que desquició de sus mínimos ejes tanto la vida personal como colectiva, y al neoliberalismo más puro y duro en los '90 que desmontó los últimos residuos del Estado social precipitando al país en la más brutal depresión económica y la más honda desmoralización. Entretejido a esa debilidad está el paso de una identidad nacional argentina configurada, según B.Sarlo, por el *ser alfabetizado, ser ciudadano, y tener trabajo*, al desmantelamiento político y cultural de esa identidad, con las implicaciones morales y políticas que entraña esa implosión de lo social en la que se disuelven "la razones de pertenencia a una sociedad nacional, la idea de responsabilidad que, aun precariamente, tejía la trama de los muchos hilos que sostiene a una comunidad."²

Pero no es sólo lo sucedido a partir del septiembre pasado en los Estados Unidos, sino también lo acontecido en ese, cada día más significativo territorio del periférico sur, que es Porto Alegre, lo que me ha obligado a rehacer mi reflexión para este encuentro. El segundo Foro Social Mundial en Porto Alegre³ se ha convertido en ese extraño escenario en el que, frente al tramposo y excluyente *mundo de la economía financiera*, hace su aparición en la escena global el mundo de la política, o mejor, la *utopía política de un mundo de los ciudadanos y los pueblos*. Y en el que justamente este año tanto la comunicación como la educación han pasado a tener una presencia no meramente temática sino articuladora, estratégica. Convergen ahí, en esa *otra mundialización posible*, esfuerzos que venían de las grandes reuniones de los años 90' –Rio, Beijing- la generalización de una educación polivalente y los avances de la información y la comunicación comunitaria tanto territorial como virtual.

Búsquedas y propuestas que fueron ahí confrontadas a las tendencias y recomendaciones dominantes emanadas de los organismos económicos mundiales - OMC, FMI, BM - que someten a la lógica globalizadora del mercado la cultura, la educación y la comunicación.

Si la *educación* debe, según esa lógica, ser concebida y organizada en función del mercado de trabajo -ya que lo que en ella cuenta es la acumulación de capital humano medido en términos de costo/beneficio como cualquier otro capital, la *comunicación* es planteada en Porto Alegre como lugar de una doble perversión. Primera, la que proviene de la conformación de unas megacorporaciones globales -ya son sólo siete las que dominan el mercado mundial: *AOL-Time Warner, Disney, Sony, News Corporation, Viacom y Bertelsmann*- cuya concentración económica se traduce en un poder cada día más inajutable de fusión de los dos componentes estratégicos, los vehículos y los contenidos, con la consiguiente capacidad de control de la opinión pública mundial y la imposición de moldes estéticos cada día más "baratos"; segunda, la que han introducido los acontecimientos del "11 S" enrareciendo de controles y amenazas las libertades de información y expresión hasta el punto de poner en serios riesgos los más elementales derechos civiles en este campo, a la vez que se legitiman por imperativos de "la seguridad" las más burdas y descaradas formas de manipulación y distorsión informativas. Pero la comunicación aparece también en Porto Alegre como lugar de dos estratégicas oportunidades: primera, la que abre la digitalización posibilitando la puesta en un *lenguaje comun* de datos, textos, sonidos, imágenes, videos, desmontando la hegemonía racionalista del dualismo que hasta ahora oponía lo inteligible a lo sensible y lo emocional, la razón a la imaginación, la ciencia al arte, y también la cultura a la técnica y el libro a los medios audiovisuales; segunda: la configuración de un nuevo espacio público y de ciudadanía en y desde las redes de movimientos sociales y de medios comunitarios, como el espacio y la ciudadanía que ha hecho posible, sostiene y conforma el Foro Mundial mismo. Es obvio que se trata de *embriones de una nueva ciudadanía y un nuevo espacio público*, configurados por una enorme pluralidad de actores y de lecturas críticas que convergen sobre un compromiso emancipador y una cultura política en la que la resistencia es al mismo tiempo forjadora de alternativas.

⁴ Serres, M. *Hominescence*. Paris: Le pommier, 2001.

En un libro de Michel Serres, recientemente aparecido⁴, se apunta, a propósito de la filosofía, algo que sucede también con buena parte de lo que se escribe sobre la globalización: que, demasiado embebida en su pasado piensa lo nuevo como si fuera viejo, tornándose incapaz de ayudar a construir un mundo-hogar para las nuevas generaciones. Y lo que así no resulta pensable es precisamente lo que hoy más necesitamos pensar: que la globalización no es un mero avatar del mundo de la economía política sino la presencia *de mutaciones en las condiciones en que el hombre habita el mundo*. Con lo que ellas entrañan, como en otros momentos epocales, de posibilidades de emancipación a la vez que de catástrofe planetaria. Lo que diferencia al momento que vivimos, es según Serres la inmersión de nuestro cuerpo en un espacio y tiempo realmente nuevos en la medida en que ya no derivan de la darwiniana *evolución selectiva* sino que están siendo introducidos por la *mutación producida* por la técnica del hombre, tanto en la biología genética como en la comunicación-tejido de la socialidad. De lo que se desprende la urgencia de otro tipo de conocimiento y aprendizaje que nos permita a los humanos descifrar, junto al mapa del genoma que traza los avatares y resultados de nuestra evolución biológica, ese otro mapa que dibuja junto a nuestros sueños/pesadillas de inmortalidad individual y colectiva el de nuestra utopía de comunidad solidaria, ahora contradictoria como nunca antes, ya que junto a su creciente capacidad de erradicar, a escala mundial, las discriminaciones que nos desgarran, lo que hoy proyecta es un mayor cúmulo de violencias y exclusiones hasta hacer/dejar morir, de hambre y otras crueles miserias, a tres cuartos de la humanidad.

1. Comunicación y cultura en la sociedad global

Pensar la relación comunicación/cultura exige hoy ir bastante más allá de la denuncia por la desublimación del arte simulando, en la figura de la *industria cultural*, su reconciliación con la vida, como pensaban los de Frankfurt. Pues a lo que asistimos

ahora es a la abrumadora emergencia de una *razon comunicacional* cuyos dispositivos -la fragmentación que disloca y descentra, el flujo que globaliza y comprime, la conexión que desmaterializa e hibrida- agencian el *devenir mercado de la sociedad*. Frente al consenso dialogal en que Habermas ve emerger la *razón comunicativa*, descargada de la opacidad discursiva y política que introducen la mediación tecnológica y mercantil, lo que necesitamos pensar hoy es la *hegemonía comunicacional del mercado en la sociedad*: la comunicación convertida en el más eficaz motor del desencanche e inserción de las culturas -étnicas, nacionales o locales- en el espacio/tiempo del mercado y las tecnologías globales.

Si la revolución tecnológica ha dejado de ser una *cuestión de medios*, para pasar a ser decididamente una cuestión de *finés*, es porque estamos ante la configuración de un *ecosistema comunicativo* conformado no sólo por nuevas máquinas o medios, sino por nuevos lenguajes, sensibilidades, saberes y escrituras, por la hegemonía de la experiencia audiovisual sobre la tipográfica, y por la reintegración de la imagen al campo de la producción del conocimiento. Todo lo cual está incidiendo tanto sobre lo que entendemos por comunicar como sobre las figuras del convivir y el sentido de lazo social. Que es adonde apunta la reflexión de Zigmund Bauman, cuando escribe "globalización significa que todos dependemos ya unos de otros. Las distancias cada vez importan menos, lo que suceda en cualquier lugar, puede tener consecuencias en cualquier otro lugar del mundo. Hemos dejado de poder protegernos tanto a nosotros como a los que sufren las consecuencias de nuestras acciones en esta red mundial de interdependencias".⁵ Pues así como el estado nación fue una ruptura con las anteriores formas de organización política, económica, y cultural, un quiebre en línea de continuidad entre la *tradicional* comunidad orgánica de las culturas locales y la *moderna* sociedad del Estado-Nación, lo global no hace tampoco continuidad con lo internacional pues, como lo ha venido planteando el gran geógrafo brasileño Milton Santos: ante lo que estamos no es una mera

⁵ Bauman, Z. *La globalización: consecuencias humanas*, F.C.E., México, 1999. p.94.

⁶ Santos, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

⁷ Taylor, Ch. *Multiculturalismo. Lotte per il riconoscimento*. Milan: Feltrinelli, 1998; ver también: Fraser, N. *Redistribución y reconocimiento, Justitia interrupta. Reflexiones críticas desde la posición 'postsocialista'*. Bogotá: Siglo del Hombre, 1998.

forma de integración de las naciones-estado sino la emergencia de otro tipo de nexo históricosocial que es *el mundo*, constituido en la nueva realidad a pensar, y en la nueva categoría central de las ciencias sociales.⁶

Ligado a sus dimensiones tecno-económicas, la *globalización* pone en marcha un proceso de interconexión a nivel mundial, que conecta todo lo que *instrumentalmente* vale –empresas, instituciones, individuos– al mismo tiempo que desconecta todo lo que no vale para esa razón. Este proceso de inclusión/exclusión a escala planetaria está convirtiendo a la cultura en espacio estratégico de comprensión de las tensiones que desgarran y recomponen el “estar juntos”, y en lugar de anudamiento de todas sus crisis políticas, económicas, religiosas, étnicas, estéticas y sexuales. De ahí que sea desde la diversidad cultural de las historias y los territorios, desde las experiencias y las memorias, desde donde no sólo se resiste sino se negocia e interactúa con la globalización, y desde donde se acabará por transformarla. Lo que galvaniza hoy a las identidades como motor de lucha es inseparable de la *demanda de reconocimiento y de sentido*.⁷ Y ni el uno ni el otro son formulables en meros términos económicos o políticos, pues ambos se hallan referidos al núcleo mismo de la cultura en cuanto mundo del *pertenecer a* y del *compartir con*. Razón por la cual la identidad se constituye hoy en la fuerza más capaz de introducir contradicciones en la hegemonía de la razón instrumental.

Y de ahí también la estratégica necesidad de diferenciar, por más intrincadas que se hallen, las lógicas unificantes de la globalización económica de las que mundializan la cultura.

Pues la mundialización cultural no opera desde afuera sobre esferas dotadas de autonomía como lo nacional o lo local. “La mundialización es un proceso que se hace y deshace incesantemente. Y en ese sentido sería impropio hablar de una ‘cultura global’ cuyo nivel jerárquico se situaría por encima de las culturas nacionales o locales. El proceso de mundialización es un fenómeno social total, que para

⁸ Ortiz, R. *Mundialização e cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 32.

existir se debe localizar, enraizarse en las prácticas cotidianas de los pueblos y los hombres”.⁸ La mundialización no puede confundirse con la *estandarización* de los diferentes ámbitos de la vida que fue lo que produjo la industrialización, incluido el ámbito de la “industria cultural”. Ahora nos encontramos ante otro tipo de proceso, que se expresa en la cultura de la *modernidad-mundo*, que es una nueva manera de estar en el mundo. De la que hablan los hondos cambios producidos en el mundo de la vida: en el trabajo, la pareja, la comida, el ocio. Es porque la jornada continua ha hecho imposible para millones de personas almorzar en casa, y porque cada día más mujeres trabajan fuera de ella, y porque los hijos se autonomizan de los padres muy tempranamente, y porque la figura patriarcal se devaluado tanto como se ha valorizado el trabajo de la mujer, que la comida ha dejado de ser un ritual que congrega a la familia, y desimbolizada la comida diaria ha encontrado su forma en el *fast-food*. De ahí que el éxito de *McDonald’s* o de *Pizza Hut* hable, más que de la imposición de la comida norteamericana, de los profundos cambios en la vida cotidiana de la gente, cambios que esos productos sin duda expresan y rentabilizan. Pues desincronizada de los tiempos rituales de antaño y de los lugares que simbolizaban la convocatoria familiar y el respeto a la autoridad patriarcal, los nuevos modos y productos de la alimentación “pierden la rigidez de los territorios y las costumbres convirtiéndose en informaciones ajustadas a la polisemia de los contextos”.⁹ Reconocer eso no significa desconocer la creciente monopolización de la distribución, o la descentralización que concentra poder y el desarraigo que empuja las culturas a hibridarse. Ligados estructuralmente a la globalización económica pero sin agotarse en ella, se producen fenómenos de mundialización de imaginarios ligados a músicas, a imágenes y personajes que representan estilos y valores desterritorializados y a los que corresponden también nuevas figuras de la memoria. Pero así como con el Estado-nación no desaparecieron las culturas locales – aunque cambiaron profundamente sus

⁹ *Ibidem*, p. 87; ver también del mismo autor, *Otro territorio*. Bogotá: C.A.B., 1998.

condiciones de existencia- tampoco con la globalización va a desaparecer la heterogeneidad cultural, es más, lo que constatamos por ahora es su revival y su exasperación fundamentalista!

Entender esta *transformación en la cultura* nos está exigiendo asumir que *identidad* significa e implica hoy dos dimensiones diametralmente distintas, y hasta ahora radicalmente opuestas. Hasta hace muy poco decir identidad era hablar de raíces, de raigambre, territorio, y de tiempo largo, de memoria simbólicamente densa. De eso y solamente de eso estaba hecha la identidad. Pero decir identidad hoy implica también – si no queremos condenarla al limbo de una tradición desconectada de las mutaciones perceptivas y expresivas del presente- hablar de redes, y de flujos, de migraciones y movibilidades, de instantaneidad y desanclaje. Antropólogos ingleses han expresado esa nueva identidad a través de la espléndida imagen de *moving roots*, raíces móviles, o mejor de *raíces en movimiento*. Para mucho del imaginario subnacionalista y dualista que todavía permea la antropología, la sociología y hasta la historia, esa metáfora resultará inaceptable, y sin embargo en ella se vislumbra alguna de las realidades más fecundamente desconcertantes del mundo que habitamos. Pues como afirma el antropólogo catalán, Eduard Delgado, “sin raíces no se puede vivir pero muchas raíces impiden caminar”.

El nuevo imaginario relaciona la identidad mucho menos con mismidades y esencias y mucho más con trayectorias y relatos. Para lo cual la polisemia en castellano del verbo *contar* es largamente significativa. *Contar* significa tanto narrar historias como ser tenidos en cuenta por los otros. Lo que entraña que para ser reconocidos necesitamos contar nuestro relato, pues no existe identidad sin narración ya que ésta no es sólo expresiva sino constitutiva de lo que somos.¹⁰ Para que la pluralidad de las culturas del mundo sea políticamente tenida en cuenta es indispensable que la diversidad de identidades pueda ser contada, narrada. Y ello tanto en cada uno de sus *idiomas* como en el *lenguaje multimedial* que hoy los atraviesa mediante el doble movi-

¹⁰ A ese respecto: Homi K. Bhabha (Ed.), *Nation and narration*, London: Routledge, 1977; Marinas, Jose Miguel Marinas, La identidad contada, in *Destinos del relato al fin del milenio*, Valencia: Archivos de la Filmoteca, 1995. ps. 75-88.

¹¹ Bayardo, R. y Lacarriou, M. (Comp.) *Globalización e identidad cultural*, Buenos Aires: Ciccus, 1997; D. Mato y otros, *América Latina en tiempos de globalización: procesos culturales y transformaciones sociopolíticas*. Caracas: Unesco/U.C.V., 1996.

miento de las *traducciones* -de lo oral a lo escrito, a lo audiovisual, a lo hipertextual y de las *hibridaciones*, esto es de una interculturalidad en la que las dinámicas de la economía y la cultura-mundo movilizan no sólo la heterogenidad de los grupos y su readecuación a las presiones de lo global sino la coexistencia al interior de una misma sociedad de códigos y relatos muy diversos, conmocionando así la experiencia que hasta ahora teníamos de identidad. Lo que la globalización pone en juego no es sólo una mayor circulación de productos sino una rearticulación profunda de las relaciones entre culturas y entre países, mediante una descentralización que concentra el poder económico y una desterritorialización que hibrida las culturas.

Si tanto individual como colectivamente las posibilidades de ser reconocidos, de ser tenidos en cuenta y contar en las decisiones que nos afectan, dependen de la expresividad y eficacia de los relatos en que contamos nuestras *historias*, ello es aun más decisivo en este permanente "laboratorio de identidades" que es América Latina. Trazare a mano alzada algunos trazos del mapa en que se sitúan los principales cambios en el mapa de las identidades culturales: las formas de supervivencia de las culturas tradicionales, las oscilaciones de la identidad nacional y las aceleradas transformaciones de las culturas urbanas.

En lo que se refiere las *culturas tradicionales* -campesinas, indígenas y negresestamos ante una profunda reconfiguración de esas culturas, que responde no sólo a la evolución de los dispositivos de dominación sino también a la intensificación de su comunicación e interacción con las otras culturas de cada país y del mundo.¹¹ Desde dentro de las comunidades esos procesos de comunicación son percibidos a la vez como otra forma de amenaza a la supervivencia de sus mundos – la larga y densa experiencia de las trampas a través de las cuales han sido dominadas carga de recelo cualquier exposición al otro - pero al mismo tiempo la comunicación es vivida como una posibilidad de romper la exclusión, como experiencia de interacción que si comporta

¹² García Canclini, N. *Culturas híbridas*. México: Grijalbo, 1990. p. 280s; Gimenez, G. y Pozas, R. (Coord.), *Modernización e identidades sociales*. México: UNAM, 1994; Rowe, W./Scheling, V. *Memory and Modernity. Popular culture in Latin America*. London: Verso, 1991.

¹³ A ese respecto Sanchez Botero, E. *Justicia y pueblos indígenas de Colombia*. Bogotá: Univ. Nacional/Unijus, 1998; Quintero Rivera, A. G., *Sal-sa, sabor y control*. México: Siglo XXI, 1998; Alfaro, R. Ma. y otros, *Redes solidarias, culturas y multimedialidad*. Quito: Oclap/Uclap, 1998; Rojo, Arias, S., La historia, la memoria y la identidad en los comunicados del EZLN, in *Identidades*, núm. esp. de *Debate feminista*, México, 1996; García Canclini, N., *Las culturas populares en el capitalismo*. México: Nueva Imagen, 1982.

¹⁴ Schwarz, R. Nacional por sustracción, *Punto de vista*, n. 28, Buenos Aires, 1987.

riesgos también abre nuevas figuras de futuro. Ello esta posibilitando que la dinámica de las propias comunidades tradicionales desborde los marcos de comprensión elaborados por los antropólogos y los folkloristas: hay en esas comunidades menos complacencia nostálgica con las tradiciones y una mayor conciencia de la indispensable reelaboración simbólica que exige la construcción del futuro.¹² Así lo demuestran la diversificación y desarrollo de la producción artesanal en una abierta interacción con el diseño moderno y hasta con ciertas lógicas de las industrias culturales, el desarrollo de un derecho propio a las comunidades, la existencia creciente de emisoras de radio y televisión programadas y gestionadas por las propias comunidades, y hasta la presencia del movimiento Zapatista proclamando por Internet la utopía de los indígenas mexicanos de Chiapas.¹³ A su vez esas culturas tradicionales cobran hoy para la sociedad moderna una vigencia estratégica en la medida en que nos ayudan a enfrentar el trasplante puramente mecánico de culturas, al tiempo que, en su diversidad, ellas representan un reto fundamental a la pretendida universalidad deshistorizada de la globalización y su presión homogenizadora.

La *identidad nacional* se halla hoy doblemente des-ubicada: pues de un lado la globalización disminuye el peso de los territorios y los acontecimientos fundadores que telurizaban y esencializaban lo nacional, y de otro la revaloración de lo local redefine de la idea misma de nación. Mirada desde la cultura-mundo, la nacional aparece proviciana y cargada de lastres estatistas y paternalistas. Mirada desde la diversidad de las culturas locales, la nacional equivale a homogenización centralista y acartonamiento oficialista.¹⁴ De modo que es tanto la idea como la experiencia social de *identidad* la que desborda los marcos maniqueos de una antropología de lo tradicional-autóctono y una sociología de lo moderno-universal. La identidad no puede entonces seguir siendo pensada como expresión de una sola cultura homogénea perfectamente distinguible y coherente. El monolingüismo y la uniterritorialidad, que la pri-

¹⁵ P. Nora, *Les lieux de memoire*, Vol. III. Paris: Gallimard, 1992. p.1009.

mera modernización reasumio de la colonia, escondieron la densa multiculturalidad de que estaba hecha cada nación y lo arbitrario de las demarcaciones que trazaron las fronteras de lo nacional.

Hoy las identidades nacionales son cada día más multilingüísticas y transterritoriales. Y se constituyen no sólo de las diferencias entre culturas desarrolladas separadamente sino mediante las desiguales apropiaciones y combinaciones que los diversos grupos hacen de elementos de distintas sociedades y de la suya propia. A la revalorización de lo local se añade el estallido de la, hasta hace poco unificada, historia nacional por el reclamo que los movimientos étnicos, raciales, regionales, de género, hacen *del derecho a su propia memoria*,¹⁵ esto es a la construcción de sus narraciones y sus imágenes. Reclamo que adquiere rasgos mucho más complejos en países en los que, como no pocos en América Latina, el Estado está aun haciéndose nación, y cuando la nación no cuenta con una presencia activa del Estado en la totalidad de su territorio.

Pero es en la ciudad, y en las culturas urbanas mucho más que en el espacio del Estado, donde se encardinan las nuevas identidades: hechas de imaginерías nacionales, tradiciones locales y flujos de información transnacionales, y donde se configuran nuevos modos de representación y participación política, es decir nuevas modalidades de ciudadanía. Que es a donde apuntan los nuevos *modos de estar juntos* - pandillas juveniles, comunidades pentecostales, ghettos sexuales - desde los que los habitantes de la ciudad responden a unos salvajes procesos de urbanización, emparentados sin embargo con los imaginarios de una modernidad identificada con la velocidad de los tráficos y la fragmentariedad de los lenguajes de la información. Vivimos en unas ciudades desbordadas no sólo por el crecimiento de los flujos informáticos sino por esos otros flujos que sigue produciendo la pauperización y emigración de los campesinos, produciendo la gran paradoja de que mientras lo urbano desborda la ciudad permeando crecientemente el mundo rural, nuestras ciudades viven un proceso de *des-urbani-*

¹⁶ J.Martin-Barbero, De la ciudad mediada a la ciudad virtual, *TELOS* n. 44, 1996.

¹⁷ Margulis, M. y otros. *La cultura de la noche. Vida nocturna de los jóvenes en Buenos Aires*. Buenos Aires: Espasa Hoy, 1994; Salazar, A. *No nacimos p'a semilla. La cultura de las andas juveniles en Medellín*. Bogotá: Cinep, 1990.

¹⁸ VV.AA. *Redes, gestión y ciudadanía*. Quito: OCLAACC/Abyayala, 2002; Finkleleevich, S. (coord.) *Ciudadanos a la red!. Los vínculos sociales en el ciberespacio*. Buenos Aires: Ciccus/La Crujía, 2000.

zación¹⁶ que nombra al mismo tiempo dos hechos: la ruralización de la ciudad devolviendo vigencia a viejas formas de supervivencia que vienen a insertar, en los aprendizajes y apropiaciones de la modernidad urbana, saberes, sentires y relatos fuertemente rurales; y la reducción progresiva de la ciudad que es realmente usada por los ciudadanos, pues perdidos los referentes culturales, insegura y desconfiada, la gente restringe los espacios en que se mueve, los territorios en que se reconoce, tendiendo a desconocer la mayor parte de una ciudad que es sólo atravesada por los trayectos inevitables.

Los nuevos modos urbanos de estar juntos se producen especialmente entre las generaciones de los más jóvenes, convertidos hoy en *indígenas* de culturas densamente mestizas en los modos de hablar y de vestirse, en la música que hacen u oyen y en las grupalidades que conforman, incluyendo las que posibilita la tecnología informacional. Es lo que nos descubren a lo largo y ancho de América Latina las investigaciones sobre las tribus de la noche en Buenos Aires, los chavos-banda en Guadalajara o las pandillas juveniles de las comunas nororientales de Medellín.¹⁷

Lo complicado de la estructura narrativa de las identidades es que hoy día ellas se hallan trenzadas y entretejidas a una diversidad de lenguajes, códigos y medios que, si de un lado son hegemonizados, funcionalizados y rentabilizados por lógicas de mercado, de otro lado abren posibilidades de subvertir esas mismas lógicas desde las dinámicas y los usos sociales del arte y de la técnica movilizandolos las contradicciones que tensionan las nuevas re-des intermediales. Por más que los apocalípticos – del último Popper a Sartori- atronen con sus lúgubres trompetas nuestros ya fatigados oídos, ni la densidad de las visualidades y sonoridades de las redes son sólo mercado y decadencia moral, son también el lugar de emergencia de un nuevo tejido social, y un nuevo espacio público, de un nuevo tejido de la socialidad.¹⁸ Desde la contradicción que ha convertido a los perversos videos de Montesinos en la más mortal trampa para él y sus secuaces, y en un colosal

¹⁹ Brunner. Cambio social y democracia, *Estudios Públicos*, n. 39, 1990.

instrumento de lucha contra la corrupción en Perú, hasta la resonancia y legitimidad mundial que la presencia en la red del comandante Marcos ha generado para su utopía zapatista. Ahí está el Foro Social-Mundial de Porto Alegre subvirtiendo el sentido que el mercado capitalista quiere dar a internet, y contándonos por esa misma red los extremos a que está llegando la desigualdad en el mundo, el crecimiento de la pobreza y la injusticia que la orientación neoliberal de la globalización está produciendo especialmente en nuestros países. Mientras Microsoft y otros buscan monopolizar las redes, montones de gente, que son a la vez una minoría estadística para la población del planeta, son también una voz disidente con presencia mundial cada día más incómoda al sistema y más aglutinante de luchas y búsquedas sociales, de puesta en común de experiencias sociales, políticas y artísticas .

Entonces, tanto o más que objetos necesarios de políticas, la comunicación y la cultura son tornadas por la globalización en un campo primordial de batalla política: el estratégico escenario que le exige a la política densificar su dimensión simbólica, su capacidad de convocar y construir ciudadanos, para enfrentar la erosión que sufre el orden colectivo. Que es *lo que no puede hacer el mercado*¹⁹ por más eficaz que sea su simulacro. Pues el mercado no puede *sedimentar tradiciones* ya que todo lo que produce "se evapora en el aire" dada su tendencia estructural a una obsolescencia acelerada y generalizada, no sólo de las cosas sino también de las formas y las instituciones. El mercado no puede crear *vínculos societales*, esto es verdaderos lazos *entre sujetos*, pues estos se constituyen en conflictivos procesos de comunicación de sentido, y el mercado opera anónimamente mediante lógicas de valor que implican intercambios puramente formales, asociaciones y promesas evanescentes que sólo engendran satisfacciones o frustraciones pero nunca sentido. El mercado no puede en últimas *engendrar innovación social* pues ésta presupone diferencias y solidaridades no funcionales, resistencias y subversiones, ahí lo único que puede hacer el mercado es

lo que él sabe: cooptar la innovación y rentabilizarla.

Ahí se sitúa justamente, la reflexión de Arjun Appadurai, para quien los flujos financieros, culturales o de derechos humanos, se producen en un movimiento de vectores que hasta ahora fueron convergentes por su articulación en el estado nacional pero que en el espacio de lo global son vectores de disyunción. Es decir que, aunque son coetáneos e isomorfos en cierto sentido, esos movimientos potencian hoy sus diversas temporalidades con los muy diversos ritmos que los cruzan en muy diferentes direcciones. Lo que constituye un desafío colosal para unas ciencias sociales que siguen todavía siendo profundamente monoteístas, creyendo que hay un principio organizador y comprensivo de todas dimensiones y procesos de la historia. Claro que entre esos movimientos hay articulaciones estructurales pero la globalización no es ni un paradigma ni un proceso sino multiplicidad de procesos que se cruzan y se articulan entre sí pero que no caminan todos en la misma dirección. Lo que se convierte para Appadurai en la exigencia de construir, pero a escala del mundo, una *globalización desde abajo*: que es el esfuerzo por articular la significación de esos procesos justamente desde sus conflictos, articulación que ya se está produciendo en la imaginación colectiva actuante en lo que él llama "las formas sociales emergentes" desde el ámbito ecológico al laboral, y desde los derechos civiles a las ciudadanía culturales. Esfuerzo en el que juega un papel estratégico *la imaginación social*, pues la imaginación ha dejado de ser un asunto de genio individual, un modo de escape a la inercia de la vida cotidiana o una mera posibilidad estética, para convertirse en una facultad de la gente del común que le permite pensar en emigrar, en resistir a la violencia estatal, en buscar reparación social, en diseñar nuevos modos de asociación, nuevas colaboraciones cívicas que cada vez más trascienden las fronteras nacionales. Appadurai escribe textualmente: "Si es a través de la imaginación que hoy el capitalismo disciplina y controla a los ciudadanos contemporáneos, sobre todo a través de los medios de comunicación, es también la imaginación

²⁰ Appadurai, A. Grassroots Globalization and the Research Imagination, *Public Culture*, n. 30, 2000. p.7.

²¹ Castells, M. *La era de la información. Madrid: Alianza, 1997. V.I.*

la facultad a través de la cual emergen nuevos patrones colectivos de disenso, de desafección y cuestionamiento de los patrones impuestos a la vida cotidiana. A través de la cual vemos emerger formas sociales nuevas, no predatorias como las del capital, formas constructoras de nuevas convivencias humanas.²⁰

2. Globalidad y tecnicidad: reconfiguraciones del poder y la propiedad

El *lugar* de la cultura en la sociedad cambia cuando la mediación tecnológica de la comunicación deja de ser meramente instrumental para espesarse, densificarse y convertirse en estructural: la que *tecnología* moviliza y cataliza hoy no es tanto la novedad de unos aparatos sino nuevos modos de *percepción* y de *lenguaje*, nuevas sensibilidades y escrituras.

Radicalizando la experiencia de des-anclaje producida por la modernidad, la tecnología deslocaliza los saberes modificando tanto el estatuto cognitivo como institucional de las *condiciones del saber* y de las *figuras de la razón*. Lo que está conduciendo a un fuerte emborronamiento de las fronteras entre razón e imaginación, saber e información, naturaleza y artificio, arte y ciencia, saber experto y experiencia profana. Un nuevo modo de producir, inextricablemente asociado a un nuevo modo de comunicar, convierte al conocimiento en una fuerza productiva directa: "lo que ha cambiado no es el tipo de actividades en las que participa la humanidad sino su capacidad tecnológica de utilizar como fuerza productiva lo que distingue a nuestra especie como rareza biológica, su capacidad para procesar símbolos",²¹ afirma M. Castells. La "sociedad de la información" no es entoces sólo aquella en la que la materia prima más costosa es el conocimiento sino también aquella en la que el desarrollo económico, social y político, se hallan estrechamente ligados a la innovación, que es el nuevo nombre de la creatividad social.

Pero esas transformaciones se realizan siguiendo el más que nunca hegemónico movimiento del mercado, sin apenas intervención del Estado, o

más aun minando el sentido y las posibilidades de esa intervención, esto es dejando sin piso real al espacio y al servicio público, y acrecentando las concentraciones monopólicas. Ya a mediados de los años 80 empezamos a comprender que el lugar de juego del actor transnacional no se hallaba sólo en el ámbito económico –la devaluación de los Estados en su capacidad de decisión sobre las formas propias de desarrollo y las áreas prioritarias de inversión– sino en la hegemonía de una racionalidad desocializadora del Estado y legitimadora de la disolución de lo público. El Estado había comenzado a dejar de ser garante de la colectividad nacional, en cuanto sujeto político, y a convertirse en gerente de los intereses privados transnacionales. Las llamadas entonces *nuevas tecnologías de comunicación* entraban a constituirse en un dispositivo estructurante de la redefinición y remodelación del Estado: a hacer fuerte a un Estado al que refuerzan en sus posibilidades/tentaciones de control, mientras lo debilitan al desligarlo de sus funciones públicas. A la vez que perdían capacidad mediadora los medios ganaban fuerza como nuevo espacio tecnológico de reconversión industrial.

En gran medida la conversión de los medios en grandes empresas industriales se halla hoy ligada a dos movimientos convergentes: la importancia estratégica que el sector de las telecomunicaciones ocupa en la política de modernización y apertura neoliberal de la economía, y la presión que ejercen las transformaciones tecnológicas hacia la *desregulación* del funcionamiento empresarial de los medios. Dos son las tendencias más notorias en este plano.

Una, la conversión de los grandes medios en empresas o corporaciones multimedia, ya sea por desarrollo o fusión de los propios medios de prensa, radio o televisión, o por la absorción de los medios de comunicación de la parte de grandes conglomerados económicos; y dos, la des-ubicación y reconfiguraciones de la propiedad. La primera, tiene en su base la *convergencia tecnológica* entre el sector de las telecomunicaciones (servicios públicos en acelerado proceso de privatización) y el de los medios

²² Mastrini, G. y Bolaños, C. (editores), *Globalización y monopolios en la comunicación de América Latina*. Buenos Aires: Biblos, 1999.

de comunicación, y se hizo especialmente visible a escala mundial en la fusión de la empresa de medios impresos TIME con la WARNER de cine, a la que entra posteriormente la japonesa Toshiiba, y a la que se unirá después CNN, el primer canal internacional de noticias; o en la compra de la *Columbia Pictures* por la SONY. En América Latina,²² a la combinación de empresas de prensa con las de televisión, o viceversa, además de radio y discografía, O Globo y Televisa le han añadido ultimamente las de televisión satelital. Ambas participan en la empresa conformada por *News Corporation Limited*, propiedad de Robert Murdoch, y *Telecommunication Incorporeid*, que es el consorcio de televisión por cable más grande del mundo. Televisa y O Globo ya no están solos, otros dos grupos, el uno argentino y el otro brasileño, se han sumado a las grandes corporaciones multimedia. El grupo Clarín que, partiendo de un diario, edita hoy revistas y libros, es dueño de la red Mitre de radio, del Canal 13 de TV, de la más grande red de TVCable que cubre la ciudad capital y el interior, Multicanal, y de la mayor agencia nacional de noticias, además de su participación en empresas productoras de cine y de papel. Y en Brasil el grupo Abril que, a partir de la industria de revistas y libros, se ha expandido a las empresas de tVcable y de video, y que hace parte del macrogrupo DIRECTV, en el que participan Hughes Communications, uno de los más grandes consorcios constructor de satélites, y el grupo venezolano Cisneros, el otro grande de la televisión en Latinoamérica.

En un nivel de menor capacidad económica pero no menos significativo se hallan varias empresas de prensa que se han expandido en los últimos años al sector audiovisual. Así El Tiempo, de Bogotá, que está ya en tVcable, acaba de inaugurar el canal local para Bogotá CitiTV y construye actualmente un conjunto multisalas de cine; el grupo periodístico El Mercurio, de Santiago de Chile, dueño de la red de tVcable Intercom; el grupo Vigil, argentino, que partiendo de la editorial Atlántida posee hoy el Canal Telefé y una red de tVcable que opera no sólo en Argentina sino en Brasil y Chile.

De esa tendencia hace parte también la desaparición, o al menos la flexibilización, de los topes de participación de capital extranjero en las empresas latinoamericanas de medios.

Tanto Televisa como el grupo Cisneros hacen ya parte de empresas de televisión en varios países de Suramérica; en el grupo Clarín hay fuertes inversiones de las norteamericanas GTE y AT&T; Rupert Murdoch tiene inversiones en O Globo; el grupo Abril se ha asociado con las compañías de Disney, Cisneros y Multivisión con Hughes, etc. En conjunto, lo que esa tendencia evidencia es que, mientras la audiencia se segmenta y diversifica, las empresas de medios se entrelazan y concentran constituyendo en el ámbito de los medios de comunicación algunos de los oligopolios más grandes del mundo. Lo que no puede dejar de incidir sobre la conformación de los contenidos, sometidos a creciente patrones de abaratamiento de la calidad y fuertes, aunque muy diversificados modos, de uniformación.

La otra tendencia reubica al campo de los medios de comunicación como uno de los ámbitos en los que las modalidades de la propiedad presentan mayor movimiento. Es éste claramente uno de los campos donde más se manifiesta el llamado *post-fordismo*: el paso de la producción en serie a otra más flexible, capaz de programar variaciones cuasi "personalizadas" para seguir el curso de los cambios en el mercado. Un modelo de producción así, que responde a los ritmos del cambio tecnológico y a una aceleración en la variación de las demandas, no puede menos que conducir a formas flexibles de propiedad. Nos encontramos ante verdaderos movimientos de "des-ubicación de la propiedad" que, abandonando en parte la estabilidad que procuraba la acumulación, recurre a alianzas y fusiones móviles que posibilitan una mayor capacidad de adaptación a las cambiantes formas del mercado comunicativo y cultural. Como afirma Castells no asistimos a la desaparición de las grandes compañías pero "sí a la crisis de su modelo de organización tradicional [...] La estructura de las industrias de alta tecnología en el mundo es una trama cada vez más compleja de

²³ Castells, M. op. cit.
p. 190-191

alianzas, acuerdos y agrupaciones temporales, en la que las empresas más grandes se vinculan entre sí²³ y con otras medianas y hasta pequeñas en una vasta red de subcontratación. A esa red de vínculos operativos de relativa estabilidad corresponde una nueva "cultura organizacional" que pone el énfasis en la originalidad de los diseños, la diversificación de las unidades de negocio y un cierto fortalecimiento de los derechos de los consumidores. Lo que en esas reconfiguraciones de la propiedad está en juego no son sólo movimientos del capital sino las nuevas formas que debe adoptar cualquier regulación que busque la defensa de los intereses colectivos y la vigilancia sobre las prácticas monopolísticas.

¿Les queda entonces sentido a las *políticas de comunicación*? Si, a condición de que esas políticas:

1. Superen la vieja concepción excluyente de lo nacional y asuman que su espacio real es más ancho y complejo: el de la diversidad de las culturas locales dentro de la nación y el de la construcción del espacio cultural latinoamericano.

2. No sean pensadas sólo desde los ministerios de Comunicaciones, como meras políticas de tecnología o "de medios", sino que hagan parte de las *políticas culturales*. No podemos pensar en cambiar la relación del Estado con la cultura sin una política cultural integral, esto es que asuma en serio lo que los medios tienen de, y hacen con, la cultura cotidiana de la gente; del mismo modo que no podemos desestatalizar *lo público* sin reubicarlo en el nuevo tejido comunicativo de *lo social*, es decir sin políticas capaces de convocar y movilizar al conjunto de los actores sociales: instituciones, organizaciones y asociaciones; estatales, privadas e independientes; políticas, académicas y comunitarias;

3. Sean trazadas tanto para el ámbito privado como público de los medios. En el *privado*, y en un tiempo en que la desregulación es la norma, la intervención del Estado en el mercado debe establecer unas mínimas *reglas de juego* que: exijan limpieza y compensación en las concesiones, preserven

el pluralismo en la información y la cultura, ordenen una cuota mínima de producción nacional, fomenten la experimentación y la creatividad, en especial protegiendo la existencia de grupos de independientes de producción. En el *público*, se trata ante todo de alentar - sostener, subsidiar e incentivar- medios y experiencias de comunicación que amplíen la democracia, la participación ciudadana y la creación/apropiación cultural, y ello no sólo en el plano nacional sino también en el regional y local. Si el Estado se ve hoy obligado desregular el funcionamiento de los medios comerciales debe entonces ser coherente permitiendo la existencia de múltiples tipos de emisoras y canales que hagan realidad la democracia y el pluralismo que los canales comerciales poco propician. Así como en el ámbito del mercado la regulación estatal se justifica por el innegable *interés colectivo* presente en toda actividad de comunicación masiva, la existencia de *medios públicos* se justifica en la necesidad de posibilitar *alternativas de comunicación* que den entrada a todas aquellas demandas culturales que no caben en los parámetros del mercado, ya sean provenientes de las mayorías o de las minorías.

4. Tengan proyección sobre el mundo de la educación. Lo que tiene que ver menos con la presencia instrumental de medios en la escuela, o de la educación en los medios, que con la cuestión estratégica de cómo insertar la educación - desde la primaria a la universidad- en los complejos procesos de comunicación de la sociedad actual, en el *ecosistema comunicativo* que conforma la trama de tecnologías y lenguajes, sensibilidades y escrituras. Se trata de la des-ubicación y re-ubicación de la educación en el nuevo entorno *difuso* de informaciones, lenguajes y saberes, y *descentrado* por relación a la escuela y el libro, ejes que organizan aun el sistema educativo.

3. ¿Le queda sitio en el globo al espacio cultural latinoamericano?

Tensionado entre los discursos del Estado y la lógica del mercado, se oscurece y desgarran el

²⁴ Fernandez, S. Poder y desigualdad en la economía internacional, *Nueva sociedad*, n. 143, 1996.p.62s.; ver también: O. Ianni, O. y otros, *Desafios da Globalização. Petrópolis: Vozes*, 1998.

²⁵ Shutz, J. Ciencia, tecnología e integración latinoamericana: un paso más allá del lugar común, *David y Goliath*, n.56, 1990.

²⁶ Castells, M. y Laserna, R. La nueva dependencia: cambio tecnológico y reestructuración socioeconómica en América Latina, *David y Goliath*, n. 55, 1989.

significado de las siglas que multiplicada y compulsivamente dicen el deseo de integración latinoamericana. Pues la *integración* de los países latinoamericanos pasa hoy ineludiblemente por su *integración* a una economía-mundo regida por la más pura y dura lógica del mercado. Lo que, al hacer prevalecer las exigencias de competitividad sobre las de cooperación, está fracturando la solidaridad regional: los movimientos de integración económica se traducen así, de un lado en la *inserción excluyente*²⁴ de los grupos subregionales (TLC, Mercosur) en los macrogrupos del Norte y de Europa, y de otro en una *apertura económica* que acelera la concentración del ingreso, la reducción del gasto social y el deterioro de la escena pública.

De otro lado, la revolución tecnológica plantea claras exigencias de integración al hacer del espacio nacional un marco cada día más insuficiente para aprovecharla o para defenderse de ella,²⁵ al mismo tiempo que refuerza y densifica la desigualdad del intercambio.²⁶ Es a nombre de una integración globalizada que los gobiernos de nuestros países justifican los enormes costos sociales que la "apertura" acarrea: esa modernización tecnológica que amenaza otra vez con suplantar entre nosotros al proyecto político-cultural de la modernidad.

Pues si hay un movimiento poderoso de *integración* –entendida ésta como superación de barreras y disolución de fronteras– es el que pasa por las industrias culturales de los medios masivos y las tecnologías de información. Pero a la vez son esas mismas industrias y tecnologías las que más fuertemente aceleran la integración de nuestros pueblos, la heterogénea diferencia de sus culturas, en la *indiferencia* del mercado.

Las contradicciones latinoamericanas que atraviesan y sostienen su globalizada integración desembocan así decisivamente en la pregunta por el peso que las industrias del audiovisual están teniendo en ese proceso, ya que esas industrias juegan en el terreno estratégico de *las imágenes que de sí mismos se hacen estos pueblos y con las que se*

²⁷ Schlesinger, Ph. La europeidad: un nuevo campo de batalla, *Estudios de culturas contemporáneas*, n. 16-17, p.121-140; Dossier FR3 region: du local au transfrontier, *Dossiers de l'audiovisuel*, n. 33, Paris, 1990; Bechelloni, G. *Televisio-ne come cultura*. Liguori: Napoli, 1995.

²⁸ Martín-Barbero, J. Comunicación e imaginarios de la integración, *Intermedios*, n.2, 1992. p.6-13.

³⁰ Getino, O. *La tercera mirada: panorama del audiovisual latinoamericano*. Buenos Aires: Paidós, 1996; VV. AA., *Industria audiovisual, Comunicação e Sociedade*, n. 22, 1994; *El impacto del video en el espacio Latinoamericano*. Lima: IPAL, 1990.

hacen reconocer de los demás. Ahí están el cine y la televisión indicándonos los contradictorios derroteros que marca la globalización comunicacional. Mientras en Europa pasa al primer plano la *excepción cultural* con que se busca defender los derechos de las culturas -incluidas las de las *naciones sin Estado*, esas identidades diluidas o subvaloradas en el proceso de integración de los Estados nacionales- impulsando para ello un fortalecimiento público de su capacidad de producción audiovisual²⁷- la integración latinoamericana por el contrario, al obedecer casi únicamente al interés privado, está llevando su producción audiovisual a un movimiento creciente de neutralización y borramiento de las señas de identidad regionales y locales.²⁸

El *cine* se halla acosado entre la retirada del apoyo estatal²⁹ a las empresas productoras -que hizo descender a menos de la mitad la producción anual en los países con mayor tradición como México y Brasil - y la disminución de espectadores que, por ejemplo en México significó en los años 80 la caída de 123 a 61 millones de espectadores y en Argentina de 45 a 22 millones, debatiéndose entre una propuesta comercial sólo rentable en la medida en que pueda *superar* el ámbito nacional, y una propuesta cultural sólo viable en la medida en que sea capaz de insertar los temas locales en la sensibilidad y la estética de la cultura-mundo. Lo que obligó al cine a subordinarse al video en cuanto tecnología de distribución, circulación y consumo: ya en 1990 había en América Latina diez millones de video-grabadoras, doce mil videoclubes de alquiler de cintas y trescientos cuarenta millones de cintas alquiladas al año.

Esa tendencia ha comenzado a cambiar significativamente en los últimos años.³⁰ Del lado de la producción, la desaparición del *cine nacional* que parecía inatajable -la destrucción neoliberal de las instituciones que desde el Estado apoyaban ese cine así lo aseguraba- se ve frenado por la forma explícita o velada, esto es con menor capacidad económica pero con mayor capacidad de negociación con la industria televisiva e incluso con algunos conglome-

³¹ García Canclini, N. (Coord.), *Los nuevos espectadores: Cine, Televisión y video en México*. México: Conaculta/Imcine, 1994.

rados económicos multimediales, en que esas instituciones reaparecen actualmente en Brasil, Argentina o Colombia. Lo que está significando para el cine la recuperación de la capacidad de experimentar estéticamente y de expresar culturalmente la pluralidad de historias y de memorias de que están hechas tanto las naciones como Latinoamérica en su conjunto. Y también del otro lado, el de las formas de consumo, el cine experimenta actualmente cambios importantes. Al cierre acelerado de salas de cine – para dedicarlas en buena parte a templos evangélicos!- le ha sucedido la aparición de los conjuntos multisalas, que reducen drásticamente el número de sillas por sala pero multiplican la oferta de filmes. Al mismo tiempo la composición de los públicos habituales de cine también sufre un cambio notable: las generaciones más jóvenes – a la vez que devoran videoclips en la televisión- parecen estarse reencontrando con el cine en su “lugar de origen”: las salas públicas. Ello nos coloca ante una profunda diversificación de los públicos de cine,³¹ que reabre las posibilidades a un cine capaz de interpelar culturalmente, esto es de poner a comunicar a las culturas y sus pueblos. Tanto en la producción como en su consumo esos nuevos desarrollos del cine exigen una presencia de los Estados y los organismos internacionales capaz de concertar con las empresas y los grupos independientes unas políticas culturales mínimas de reconstrucción del espacio público y defensa de los intereses colectivos.

En lo que atañe a *la televisión*, como en ningún otro medio en ella se hacen presentes las contradicciones de la globalizada modernización latinoamericana: la desproporción del *espacio social* que ese medio ocupa – tanto en el tiempo que las mayorías le dedican como en la importancia que adquiere lo que en él aparece- es sin embargo proporcional a la ausencia de espacios políticos de expresión y negociación de los conflictos y a la no representación, en el discurso de la cultura oficial, de la diversidad de las identidades culturales. Son los largos empanamientos políticos, la debilidad de nuestras sociedades civiles, y una profunda esquizofrenia cul-

tural en las elites, los que recargan cotidianamente la desmesurada capacidad de representación que ha adquirido la televisión. Desde México hasta la Patagonia argentina la televisión convoca hoy a las gentes como ningún otro medio, pero el rostro que de nuestros países aparece en la televisión es un rostro contrahecho y deformado por la trama de los intereses económicos y políticos que sostienen y moldean a ese medio. De modo que la capacidad de interpelación que presenta la televisión no puede ser confundida con los ratings de audiencia. No porque la cantidad de tiempo dedicado a la televisión no cuenta sino porque el peso político o cultural de la televisión no es medible en el contacto directo e inmediato, sólo puede ser evaluado en términos de la *mediación social que logran sus imágenes*. Y esa capacidad de mediación proviene menos del desarrollo tecnológico del medio, o de la modernización de sus formatos, que de lo que de él espera la gente, y de lo que le pide. Esto significa que es imposible saber lo que la televisión hace con la gente si desconocemos las demandas sociales y culturales que la gente le hace a la televisión. Demandas que se alimentan de, y se proyectan sobre, los dispositivos y modalidades de reconocimiento sociocultural que la televisión ofrece. Es por eso que en Latinoamérica el género mediático que más densos entrecruces presenta de las matrices culturales populares con los formatos industriales es sin duda la telenovela.

Hasta mediados de los años setenta las series norteamericanas dominaban en forma aplastante la programación de ficción en los canales latinoamericanos de televisión. Lo que, de una parte significaba que el promedio de programas importados de los EE.UU - en su mayoría comedias y series melodramáticas o policíacas- ocupaba cerca del 40% de la programación;³² y de otra parte, esos programas ocupaban los horarios más rentables, tanto los nocturnos entre semana como a lo largo de todo el día los fines de semana. A finales de los setentas la situación comienza a cambiar y durante los años 80 la producción nacional crecerá y entrará a disputar a los seriados norteamericanos los horarios "nobles".

³² Varis, T. *International inventory of television programmes structure and the flow of the programmes between nations*. University of Tampere, 1973.

³³ Schneider-Madanés, G. (Dir.), *L'Amérique Latine et ses télévisions. Du local au mondial*. Paris: Anthropos/Ina, 1995.

³⁴ Portales, D. *La dificultad de innovar. Un estudio sobre las empresas de televisión en América Latina*. Santiago de Chile, ILET, 1988; Ortiz, R. y otros, *Telenovela: historia e produção*, São Paulo: Brasiliense, 1985; González, J. *Las vetas del encanto- Por los veneros de la producción mexicana de telenovelas*, Universidad de Colima, México, 1990; M. Coccatto, Apuntes para una historia de la telenovela venezolana, *Videoforum*, n. 1, 2 y 3, 1985.

En un proceso sumamente rápido la telenovela nacional en varios países - México, Brasil, Venezuela, Colombia, Argentina - y en los otros la telenovela brasileña, mexicana o venezolana, desplazan por completo a la producción norteamericana.³³ A partir de ese momento, y hasta inicios de los años noventa, no sólo en Brasil, México y Venezuela, principales países exportadores, también en Argentina, Colombia, Chile y Perú la telenovela ocupa un lugar determinante en la *capacidad nacional de producción televisiva*,³⁴ esto es en la consolidación de la industria televisiva, en la modernización de sus procesos e infraestructuras - tanto técnicas como financieras - y en la especialización de sus recursos: libretistas, directores, camarógrafos, sonidistas, escenógrafos, editores. La producción de telenovelas significó a su vez una cierta apropiación del género por cada país: su *nacionalización*. Pues si bien el género telenovela implica rígidos estereotipos en su esquema dramático, y fuertes condicionantes en su gramática visual - reforzados por la lógica estandarizadora del mercado televisivo- también lo es que cada país ha hecho de la telenovela *un particular lugar de cruces entre la televisión y otros campos culturales* como la literatura, el cine, el teatro. La telenovela se convirtió entonces en un conflictivo pero fecundo terreno de *rede-finiciones político-culturales*: mientras en países como Brasil se incorporaban a la producción de telenovelas valiosos actores de teatro, directores de cine, prestigiosos escritores de izquierda, en otros países la televisión en general y la telenovela en particular eran rechazadas por los artistas y escritores como la más peligrosa de las trampas y el más degradante de los ámbitos profesionales. Poco a poco, sin embargo, la crisis del cine por un lado, y la superación de los extremismos ideológicos por otro, han ido incorporando a la televisión, sobre todo a través de la telenovela, a muchos artistas, escritores, actores que aportan temáticas y estilos por los que pasan dimensiones claves de la vida y las culturas nacionales y locales.

En el momento de su mayor creatividad, la

³⁵ Martín-Barbero, J. y Muñoz, S. *Televisión y melodrama*. Bogotá: Tercer Mundo, 1992; Mazziotti, N. *La industria de la telenovela*. Buenos Aires: Paidós, 1996.

telenovela latinoamericana atestigua las dinámicas internas de una identidad cultural plural.³⁵ Pero será justamente esa heterogeneidad de narraciones, que hacía visible la diversidad cultural de lo latinoamericano, la que la globalización ha ido reduciendo progresivamente. El éxito de la telenovela, que fue el trampolín hacia su internacionalización, y que respondía a un movimiento de activación y reconocimiento de lo latinoamericano en los países de la región, va a marcar también, paradójicamente, el inicio de un movimiento de uniformación de los formatos y borramiento de las señas de aquella identidad plural. Pero hasta qué punto la globalización de los mercados significa la disolución de toda verdadera diferencia cultural o su reducción a recetas de congelados folklorismos?

Ese mismo mercado también está reclamando la puesta en marcha de procesos de experimentación e innovación que permitan insertar en los lenguajes de una tecnicidad mundializada la diversidad de narrativas, gestualidades e imaginarios en que se expresa la riqueza de nuestros pueblos. Es lo que están evidenciando ciertas producciones brasileñas, y lo que acaba de ejemplarizar el éxito mundial de la telenovela colombiana *Café*, y algunas nuevas series latinoamericanas.

La relación entre medios y culturas, sobre todo en el campo audiovisual, se ha tornado en los años noventa especialmente compleja. Como demostró, en la última reunión del Gatt – ahora Organización Mundial de Comercio-, el debate entre la Unión Europea y los Estados Unidos sobre la “excepción cultural”, la producción y circulación de las industrias culturales exige una mínima puesta en comun de decisiones políticas. En América Latina ese mínimo de políticas culturales comunes ha sido imposible de lograr hasta ahora. En primer lugar por las exigencias y presiones del patrón neoliberal que ha acelerado el proceso de privatización del conjunto de las telecomunicaciones y desmontado las pocas normas que en algún modo regulaban la expansión de la propiedad. A lo que ahora asistimos es a la conformación y reforzamiento de poderosos con-

³⁶ Galpering, H. Las industrias culturales en los acuerdos de integración regional, *Comunicación y sociedad*, N°31, p. 12, Guadalajara, México; Recondo, G. (Comp.), *Mercosur, La dimensión cultural de la integración*. Buenos Aires: Ciccus, 1997; Achugar, H. /Bustamante, F. Mercosur: intercambio cultural y perfiles de un imaginario", in García Canclini, N. (Coord.) *Culturas y globalización*. Caracas: Nueva Sociedad, 1996.

glemerados multimediales que manejan a su antojo y conveniencia, en unos casos la defensa interesada del proteccionismo sobre la producción cultural nacional, y en otros la apología de los flujos transnacionales. En los dos grandes acuerdos de integración subregional - la entrada de México al TLC (Tratado de Libre Comercio) entre EE. UU. y Canadá, y la creación del *Mercosur* entre Brasil, Argentina, Uruguay y Paraguay- la presencia del tema cultural es hasta ahora netamente marginal: "objeto sólo de anexos o acuerdos paralelos".³⁶ Los objetivos directa e inmeditamente económicos – desarrollo de los mercados, aceleración de los flujos de capital- obturan la posibilidad de plantearse un mínimo de políticas acerca de la concentración financiera y el ahondamiento de la división social entre los inforricos y los infopobres. La otra razón de fondo, que impide integrar un mínimo las políticas sobre industrias culturales en los acuerdos de integración latinoamericana, estriba en el divorcio entre el predominio de una concepción populista de la identidad nacional y un pragmatismo radical de los Estados a la hora de insertarse en los procesos de globalización económica y tecnológica. Concentradas en preservar patrimonios y promover las artes de elite, las políticas culturales de los Estados han desconocido por completo el papel decisivo de las industrias audiovisuales en la cultura cotidiana de las mayorías. Ancladas en una concepción básicamente preservacionista de la identidad, y en una práctica desarticulación con respecto a lo que hacen las empresas y los grupos independientes, ese "tercer sector" cada día más denso, las políticas públicas están siendo en gran medida responsables de la desigual segmentación de los consumos y del empobrecimiento de la producción endógena. Y ello en momentos en que la heterogeneidad y la multiculturalidad no pueden ser más vistas como un problema sino como la base de la renovación de la democracia. Y cuando el liberalismo, al expandir la desregulación hasta el mundo de la cultura, está exigiendo de los Estados un mínimo de presencia en la preservación y recreación de las identidades colectivas.

Pero si del lado de los Estados la integración cultural sufre de los obstáculos que acabamos de enumerar, existen otras dinámicas que movilizan hacia la integración el escenario audiovisual latinoamericano. En primer lugar el desarrollo de *nuevos actores y formas de comunicación* desde los que se están recreando las identidades culturales. Me refiero a las radioemisoras y televisoras regionales, municipales y comunitarias, y a los innumerables grupos de producción de video popular que están constituyendo “un espacio público en gestación, representante de un impulso local hacia arriba, destinado a convivir con los medios globales.

Convivencia que constituye quizá la tendencia más clara de las industrias culturales ‘de punta’ en la región”.³⁷ Sin ser de los más avanzados en ese terreno, Colombia por ejemplo cuenta ya con 546 emisoras de radio comunitaria y con cerca de 400 experiencias de televisión local y comunitaria. Todas ellas hacen parte de esas *redes informales* que, desde aldeas y barriadas—via los encadenamientos posibilitados por el TV-cable y las antenas parabólicas—ponen a comunicar, mestizándolas, sus propias configuraciones culturales con la diversidad de las culturas del mundo que, aun descontextualizadas y esquematizadas, se asoman por las redes globales.

También entre las grandes industrias del *rock* pasan hoy movimientos de comunicación e integración cultural nada despreciables. El movimiento del *rock latino* despierta creativities insospechadas de mestizajes e hibridaciones de las estéticas transnacionales con los sonos y ritmos más locales. “En tanto afirmación de un lugar y un territorio, este *rock* es a la vez propuesta estética y política. Uno de los ‘lugares’ donde se construye la unidad simbólica de América Latina, como lo ha hecho la salsa de Ruben Blades, las canciones de Mercedes Sosa y de la Nueva Trova Cubana, lugares desde donde se miran y se construyen los bordes de lo latinoamericano” afirma una joven investigadora colombiana.³⁸ Que se trata de modos de recreación de *lo latinoamericano* como un lugar de pertenencia cultural y de enun-

³⁷ Roncagliolo, R. La integración audiovisual en América Latina: Estados, empresas y productores independientes, in García Canclini, N. (Coord.) *Culturas en globalización*. Caracas: Nueva Sociedad, 1996. p. 53.

³⁸ Rueda, A. Representaciones de lo latinoamericano: memoria, territorio y transnacionalidad en el videoclip del *rock latino*, *Tesis*, Univalle, Cali, 1998.

ciación específico, lo prueba la existencia del canal latino de MTV, en el que se hace presente, junto a la musical, la creatividad audiovisual en ese género híbrido, global y *joven* por excelencia que es el *videoclip*.

Guadalajara, México, abril del 2002.

revista
interamericana
de comunicação
midiática

ANIMUS

Communication, Cultural Identity and the State in Latin America: A Perspective from Europe*

Philip Schlesinger and Nancy Morris

Abstract

We begin by sketching out the context of recent Latin American research on cultural identity and communication, indicating how this continues to contend with the legacy of theories of dependency and rationalistic assumptions about the role of state intervention in the domain of culture. We then examine recent works by Jesús Martín-Barbero, Néstor García Canclini, and Renato Ortiz. Finally, we examine the European situation in the light of current Latin American debate, and suggest that European developments in media policy may be being misread across the Atlantic.

Key words: Communication - Cultural Identity - Latin America

Resumo

Começamos avaliando o contexto recente da pesquisa em identidade cultural e comunicação na América Latina, indicando a continuidade do legado das teorias da dependência e aportes racionalistas acerca do papel do estado no domínio da cultura. Examinamos os trabalhos recentes de Jesús Martín-Barbero, Néstor García Canclini e Renato Ortiz. Finalmente, examinamos a situação europeia à luz do corrente debate latino-americano e sugerimos que o desenvolvimento europeu em política de comunicação pode estar sendo pouco entendido do outro lado do Atlântico.

Palavras-chave: comunicação - identidade cultural - América Latina

Resumen

Comenzamos evaluando el panorama reciente de la investigación en identidad cultural y comunicación en América Latina, indicando cómo se sigue con el legado de las teorías de dependencia y aportes racionalistas acerca del rol del estado en el dominio de la cultura. Examinamos los trabajos recientes de Jesús Martín-Barbero, Néstor García Canclini e Renato Ortiz. Al final, examinamos la situación europea a luz del corriente debate latinoamericano y sugerimos que el desarrollo europeo en política de comunicación puede estar siendo poco entendido tras el Atlántico.

Palabras clave: comunicación - identidad cultural - América Latina

Philip Schlesinger is Professor of Film and Media Studies and Director of Stirling Media Research Institute, University of Stirling, Scotland.
e-mail: p.r.schlesinger@stir.ac.uk

Nancy Morris is Associate Professor of Broadcasting, Telecommunications, and Mass Media at Temple University, Philadelphia, USA.
e-mail: amorri@astro.ocis.temple.edu

* This article was originally published in Ulf Hedetoft (ed.) *Political Symbols, Symbolic Politics: European Identities in Transformation*. Aldershot: Ashgate, 1998.

Introduction

Questions surrounding the construction of collective identities are at the heart of contemporary cultural theory. In this paper, we set out to analyse how the interrelated themes of identity, culture, and communication have been addressed in the recent work of some of Latin America's most prominent cultural theorists. Consideration of such themes presently criss-crosses the boundaries of the human sciences in ways that make a compelling case for the kind of inter-disciplinary thinking prevalent in Latin America.

We begin by briefly sketching out the context of recent Latin American research on cultural identity and communication, indicating how this continues to contend with the legacy of theories of dependency and rationalistic assumptions about the role of state intervention in the domain of culture. The latter-day impact of postmodern, postnational, and global cultural concerns on Latin American thought is undeniable, and has deeply marked the thinking of the past decade. We then examine recent works by Jesús Martín-Barbero, Néstor García Canclini, and Renato Ortiz, Latin American scholars who are grappling with the theoretical consequences of the decentring of the national state and the wider crisis of political culture that this has engendered. Finally, we briefly examine the European situation in the light of current Latin American debate, and suggest that European developments in media policy may be being misread across the Atlantic.

As in Latin America, a central concern of current European debate is the role of the state in buttressing national cultural production in a global context. On both continents, there is intense discussion about the extent to which recent developments in the globalisation of communication have transformed notions of what constitutes communication sovereignty. Consequently, one line of European Union policy-making that has recently resonated in Latin America has been concerned with the uses and effectiveness of media and cultural policy to secure collective identity.

Latin America

The countries of Latin America - here defined as the twenty former Spanish and Portuguese colonies of the Americas and the Caribbean - have had unsettled histories since their independence from their colonial powers, which in most cases took place in the early 19th century. In the 20th century, autocratic regimes gave way to attempts at limited democracy that were followed by upheavals from the 1960s to the 1980s when most of the region's countries fluctuated between military dictatorships and democratic political systems. Now, with the exception of Cuba, all Latin American countries have elected governments, although some of them, such as Colombia, Mexico, and Peru, are somewhat precarious and threatened from within. Throughout Latin America, relationships between the states and the media have varied from mutual support, to ideological conflict, to outright government control of the media under some authoritarian regimes. Today, the media are for the most part privately owned and free-market oriented (Fox 1996, p. 184).¹ Economically and socially the region is characterised by enormous discrepancies in the distribution of wealth, and by its continuing efforts to modernise infrastructure, improve living standards, and promote economic development.

Like their counterparts elsewhere, Latin American writers are concerned about the roles of the media, the state, and popular culture in society; the relationship of each of these to the others and to the process of identity formation; and the relationship of all of these to forces of globalization and de-territorialisation. These themes have been elaborated in an intellectual field shaped by conditions specific to Latin America: the region's continuing *Third World* status; Latin America's history of political instability and authoritarian rule; and its characteristic social heterogeneity, in particular the mixed Spanish and Indian heritage described by the term *mestizaje*. A recurring theme in much research is the search for tools and frameworks adequate to the task of analysing contemporary society, bearing in

¹ Fox, Elizabeth. 1996. 'Media and Culture in Latin America'. *International Media Research: A Critical Survey*. John Corner, Philip Schlesinger, and Roger Silverstone eds. London: Routledge: 184-205.

² Cardoso, Fernando Henrique and Faletto, Enzo. 1979 [1971]. *Dependency and Development in Latin America*. Berkeley: University of California Press.
Dorfman, Ariel and Mattelart, Armand. 1972. *Para leer el Pato Donald; comunicación de masa y colonialismo*. Mexico: Siglo Veintiuno.

³ Beltrán S., Luis Ramiro. 1976. 'Alien Premises, Objects, and Methods in Latin American Communication Research'. *Communication Research* 3 (2) : 107-135.

mind the peculiarities of Latin Americanness. The most significant of these frameworks has been the dependency model of political, economic, and historical analysis, which has strongly influenced Latin American intellectual discourse over the past three decades.

The dependency framework, an important and original contribution of Latin American scholarship, emerged from concern about the process and outcomes of the pursuit of modernisation. A product of the 1960s, this model postulated that *underdevelopment* was not caused by the failure of individual states' economies but rather derived from the interlocking global economic system. The developed countries of the centre do not simply benefit by exploiting those on the periphery; industrial capitalism pushes non-industrialised countries into a continuing and subordinate position of dependency (Cardoso and Faletto 1979, p. xxii).²

So far as the field of media and culture was concerned, the dependency approach concluded that communications systems were "conditioned by U.S. communication interests' and that the resulting dominance was ultimately destructive to local cultures and identities (Beltrán 1976, p. 127).³ This now-familiar *cultural imperialism* critique gained prominence in Latin America in the early 1970s. The cultural imperialism argument held that imported media products (usually from the United States) contained ideas that would lead to the decline of traditional lifestyles and values. Such an argument underlies Dorfman and Mattelart's pioneering discussion of Disney comics, *How to Read Donald Duck*:

Why is Disney a threat?... [B]ecause this product of Disneyland... is imported, along with so many other consumer objects, to the dependent country... [B]y importing a product... we are also importing the cultural forms of that society. (1972, p. 155-6)

This contention that imported cultural forms would weaken a country's sense of itself and erode national identity has not been unique to Latin America or the developing world. Over the years, France has been a leader in promulgating this view. The

late President Mitterand affirmed "the right of every country to create its own images", saying that "[a] society which abandons the means of depicting itself would soon be an enslaved society" (cit. in Goodell, 1994, p. 26). This comment, made in connection with controversy over whether to include audiovisual products in the GATT Treaty, indicates that variants of cultural imperialism arguments have continued to be put forward, in Latin America and elsewhere, to the present day. Of late, however, these arguments have been somewhat displaced by the notion of *globalization*, with some recognition that the term globalization "suggests interconnection and interdependency of all global areas which happens in a far less purposeful way" than the intentional control attributed to imperialism (Tomlinson 1991, p. 175).⁴

⁴ Goodell, Jeffrey. 1994. 'The French Revolution'. Premiere May: 26.
Tomlinson, John. 1991. *Cultural Imperialism*. London: Pinter.

Towards a New World Information and Communication Order?

In the 1970s, the cultural imperialism perspective underpinned a growing perception across the Third World of imbalances in international news reporting and worldwide media flows. In Latin America, "the first Third World region as a whole to identify certain problems in its national media systems" (Fox 1988, p. 6), representatives of 20 countries met in 1976 under the auspices of Unesco to discuss issues related to communication policies. They called for a more equilateral international flow of media products, and recommended democratisation of access to mass media, the protection of free speech, and the use of media to support national development (Fox 1988, p. 6-7).⁵ Although these recommendations ultimately had little effect on government policy, they set the stage for further multilateral consultation on the issues.

⁵ Fox, Elizabeth. 1998. 'Media Policies in Latin America: An Overview and Conclusions' in Fox, Elizabeth ed. *Media and Politics in Latin America: The Struggle for Democracy*. London: Sage: 6-35 and 171-188.

The Unesco-sponsored International Commission for the Study of Communication Problems, known as the MacBride Commission after its chairman, Sean MacBride of Ireland, convened in 1977. This group spent two years examining questions of the *communication gap* between the developed and developing worlds. Concern that

⁶ International Commission for the Study of Communication Problems. 1980. *Many Voices, One World*. Paris: Unesco.

most countries in the developing world were merely *passive receivers* of news and entertainment from the developed world inspired calls for the creation of a "new more just and more efficient world information and communication order", commonly abbreviated as the New World Information and Communication Order, or NWICO (International Commission for the Study of Communication Problems 1980, p.39).⁶

Communication flows have changed since the MacBride Commission report. Within Latin America, Brazil and Mexico have established strong audiovisual sectors. Both countries have become successful exporters of media products - notably the particularly Latin American version of soap operas known as *telenovelas* - to other countries in Latin America and elsewhere, and, in the case of Mexico, to the Spanish-speaking market in the United States. Nonetheless, even in Latin American countries with active media industries, huge import-export balances persist. Mexico still imports far more of its programming than does the United States - some 30 percent for Mexico, to two percent for the U.S. Enrique E. Sánchez Ruiz has suggested that there is therefore no serious break with Mexico's established pattern of *associated-dependent* development under the sway of the United States: "the pattern of interdependence was, and still is, asymmetrical, so it is finally a pattern of domination, even if there is not necessarily a *will* to dominate" (Sánchez Ruiz 1994, p. 73).⁷

National Communication Policies - and after

One aspect of the resistance of Latin American politicians and intellectuals to dependency and cultural imperialism was the advocacy of national communication policies designed to counter U.S. cultural dominance. National communication policy arguments, which were particularly prominent in the 1970s, have been based on two key assumptions: first, that rational policy-making in the cultural domain is possible; and second, that domestic or regional cultural production will have an integrating

⁷ Sánchez Ruiz, Enrique E. 1994. 'The Mexican Audiovisual Space and the North American Free Trade Agreement (NAFTA)', *Media Information Australia* 71: 70-77.

effect on the societies that consume it.

Although exponents of this perspective may still be found, these arguments have become less fashionable - and less persuasive - as the role of the national state and its capacity to exercise power in the context of a global economy, transnational trading blocs, and political alliance structures has been reappraised. Analyses of communication policy in Latin America, as in Europe, have been increasingly influenced by the transformative context of transnationalisation or globalisation. Nevertheless, the national communication policy line of argument persists, providing a yardstick against which recent shifts in thinking might be measured.

Adherents of an interventionist approach must, it seems, attempt to negotiate with new realities and see what then remains of a rationalistic approach to policy analysis. A number of writers' recent work shows clearly - albeit with different emphases- the scope and limitations of the thinking involved. The 1993 North American Free Trade Agreement (NAFTA) between the United States, Canada, and Mexico has sensitised Mexican researchers to the possible cultural impact of a free trading zone. A rather apocalyptic construction has been put on this by Javier Esteinou Madrid who is concerned with how the *world integration phase* of the global economy will impact on Mexico's position in a global market. For him the state offers a weak instrument for control over national culture and identity (1993, p. 78).⁸ The new model of consumption, he argues, requires electronic media to create new subjective conditions: in effect, television is conceived of as a machine for the production of market-oriented individualism. From the nationalistic and statist point of view, says Esteinou Madrid, Mexico faces a "collective spiritual conquest", with "the new goods coming from the outside hav[ing] the same effect as the sequins and glass beads" brought by the Spanish conquerors five centuries ago "in order to trade trinkets for our precious metals" (1993, p. 80).

Mexico, says Esteinou Madrid, is experienc-

⁸ Esteinou Madrid, Javier. 1993. 'National Sovereignty, Communication and World Integration: the Case of Mexico.' *Mexican Journal of Communication* 1(1) : 77-86.

ing a second “commercial evangelisation of our identity” via NAFTA and GATT. The state has therefore to intervene using a *rational policy* for television; a *nationalist communications policy* is needed to counter the medium’s fragmenting impact. The conception of television is an instrumental one. It is seen as a collective educator that needs to raise “people’s consciousness regarding the problems we face as a society” - this in turn is to lead to a “comprehensive culture for national survival”, as against elitist conceptions of culture (1993, p.82). Communication, then, is seen as part of a new political culture, essential to national survival, analogous to controlling the country’s natural resources and strategic industries:

Now, with the process of opening the country’s cultural borders through new information technologies, in order for the state to maintain its ideological sovereignty, it must raise cultural activity, national identity, and its instruments of collective dissemination, such as the mass media, to the level of strategic fields. (Esteinou Madrid 1993, p. 85)

The Peruvian researcher Rafael Roncagliolo addresses the changing global communications scene in much the same terms, although with a slightly more flexible response. From his perspective, the polity, economy, and culture all need to be rethought; the national state, the classic power-container for these different domains, has come under profound challenge.

In the political sphere, the transnationalisation process is characterised by the ability of transnational entities to reduce the autonomy of the central and peripheral states as well. In the economic sphere, this stage is characterised by global rather than national organisation of productive activities. In the cultural sphere, this same process leads to what McLuhan calls the *global village* - a global community of receptors born out of the centralised expansion of the world market of information goods and services. (Roncagliolo 1994, p. 272)⁹

It is transnationalisation, therefore, that re-contextualises national communication policies and defines the new agenda for Roncagliolo in which re-

⁹ Roncagliolo, Rafael. 1994. ‘Communication and Development: The Contribution of Research’, in Cees J. Hamelink and Olga Linné, eds. *Mass Communication Research: On Problems and Policies*. Norwood, NJ: Ablex: 267-275.

search and analysis need to be “in dialogue with the states” (1994, p. 270-271). Looking back over the history of Latin American research, he concludes that the previous attempts to formulate national communication policies and efforts to work against *information colonialism* have been unsuccessful, and suggests that despite past failures the need for state intervention has not gone away. “The problem of national communication policies today is more pressing than ever in Latin America...simply because the development of new technologies has created a new situation and challenge that states (and the private sector) cannot ignore” (1994, p. 270). A new realism is now required: for instance, it is wrong to assume that new technologies are simply oppressive, rather they do have a progressive potential.

The argument focuses upon how media production may relate to cultural integration and act as a counter-weight to imports: alongside audiovisual production to maintain cultural identity at the national level there should also be regional exchanges in Latin America “that would lower intra-regional production costs in favour of an authentic and pluralist Latin American integration” (1994, p. 274). This is a regionalist as well as a nationalist project—assuming, of course, that there is no contradiction between interests operating at these two levels.

As in Europe and elsewhere, those arguing for some continuing role for national state intervention in the fields of media and cultural policy have had to make their case against an ascendant neo-liberalism. This revisionist *exit from dependency* argument has been presented quite explicitly, for instance, in the work of the Brazilian communication researcher José Marques de Melo, who has drawn attention to the role of countries such as Brazil and Mexico as major exporters of *telenovelas* and music. For Marques de Melo one of the consequences of the military dictatorship in Brazil, and the special rights it afforded Brazil's Globo television company in exchange for cooperativeness during dictatorial rule, was that it permitted TV to produce a sense of *Brazilianness* (1995, p.320).⁹ The growth attained

¹⁰ Marques de Melo, J. 1995. 'Development of the audiovisual industry in Brazil from importer to exporter of television programming', *Canadian Journal of Communication* 20 (3) : 317-328.

Sinclair, John. 1986. *D e p e n d e n t 'Development and Broadcasting: The Mexican Formula'". Media, Culture and Society*, 8(1) : 81-101.
Mattelart, Michèle and Mattelart, Armand. 1987. *Le Carnaval des Images: La Fiction Brésilienne*. Paris: La Documentation Française.

¹¹ Marques de Melo, José. 1992. 'MacBride and Latin America: From Cold War to the Good-Willing Spirit' in J. Marques de Melo ed., *Brazilian Communication Research Yearbook*. São Paulo: School of Communications and Arts, University of São Paulo : 109-121.

¹² Mitchell, David and Einsiedel, Edna. 1995. 'Introduction: Communication in the Americas', *Canadian Journal of Communication* 20(3) : 291-298.

¹³ Roncagliolo, Rafael. 1995. 'Trade Integration and Communication Networks in Latin America'. *Canadian Journal of Communication* 20(3) : 335-342.

under these conditions has allowed Brazilian exporters to develop external markets, although it is recognised that exports have in fact contributed a relatively small part of Globo's profits.

Underlying this market-driven argument is an undoubted nationalism. Marques de Melo writes with evident pride of the emulation of Brazilian production, of the international Latin American market for writers and script adaptation. The market, rather than state intervention, is seen as bringing about Sean MacBride's vision of a more equitable global cultural and information order. However, it is arguably a certain form of statism, involving both in Brazil and Mexico a rigging of the market, that has permitted the growth of the media giants, encouraging the dominance of Globo and Televisa (Sinclair 1986; Mattelart and Mattelart 1987).¹⁰

In another article, Marques de Melo quite consciously realigns the terms of the MacBride report, arguing that the end of the Cold War requires a re-evaluation of the goals of NWICO in a changed, democratic context. In his view, NWICO was not seriously implemented in Latin America because of the statist obsession with public service broadcasting and with East European models. There was a concomitant failure to recognise the growing strengths of national production, a fixation with the popular and a gap between the analyses provided by university intellectuals and the needs of industry. From this perspective, the entry of such enterprises as Televisa and Globo into the international market, and their relative success, is seen as actualising the goals of the MacBride report (Marques de Melo 1992, p. 118).¹¹ As Mitchell and Einsiedel have commented, "It is ironic to see indigenous private sector firms counted alongside public and community networks in the motion towards the MacBride vision of more equitable international media flows" (1995, p. 297).¹²

It is precisely this positive embrace of the opening-up of the market that is doughtily countered by Roncagliolo (1995).¹³ For him it represents *integration* into the global economy, but without defences. He also seeks to relativise the

nationalist argument by pointing out that the dominant exporting countries in Latin America - Brazil and Mexico - are exceptions. He notes that there are now new exporters, in particular Argentina and Venezuela, but that most Latin American countries continue to be net importers of cultural goods. In sum, he says, "all Latin American countries are dependent, but some are more dependent than others" (1995, p. 338). For him, a distinctive Latin American form of integration has yet to succeed, the televisual mix is one dominated by private enterprise with public and state broadcasting at the margins, and there remains a serious lack of national production. Any emergent public sphere, he believes, will have to come from below, at the level of community and local production (1995, p. 341-342).

A similar refusal to accept the sidelining of overarching structures of cultural and mediatic power is to be found in the work of Armand Mattelart (1994),¹⁴ who argues that one of the conceptual implications of thinking in terms of *globalisation* is to flatten out difference. For him, the assumption of liberty of expression (embodied at least in some of forms of *hybridity* - conceived as self-expressive, new combinations of cultural elements) is merely the liberty of commercial expression. The free market is linked to populism, he contends, which is the theoretical basis for an *active audience* theory that in its extreme versions tends to equate empowerment with consumption itself; such approaches, he believes, have a tendency to sidestep questions of cultural subordination.¹⁵

Roncagliolo's and Mattelart's positions are in many respects similar to that of Beatriz Sarlo. Hers could be termed a *authentic populist* position where the exercise of freedom of choice precisely occurs at the base:

[I]f hybridisation is in effect a mode of cultural construction, it is important that the materials that go into the pot may be selected in the freest, most egalitarian way possible, both institutionally and economically. (Sarlo 1994, p. 132)¹⁶

This perspective recognises that *hybridisation*

¹⁴ Mattelart, Armand. 1994. *Les nouveaux scénarios de la communication internationale*. Barcelona: Generalitat de Catalunya.

¹⁵ "es importante que, si la hibridación es efectivamente un modo de construcción cultural, los materiales que entren en su caldera puedan ser elegidos de la manera más libre que sea posible, más igualitaria desde el punto de vista institucional y económico". We are grateful to Mario Kaplún for bringing this work to our attention.

¹⁶ Sarlo, Beatriz. 1994. 'Culturas populares, viejas y nuevas'. *Escenas de la vida posmoderna*. Buenos Aires: Ariel : 107-132.

in some sense exists. However, it also insists that we appreciate the power dimension of cultural formations, the determinations that structure and are embodied in cultural forms. In other words, hybridity is relocated in the realm of necessity rather than that of freedom.

This argument is clearly articulated in the work of the Mexican cultural sociologist Jorge González, who departs from a critique of the supposed rationalism of cultural policy-making, which he sees both as based in trial and error and as post-hoc ratification of pressures for attention by competing interests. His research is animated by a double desire. First, he wishes to test and demonstrate the validity of a reflexive cultural sociology, much inspired by the work of Pierre Bourdieu, in which the objectivisation of dimensions of culture is coupled with the recognition of the subjectivity of action and meaning. Second, as a conscious rejection of client-oriented social research, he aims to add to a systematic knowledge of the available cultural range (*oferta cultural*) in Mexico and to investigate how this is diversely accessed and used across the range of social groups. Most recently, he has expressly linked his project to the public interest goal of underpinning national autonomy:

¹⁷ "Colaborar al reforzamiento de una cultura de la información, como recurso estratégico para el crecimiento y un desarrollo más independiente y autónomo de México, es sin duda el telón de esta empresa".

Collaboration in the strengthening of a culture of information, as a strategic resource for growth and for a more independent and autonomous development of Mexico, is without question the backdrop of this undertaking. (González 1995, p. 157)¹⁷

Reliable knowledge in developing a "cartography of cultural resources" is seen as providing a basis for credible political intervention. This project is carried out within a resolutely national frame of reference rather than a *Latin American* one. In that respect, his work moves in quite the opposite direction from other theorists considered here, who have treated the *national* as a questionable framework of analysis.

Like them, however, González conceives culture as an object of struggle, subject to power re-

¹⁸ González, Jorge A. 1994. 'La transformación de las ofertas culturales y sus públicos en México'. *Estudios sobre las culturas contemporáneas*, 6(18): 9-25.

lations. He argues that the cultural practices at the heart of consumption, especially those generated in the familial habitus, but also those distributed by a range of cultural institutions, are "always situational and work through a link to memory" (1994, p.15).¹⁸ The family and its governance by genealogy and memory becomes the focal point for an encounter with the most fundamental cultural goods - namely those supplied by the institutions of religion, education, welfare, art and the media. Places for the public consumption of food, the purchase of provisions, and of entertainment are also examined in this work.

This builds upon González's earlier studies (1987; 1993), in which the metaphor of cultural *navigation* looms large. There, he was concerned with how different cultural sites and forms - such as sanctuaries, regional fairs, and *telenovelas* - were diversely consumed and contested by different social groups. González's concern with the stratifications and interactions of consumption has taken him away from the *hybridity* model and toward a structurally differentiated sociology of collective tastes and uses far from the siren calls of postmodernism. His recent formulation of a longitudinal *cultural cartography* is firmly rooted in historically derived relations of power (1995, p. 142). This is undeniably a turn towards structure and systematicity.¹⁹

¹⁹ González, Jorge A. 1987. 'Los frentes culturales: Culturas, mapas, poderes y luchas por las definiciones legítimas de los sentidos sociales de la vida'. *Estudios sobre las culturas contemporáneas* 1(3) : 5-44.

——— 1993. 'Metodología y sociología reflexivas: Navega procesos mares del placer'. *Estudios sobre las culturas contemporáneas* 5(15) : 209-226.

——— 1995. 'Coordenadas del imaginario: Protocolo para el uso de las cartografías culturales'. *Estudios sobre las culturas contemporáneas*, *Época II* 1(2) : 135-161.

Media and Popular Culture

Many Latin American analysts continue to warn of the dangers of media domination and cultural homogenisation, but they have been joined by other scholars who highlight how popular culture circumvents the perceived power of international media industries and gives voice to popular demands and interests. While this major revisionist current of Latin American cultural analysis acknowledges that Latin American countries import most of their films and much of their television programming from the U.S., and that *global culture* is deeply imbricated in everyday life, the arguments have been turned around in quite far-reaching ways.

In many societies, the numerous alternative

channels of expression controlled neither by multinationals nor by the state include such activities as neighbourhood gatherings, loudspeakers mounted on vehicles, and photocopied leaflets and news-letters. Such communication channels have been particularly important in recent Latin American history, providing outlets for popular creativity, not to mention resistance, during the era of repressive dictatorships. The burgeoning of alternative media was a significant offshoot of military regimes censorship of mainstream media (Fox 1988,p.182). The significance of such small-scale media has led Latin American analysts to reassess the relationship between media and identity.

Two crucial moves have shaped analysis of media, the state and popular culture. First, there has been a broad reevaluation of the role of popular culture in identity formation - one that carries profound implications for thinking through the relations between the people and the national state in Latin America. Second, the very role of the national state as an instance of political and cultural sovereignty has come under comprehensive challenge, which has unleashed questions concerning the locus and exercise of cultural power. As is evident from the discussion above, there has been a consistent worry that Latin American identity is being swamped by commercial U.S. media and other products (cf. Morris 1995, ch. 6, for the Puerto Rican case).²⁰ Typically, in this style of argument, it is assumed that we know what a national identity is - it is not treated as problematic - and typically too, it is also held to be the object of negative effects.

Characteristic of the underlying engagement of the cultural analysts under discussion is an attempt to clarify questions of identity with a much greater degree of sophistication than the simplistic model regnant in some dependency thinking. This conceptual development of theories of identity is undertaken as part of a radical reappraisal of the lingering arguments about cultural dependency in Latin America in the context of U.S. global hegemony. *Identity* is not simply an object that is acted upon

²⁰ Morris, Nancy. 1995. Puerto Rico: Culture, Politics, and Identity. Westport, CT: Praeger.

by external forces but rather has been rethought as a complex field of action.

The developing argument about the hybridity of Latin American identities is - so some would argue - part of the shift towards postmodernist theory in Latin America. For instance, in their introduction to a recent anthology, Beverley and Oviedo have analysed the emergence of a *regional* variant of postmodernism - much as have many in Europe - as an outcome of crises of the projects of nationalism and leftist reformism. The classic Marxist preoccupation with the dominant role of ideology and the sustaining structures of cultural imperialism is seen as *passé*, yielding to the implication that we should accept "the challenge of mass culture and the mass media rather than simply discussing these as sites for the production of false consciousness" (Beverley and Oviedo 1993, p.12).²¹ This is of a piece with the proclaimed super-session of dependency thinking in many quarters.

²¹ Beverley, John and Oviedo, José eds. 1993. The Postmodernism Debate in Latin America, *Boundary 2, Special Issue* 20(3).

From hegemony to mediation - Jesús Martín-Barbero

Jesús Martín-Barbero's book *De los medios a las mediaciones* has been taken as a benchmark of an important shift of focus in Latin American cultural research. Its underlying political message is that there are neglected modes of participation in everyday life, and these forms of action offer points of entry into the dominant culture and power structure, by subverting it if necessary, and by appropriating it to other uses.²²

²² Martín-Barbero, Jesús. 1993a. Communication, Culture and Hegemony: From the Media to Mediations. London: Sage.

_____ 1993b 'Latin America: Cultures in the Communication Media'. *Journal of Communication* 43(2) : 18-30.

_____ 1993/4 'La comunicación, centro de la modernidad: Una peculiar relación en América Latina'. *Telos: Cuadernos de comunicación, tecnología, y sociedad* 36, Dec. 1993-Feb. 1994 : 39-46.

_____ 1997. 'Cultural Decentring and Palimpsests of Identity', *Media Development* 54(1) : 18-21.

Martín-Barbero signalled a break with concerns about the homogenisation of culture due to its transnationalisation. He also queried the very categories of the nation and the state, asking whether a focus on public policy-making was the best way into an understanding of the working of popular culture. Martín-Barbero offers a broad conception of communication, going well beyond a concern with the media themselves to the proposal that *mediation* become a central category for analysis. This entails looking at how culture is negotiated and is an object of transactions in a variety of contexts, ranging a-

cross the cinema, the popular press, radio, television, the circus, musical performance, and much else besides. He suggests that for Latin America the syncretic nature of popular practices is quite central. These practices contribute both to the preservation of cultural identities and to their adaptation to present-day demands. At heart, therefore, the concern with *mediations* is a discourse on the making of identities.

Martín-Barbero's subsequent writing has begun from the positions developed in his book. Much of it remains suggestive and hypothetical, a provocation to research and further analysis, rather than firmly conclusive. It populates the conceptual terrain with a distinctive terminology: dominant ideology is abandoned, transnational identities and cultural citizenship enter the scene. Questions are posed (if not resolved) concerning specific media and their distinctive roles in identity constitution, the role of the national state, and what is left for notions of an overarching political community and cultural sovereignty. One implication of this analysis for the processes of formation of cultural identity is that "the culture industry, by producing new hybrids resulting from the erasing of boundaries between high culture and popular culture, traditional and modern, and domestic and foreign is reorganising collective identities and forms of symbolic differentiation" (1993a, p. 26).

Latterly, in a series of articles, Martín-Barbero (e.g. 1993b, 1993/4) has further tilled by now familiar ground: he has argued that we need to think about cultural identity in Latin America in relation to popular culture, and that popular culture has profoundly modified the forms of expression of mass culture. In an illuminating formulation, he suggests that "[u]nderstanding the process of mass communication implies recognising the rearticulations of symbolic boundaries and how these new boundaries confirm the value and power of collective identities" (1993b, p. 26). Of course, this perspective merely opens up the question of how collectivities relate to media rather than telling us how the changes are

actually accomplished.

Martín-Barbero identifies mass communication as a crucial locus of contending discourses which for the left “embodies the spearhead of imperialism and the loss of national identity” and for the right “is the strongest example of cultural decadence and moral degradation” (1993b, p. 25). He also argues against a mediacentric viewpoint, suggesting that processes of communication be addressed from the standpoint of social movements rather than beginning with assumptions about media power. The proposal is that we attend to the mediations - not the media or the text - namely, that we analyse how the popular classes interpret symbolic products. In short, meanings are not simply decoded according to the intentions of the dominant culture.²³

²³ There is a manifest link to the *ethnographic turn* in media and cultural studies so fashionable in Europe and North America, exemplified in the work of Ang, Fiske, Morley and many others.

In the field of popular culture, music is perceived as a key form of expression, one that has migrated and recombined. Martín-Barbero also notes the important role of radio in sustaining an everyday sense of collective identity for the popular classes in urban society (1993b, p. 22).²⁴ Television is a medium that is intimately linked, particularly through the *telenovela*, to “lives, fears and hopes of the people” (1993b, p. 22).

²⁴ This focus connects with recent European work, such as that concerning broadcast talk conducted by Scannell (1991) and others. It also links to the *banal nationalism* thesis of Billig (1995) who essentially argues for the everydayness of reminders of national identity. Scannell, Paddy ed. 1991. *Broadcast Talk*. London: Sage. Billig, Michael. 1995. *Banal Nationalism*. London: Sage.

One new theme - and as will be seen, this finds its echoes elsewhere in contemporary Latin American cultural theory - concerns what are termed *detritorialised memories*: that is, the production of cultures and subcultures tied to the transnational commercial media markets. Here, a distinction is made between “written cultures that are linked directly to languages and therefore to a territory” and “the cultures of images and music of television and video” that

produce new cultural communities difficult to compare or understand in relation to a given territory. These are not only new cultures but, essentially, youth cultures, and are frequently accused of being antinational because they have no roots in a given territory. However, they are not so much antinational as they are a new way of perceiving identity. They are identities with

²⁵ Cf. Anthony Smith's (1995) much more uncompromising dismissal of *global culture* and Ulf Hannerz's (1993) argument that we should take it seriously as a new space. Smith, Anthony. 1995. *Nations and Nationalism in a Global Era*. Cambridge: Polity Press. Hannerz, Ulf. 1993. 'The Withering Away of the Nation? An Afterword'. *Ethnos*, 3-4: 377-391.

²⁶ García Canclini (1995b), by contrast, does think some lessons can be learned from EU cultural policy. Latterly, Martín-Barbero (1996) has noted Europe's relevance (even if in passing).

shorter, more precarious time spans and a flexibility allowing them to bring together ingredients from different cultural worlds. (1993b, p. 27)²⁵

This raises some crucial questions about the sustainability and meaning of such transnational communities sustained by youth culture - as opposed to, say, transnational ethnic communities. Nevertheless, the break with the problematic of an externally imposed cultural hegemony is plain. Transnationalisation is seen as dislocating rather than as homogenising cultures, and in this context it is hard to see how an overarching collective identity can be imposed at the national level by means of public policy measures undertaken by the state.

Indeed, in a later piece, Martín-Barbero (1993/4) has radically questioned the capacity of state action to achieve any significant measure of control over communication. He has argued that new media technologies are central in bringing about a new social model and that modernisation in Latin America needs to be understood on its own terms rather than be seen through the lens of other experiences elsewhere, such as those of Europe.²⁶

In this version of modernity, with new forms of sociability and new sensibility, the media, and television especially, offer "a certain global view of city and society, making them comprehensible and to a certain extent reasonable to a fragmented public" (1993/4, p. 43, original emphasis). However, contemporary media culture is ahistoricised and discontinuous - an aspect with potentially profound implications for a society's sense of itself.

Martín-Barbero also calls for a rethinking of old models of political culture, where "communication needs to be thought of as a decisive space in the redefinition of the public and the construction of democracy" (1993/4, p. 44). In a previous modernising phase between 1930-50, he observes, the media "were decisive for the formation and diffusion of national identity and feeling" (1993/4, p.44). The national economies at that time entered the international market and the political project of forming a *national sentiment* was taken up especially by radio,

which acted as mediator between the state and the urban masses, who were transformed into a people and then into a nation.

However, this process has now gone into reverse: the media devalue the national, memories have become deterritorialised, images have become denationalised, the youth are appealed to through music and video. In this perspective, the dichotomy between the national and the *antinational* has been superseded by fragmentation and the segmentation of markets, a process occurring at both the local and the global levels. The consequence, it is argued, is that from a global point of view, the national is seen as provincial and weighed down by statism, whereas from a local point of view the nation is perceived as centralising. These combined pressures mean that there are no ways of defining the boundaries of a common national culture, policed by the sovereignty of the state.

Compared to the statist solutions proposed by other analysts - such as those in the national communication policy tradition - this is a radical deconstruction of the potential of states to control processes of cultural management in the interests of national identity maintenance. Consequently, we should not be surprised by postnational comments such as this: "It is the very category of the border that has lost its references and along with this the idea of the nation that inspired a whole cultural configuration" (1993/4, p. 45).²⁷

At the same time, however, Martín-Barbero still wishes to argue that the national constitutes a strategic space of resistance to global domination, that it permits the historical memory of peoples to be kept alive and that it offers a space for inter-generational dialogue. There are also transnational cultural elements that cross state boundaries in Latin America, which has long been culturally unified by radio and music, Martín-Barbero maintains. In the new situation, however, the region is being unified in the context of a market-driven global economy, an integration process in which communication and information technologies play a key role. Audiovisual

²⁷ "Es la categoría misma de frontera la que ha perdido sus referencias y con ella la idea de nación que inspiró toda una configuración de lo cultural".

media are central for Latin Americans in providing images of themselves, so media enterprises such as Brazil's Globo and Mexico's Televisa are vitally important, with advertising and drama singled out as key forms for Latin American audiences.

One important implication of the argument sketched out above is that the defence of Latin American culture has shifted from the national state to national (but also at the same time transnational) private enterprise: the insertion of companies such as Globo and Televisa into the global market provides a guarantee of cultural vitality because they have secured a crucial sector of production and distribution. However, this market position is secured, in effect, by the dilution of cultural specificity and a shift in the notion of quality from meaningful content to glossy production values. But if these private enterprises are now the new champions of Latin Americanness, how does this relate to questions of public policy? The *Latin American imaginary* is being reshaped outside of assertions of the public interest. The impact of postmodern thinking on this argument is plain, and it carries weighty postnational implications.

In his most recent work, Martín-Barbero (1997) further considers the matter of what he now terms *cultural decentring* and the complexity of contemporary identity that this produces. He opens with a provocative question, asking "From where should we think about identity?", for one's centrality or peripherality, he suggests, has an impact on the issues raised and on our perceptions of whether we have merely to live with diversity or think more fundamentally in terms of cultural survival.

In a brief comparison, Martín-Barbero (1997, p. 18) depicts multilingual EU Europe as recognising regional diversity and stateless nations and supporting them through audiovisual production. In a reprise of earlier views, he opines that Latin America, despite its common culture, has gone in another direction: the *telenovela* - its distinctive form of authentic cultural expression - has become cheapened and commercialised and trades in stereotypes.

While the frontiers have become mobile, he cautions against an optimistic reading of a drive towards a global community. But neither, he suggests, should we indulge in a catastrophist interpretation. What Martín-Barbero proposes instead is that we understand contemporary identities as *palimpsests*: layered formations in which the muddy past may be discerned through the veils of the present. This metaphor is used to encompass the tensions between the recognition of cultural decentring in some domains and the continuing relevance of state-based territoriality. Increasingly, this bending of the knee to the impact of postmodernity has been coupled in Latin American cultural theory with a more emphatic recognition of the continuing weight of older collectivities and the state system.

For Martín-Barbero, there are two strategic locations for thinking about identity today: the nation and the city. The nation has overflowed its boundaries, with culture in Latin America losing its organic link with language and territory. The crisis of the national also presents itself as a crisis of political legitimacy and of social scientific knowledge. These configure into an overall crisis of representation, in which the very language for meaningfully representing collectivities is placed profoundly in question. Thus, what is now called *the public* is in some senses both extended and yet weakened. There is a new public space in which politics, intellectuals and communication have realigned, but this does not equate to greater democratic participation within national societies.

The city, he says, is disintegrating, subject to increasing attempts at rationalisation, a process that accompanies growing deterritorialisation and a loss of feelings of belonging by its inhabitants. The *information society* privileges the circulation of data, so it is argued, rather than the personal encounter, rendering the mediated city a *virtual* entity. Following Benjamin, Martín-Barbero suggests that the audio-visual media have constituted a new sensorium of privatised experience. There has been a shift from publics to audiences. Nevertheless, within this dys-

topian perspective there is an emancipatory glimmering, as there are new forms of association in electronic culture, especially among the young. The consumption of popular culture, ludic relations to new information technologies, solidarities generated by music are elements of a contrary movement, portents of a new human plasticity.

Cultural hybridity - Néstor García Canclini

In ways broadly akin to Martín-Barbero, Néstor García Canclini has argued that mass media have not wiped out traditional forms of cultural expression but rather that they have contributed to a reshaping that has transformed and displaced the formerly established modes of thinking about culture: "High, popular, and mass are no longer to be found in their familiar places. The traditional and the modern are mixed together all the time" (1992, p. 30-31).²⁸

In his approach to the question of *hybrid cultures*, García Canclini has shared with Martín-Barbero the need for theoretical reformulation entailed by rejection of the dual problematic of cultural imperialism and national communication policy. Latterly, in a shift of emphasis, García Canclini has begun to think through relations between changing cultural formations and public policy.

In his synthetic work *Culturas Híbridas* García Canclini addresses the impact of what he terms the *hybridisation* of the world of culture on established conceptions of modernity and of Latin American modernisation. He uses this term both because it permits him to designate "diverse intercultural mixtures - not only the racial ones to which mestizaje tends to be limited" and "because it permits the inclusion of the modern forms of hybridisation better than does *syncretism*, a term that almost always refers to religious fusions or traditional symbolic movements" (1995a, p. 11, note 1). García Canclini's book is also an argument for rethinking disciplinary approaches in a context that demands interdisciplinarity (1995a, p. 4). It is, moreover, an enga-

²⁸ García Canclini, Néstor. 1992. 'Cultural Re-conversion'. In *On Edge: The Crisis of Contemporary Latin American Culture*. George Yudice, Jean Franco, and Juan Flores eds. Minneapolis: University of Minnesota Press: 29-43.

_____. 1995a. [1989] *Hybrid Cultures: Strategies for Entering and Leaving Modernity*. Trans. Christopher L. Chiappari and Silvia L. López. Minneapolis: University of Minnesota Press.

_____. 1995b. *Consumidores y ciudadanos: Conflictos multiculturales de globalización*. Mexico: Grijalbo.

gement with the impact of postmodernity - described as "not a stage or tendency that replaces the modern world" but rather as a way of signalling current uncertainties both theoretical and socio-cultural (1995a, p. 9).

The overall context of this work is that of Latin America's unfinished political and economic modernisation process, in which incompletely national, state-policed cultures have collided with the post-1980s transformation of *symbolic markets*, that is, markets of artefacts that are sold as cultural goods, of which media products are a prime example. The existing, novel, hybrid mix of cultured, popular and massified has been produced by urban expansion. From this somewhat different starting point, then, García Canclini arrives at a conclusion shared by Martín-Barbero: traditional forms of political life and urban culture have declined and media have "become the dominant constituents of the *public* meaning of the city, those that stimulate a disintegrated imaginary public sphere" (1995a, p. 210).

García Canclini suggests that two processes characterise the contemporary period. First, the *de-collection* of symbolic goods - those products such as fashion items, fast food or pop music that carry condensed cultural meanings. Individuals are re-ordering their cultural products according to personal taste rather than to established, socially consecrated canons of consumption. In this displacement of once-established rules, new technologies of reproduction - photocopiers, VCRs, videos and video games - play a key role in providing the means for individuals to reassemble their new cultural collections. This shift has a profound impact on artistic production which now tends to lack *referents of legitimacy* (1995a, p. 243).

Alongside this is a process of *deteritorialisation* involving "the losses of the *natural* relation of culture to geographical and social territories and, at the same time, certain partial territorial relocalisations of old and new symbolic productions" (1995a, p. 228-229). Examples given are the rise of Brazil as a cultural exporter and the large-scale Latin

American labour migration to the U.S.

However, contrary to most postmodernist thinking, García Canclini contends that fundamental questions about “identity and the national, the defense of sovereignty, and the unequal appropriation of knowledge and art do not disappear. The conflicts are not erased...They are placed in a different register, one that is multilocal and more tolerant, and the autonomy of each culture is rethought” (1995a, p. 240-241). The point is put with greatest clarity when García Canclini says: “It is a question of analyzing what the political consequences are of moving from a vertical and bipolar conception of sociopolitical relations to one that is decentred and multidetermined” (1995a, p.258, original emphasis).

The exercise of power in this reconfigured framework does not disappear but instead becomes *oblique* and the model of well-defined cultures has been displaced: “today all cultures are border cultures” (1995a, p. 261). What this therefore entails is the need for a pluralist analytical perspective on Latin American modernity where the incomplete modernisation of state and society coexists with postmodernity: popular and elite cultures, with their traditional roots, belong to the modern, whereas mass culture is postmodern, a “disorganising-organising matrix of temporal experiences” (1995a, p. 274). This more heterogeneous cultural reality should not be thought to be democratic, nor to escape the operations of “old and new devices for concentrating hegemony” (1995a, p. 280). These latter observations, which are not developed into an elaborated critique, do nonetheless underline the determined refusal to celebrate any postmodern vision: instead, it becomes part of the contemporary dilemma.

In a related analysis, it is suggested that the established relations between social class, cultural stratification and the consumption of symbolic goods have broken down. Or, in another formulation, that there are now distinctive temporalities: industrial culture is of the here-and-now and perhaps integrates shifting populations into *postmodernity*;

however, the continuing persistence of elite and popular cultures of the more traditional kind also offers the basis for historically-rooted collective memories.

In terms of how cultural and national identities are conceived, García Canclini raises questions about the relations between identity and territory, pointing to three major consequences. First, the re-organisation of culture and the crossing-points of identity mean that the rules governing social relations have changed and need to be interrogated differently. Second, there is no longer a simple coalescence of the national and the popular. This is because there is no hegemonic national space, the *nation* (i.e., the state, we imagine) having dissolved into "a dense network of economic and ideological structures" (1989, p. 19). Third, García Canclini raises questions about the relations between identity and territory. The elaboration of collective identity still occurs predominantly within territorial frames, but there is a significant loosening of the relations between cultural products and their place of origin. For instance, the migration of millions of Latinos to the USA and the shift of Latin American culture to North America do not fit the unidirectional model of cultural imperialism. The new circuits of culture and the changed relations they bring with them raise far-reaching questions about identity, nationality, the defence of sovereignty, and the appropriation of culture.

García Canclini's later (1995b) analysis shifts onto the terrain of *cultural citizenship*, which - as in comparable writing in Australia, Canada and Europe - now seems to be one of the new buzz words (cf. e.g., Murdock 1992; Turner 1994).²⁹ Where the argument about *hybrid cultures* inclined towards the dislocating impact of new patterns of consumption (as the outcomes of changed social relations), there is now an attempt to address how the discerned *cultural hybridity* can be harnessed to a political project. We could analyse this as the necessary step to replace the obsolescent project of a national communication policy, which has been outflanked by the new international relations of communication.

²⁹ Murdock, Graham. 1992. 'Citizens, Consumers and Public Culture' in Skovmand, Michael and Schröder, Kim Christian eds. *Media Cultures: Reappraising Transnational Media*: 17-41.
Turner, Brian. 1994. 'Postmodern Culture/Modern Citizens' in Bart van Steenberg, ed. *The Condition of Citizenship*. London: Sage: 153-168.

For García Canclini, *globalisation* has altogether shifted the relations between economy and culture. Citizenship is invoked as a possible counterweight to the impact of neo-liberal market relations. However, this is not the Habermasian conception in which a separation is made between the irrational consumer and the rational political actor; rather it is an argument for looking at consumption and citizenship jointly and therefore transforming how we think of each. *Cultural citizenship* in this conception makes a shift from the formal notion of membership of a state to the informally circumscribed practices of belonging that relate to given groups (1995b, p. 19).

While García Canclini draws upon the debates over multiculturalism in the United States, his aim is to go beyond the struggle to have differences recognised. Central to the argument is the link between cultural diversity, cultural policy and the reform of the state in a context where identities are shifting from the modern to the postmodern: "Modern identities were territorial and almost always monolingual" whereas "postmodern identities are transterritorial and multilingual ... The classic socio-spatial definition of identity, referring to a specific territory, has to be complemented with a socio-communicative definition" (1995b, p. 30-31; original emphases).³⁰

Postmodern, communication-based, popular culture is seen as a resource for entry into the public sphere and as the object of identity and cultural politics much more than is the historic heritage. García Canclini's analytic strategy is not to argue that all has changed but rather to point to how different *sociocultural circuits* relate variously to processes of transnationalisation. In this connection, he distinguishes between the historical-territorial, elite culture, mass communication, and lastly, restricted systems of communication and information (1995b, p. 32-33). He uses these different *circuits* to differentiate between levels of integration into processes of international development. Thus, he suggests:

The competence of national states and of their cultural policies diminishes to the extent

³⁰Las identidades modernas eran territoriales y casi siempre monolingüísticas... las identidades posmodernas son transterritoriales y multilingüísticas... La clásica definición socio-espacial de identidad, referida a un territorio particular, necesita complementarse con una definición socio-comunicacional" (original emphases).

³¹ "La competencia de los Estados nacionales y de sus políticas culturales disminuye a medida que transitamos del primer circuito al último. A la inversa, los estudios sobre consumo cultural muestran que cuanto más jóvenes son los habitantes sus comportamientos dependen más de los dos últimos circuitos que de los dos primeros. En las nuevas generaciones las identidades se organizan menos en torno de los símbolos histórico-territoriales, los de la memoria patria, que alrededor de los de Hollywood, Televisa o Benetton".

³² "Las naciones y las Etnias siguen existiendo. Están dejando de ser para las mayorías las principales productoras de cohesión social. Pero el problema no parece ser el riesgo de que las arrase la globalización, sino entender cómo se reconstruyen las identidades étnicas, regionales y nacionales en procesos globalizados de segmentación e hibridación intercultural'.

that we move from the first circuit to the last. Contrariwise, studies of cultural consumption show that the younger the inhabitants the more their behaviour depends upon the latter two than the first two. In the new generations, identities are organised less around historico-territorial symbols, those of national memory, than around those of Hollywood, Televisa or Benetton. (1995b, p. 33)³¹

This typology may have its limitations, but it does suggest a potentially fruitful way of distinguishing the impact of the global upon various levels of any given society. At root, it is another way of underlining the point that we cannot assume that all social groups stand in identical relation to all media and that the historical horizons of different classes and generations may differ quite radically, without necessarily sharing any overall principles of coherence. The perspective could be amplified by thinking in terms of zones that are relatively more closed or open, or, again, in terms of the relative speeds of transformation of different cultural sectors and the extent to which they continue to have a hold on a *national* population.

For García Canclini, the question of collective identity is now formulated as follows:

Nations and ethnic groups continue to exist. They are ceasing to be, for the majority, the principal producers of social cohesion. But the problem does not seem to be the risk that globalisation will destroy them, rather to understand how ethnic, regional, and national identities are reconstructed in globalised processes of intercultural segmentation and hybridisation. (1995b, p. 113)³²

Is it truly the case that *the majority* no longer look to nation-states for collective identity? How could we possibly test such a proposition? While not entirely suggesting that the national state has been superseded, this approach, nevertheless, does tend to a severe downgrading of the national. García Canclini therefore sets us a double task, which is to understand both postnational formations and the same time to try and address the reshaping of national cultures (1995b, p. 109). He sees us as going through a

double movement, first of deterritorialisation (addressed by the strategies of international marketing and blockbusting world cinema) and, second, at the same a reterritorialisation based in social movements and local media. According to this argument, the national space is *relativised* and *fundamentalist* notions of identity as monocultural are rejected. The task is to find the transdisciplinary tools of analysis to move ahead. At all events media and identity need to be situated in the new relations between multimedia and multicontextuality (1995b, p. 114).

García Canclini's more recent work (1995b) draws express parallels between Europe and Latin America. He writes of both Europe and Latin America as *suburbs of Hollywood*, but with the Europeans presently more spiritedly resistant to encroachments upon their space. During the concluding phase of the GATT negotiations in late 1993, the European Union insisted upon a *cultural exception* for audio-visual products - that is, it refused to treat films and television programmes just like any other tradeable commodity on the grounds that they were part of the European cultural heritage (cf. Schlesinger, 1996).³³ García Canclini sees this European resistance to the United States over GATT as an exemplary case that raises some key questions about the relations between the national, the continental and the global (1995b, p. 127). The European insistence upon a *cultural exception* is offered as a model for Latin American producers to follow. Europe's position is perceived as a refusal to accept that globalisation necessarily means Americanisation. It is also taken to signify that there is still a place in the debate for reformulating relations between market and state as expressed through a public interest articulated by public policy. From these considerations, García Canclini argues for the need for a Latin American cultural/communicative space, the basis of which would be the recognition of Latin American multicultural reality and the control of tendencies to monopoly in media markets through public intervention both nationally and regionally. The European Union is seen as offering exemplary ways to re-

³³ Schlesinger, Philip. 1996. 'Should We Worry about America?' in Annemoon van Hemel, Hans Mommaas, and Cas Smithuisen eds. *Trading Culture: GATT, European Cultural Policies and the Transatlantic Market*. Amsterdam: Boekman Foundation: 96-110.

³⁴ Schlesinger, Philip and Doyle, Gillian. 1995. 'Contradictions of Economy and Culture: The European Union and the Information Society', *Cultural Policy* 2(1) : 25-42.

³⁵ "No se trata de restaurar el Estado propietario, sino de repensar el papel del Estado como árbitro o garante de que las necesidades colectivas de información, recreación e innovación no sean subordinadas siempre al lucro".

³⁶ cf. McLennan, Gregor. 1995. *Pluralism*. Buckingham: Open University Press.

³⁷ Ortiz, Renato. 1985. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense.
_____. 1988. *A moderna tradição brasileira: Cultura brasileira e indústria cultural*. São Paulo: Brasiliense.

_____. 1997. 'World Modernity and Identities'. *Media Development*, 54(1) : 37-40.

formulate cultural policy under new, global conditions. We might question this, given the present course of EU policy-making in which technological and industrial considerations are outweighing matters of culture and democracy (cf. Schlesinger and Doyle, 1995).³⁴ García Canclini also notes that the ground of the debate has really shifted from cinema and television to the multimedia field and that what is required is a multimedia policy that encompasses the full range of communications systems since changes in distribution systems will overtake anything more partial.

This focus opens up some direct points of comparison between Europe and Latin America and the U.S. It also underlines the connection between theorising cultural identity and formulating cultural policy. García Canclini follows in detail the supranational model of EU intervention when he argues for a Latin American common market for culture, the use of quotas to protect cultural production and for a support fund for a range of cultural activities in Latin America (1995b, p. 160-161). Taking up Roncagliolo's point, he also argues that the cultural disequilibria between Latin American countries need to be addressed, as well as measures for dealing with foreign capital (1995b, p. 162). Like it or not, the state has re-entered the argument, albeit in conditions of greater complexity. The pressing question now is how relationships between state and market can be recast: "It is not a matter of restoring state ownership, rather one of rethinking the role of the state as the arbiter or guarantor, so that the collective need for information, entertainment and innovation is not always subordinate to profitability" (1995b, p. 162).³⁵ The achievement of a new, multicultural public space is therefore located in assumptions that are both politically and sociologically pluralistic.³⁶

Beyond national identity - Renato Ortiz

Renato Ortiz's framework has been worked out in the national context of Brazil, where, he argues, national identity has always been a political question.³⁷ Within the national space there will

³⁸ "Na verdade, a luta pela definição do que seria uma identidade autêntica é uma forma de se limitar as fronteiras de uma política que procura se impor como legítima". This is very close to the point of view developed in Schlesinger, 1997. 'National Identity: Some Conceptions and Misconceptions Criticized', *Social Science Information* 26(2) : 219-264.

³⁹ "a relação entre nacional e popular se manifesta no interior de um quadro mais amplo, o Estado".

⁴⁰ "A memória colectiva é a da ordem da vivência, a memória nacional se refere a uma história que transcende os sujeitos e não se concretiza imediatamente no seu cotidiano."

always be contending, interest-based, constructions of what constitutes the national, with the question of legitimacy of power at stake: "In truth, the struggle for the definition of an authentic identity is a way of staying within the boundaries of a politics that seeks to impose itself as legitimate" (1985, p. 9).³⁸

Reviewing the history of attempts to define Brazilianness, Ortiz takes his distance from a tradition of essentialist efforts to distill the Brazilian character, and notes Marxism's problem with analysing nationalism. However, of all Marxist theorists, he sees Gramsci's attempt to theorise the national-popular as offering the most fruitful road, not least because for the Italian theorist the problem was thought through, analogously, in respect of the difficulties of state construction in his own country. Above all else, argues Ortiz, the national question is part of the problem of the state: "the relation between national and popular manifests itself inside a broader framework, the state" (1985, p. 130).³⁹

Taking the state as the necessary frame of reference leads him to a key distinction: that between collective memory and national memory. He describes this as follows:

Collective memory is of the lived reality, national memory relates to a history that transcends subjects and does not immediately take shape in its everydayness. (1985, p.135)⁴⁰

Broadly speaking, then, there is a homologous relation between the immediate, lived concreteness of the popular and collective memory, just as there is a similar relation between the more distanced, ideological, official realm of the state and national memory. The general force of this conception is that the national is a kind of second-order construction with respect to the popular. One can see in this more than a passing resemblance to the well-worn Italian distinction between *paese reale* and *paese legale*, where the state is perceived as remote and illegitimate and the most secure personal and collective moorings are to be found in civil society. National identity, in this kind of political order is, then, an attribute of the state, which actually constitutes it:

⁴¹ "O Estado é esta totalidade que transcende e integra os elementos concretos da realidade social, ele delimita o quadro de construção da identidade nacional. É através de uma relação política que se constitui assim a identidade..."

⁴² "o processo de construção de identidade nacional se fundamenta sempre numa interpretação."

⁴³ "se transforma em ideologia que justifica a ação dos grupos empresariais no mercado mundial. Talvez por isso não há grandes diferenças entre o discurso de venda da telenovela e a argumentação dos comerciantes de armamentos no exterior... uma vez que ambos são vistos exclusivamente como produtos nacionais".

The state is that totality that transcends and integrates the concrete elements of social reality, it delimits the framework of construction of national identity. It is by means of a political relation that identity is constituted. (1985, p. 138-9)⁴¹

Thus, there is a political interest in gaining assent to a given version of national identity, and the active marketing of this requires mediation -and here again, the well-known Gramscian conception of the role of intellectuals as intermediaries for given classes comes into play since "the process of national identity-construction is always based on an interpretation" (1985, p. 139).⁴² The national state takes up and universalises the folkloric and the popular, in this conception. The *nationalisation* of media production has its uses when, in the hands of major companies it "is transformed into an ideology that justifies the action of enterprises in the world market. Maybe this is why there are no big differences between the discourse of selling telenovelas and the arguments of those selling arms abroad...once both are seen exclusively as national products" (Ortiz 1988, p. 206).⁴³

Several points are worthy of note. First is Ortiz's anti-essentialism, so characteristic of the new culturalism. Second is the initial strong stratification between the domains of the national and the popular (aka the collective). This hard-edged classification and homologisation has had to soften in the face of postmodern concerns. And third, there is the rather questionable limiting of the term collective identity to the folkloric/popular level. We would argue that *collective* identity is more properly applied to a higher level of generality, and in principle could embrace any collectivity.

In his more recent work, Ortiz (1997) addresses the impact of what he terms - following Braudel's formulation - *world-modernity* upon collective identities. At the core of his argument is the proposition that the classic principles of integration, territoriality and centrality that have been held to characterise the nation -and to offer the bases for national identity - have in significant measure been

displaced by processes of globalisation.

Ortiz begins by tracing the intellectual roots of theories of national identity based in anthropology, sociology and political philosophy. In cultural anthropology's conceptions of *character* (as found in the work of Benedict and Kroeber, for instance), the modal psychology of tribal societies was transformed wholesale into a conception of *national character*. Implicit in this was an essentialist notion of the nation as a singular personality.

A way out of this ontological notion, Ortiz suggests, may be found in Lévi-Strauss's suggestion that *identity* is not an essence but rather something *virtual*, a conceptual move that makes us think in terms of produced relations. Ortiz (1997, p. 38) offers a definition of identity in the light of this as: "a symbolic construction that is made in relation to a referent". These referents may be various - a culture, a nation, an *ethnie*, a skin colour, gender. This shift towards thinking of identity as a symbolic construction rather than a thing already there to be described, he argues, disposes of the question of whether an identity is authentic or inauthentic. This is continuous with his earlier argument. However, he has moved away from the broadly binary model of the collectivities to which identity might be assigned.

Turning to Mauss's conception of the nation - a nineteenth century conception of the staid people with a distinctive territory and material base in a world economy - Ortiz rightly notes that this tends to anticipate the formation of the nation-state, which, employing Otto Bauer's formulation, has now become a *community of destiny*. Ortiz endorses Gellner's view that the nation is a product of modernity, in particular of industrial development. In this regard, the experience of belonging becomes delocalised as it becomes nationalised (not least through forms of communication, from the railway to the telegraph to the media). However, the nation is not an undifferentiated essence but rather a contradictory formation, and somewhat precarious at that. According to Ortiz (1997, p. 39), the classic nation-state is "not only a politico-administrative entity, it is a locus

for the production of meaning". So, at this stage of development we could - using a Weberian trope, as he does- argue that the nation-state has a monopoly over the definition of meaning. This too is a reprise of his earlier position. However, he now argues (following Giddens), that we need to look beyond the nation-state form and note the impact of the *dis-embedding* process, the dislocation of space and of time which is an aspect of modernity itself. The contradictions induced by globalisation mean that national identity loses its monopoly of sense-making.

This shift leads into the proposal that we now think in terms of *world-modernity*. Contrary to some advocates of postmodernism, Ortiz (1997,p.39) is careful to note that he is not talking about either a global culture or identity but rather of how "the movement of deterritorialisation outside national frontiers accelerates conditions of mobility and *disembeds*".⁴⁴ Examples he cites of this process are the shared youth culture that transcends national boundaries and the diffusion of middle-class consumption patterns and tastes. He also makes reference to the way in which Afro-Brazilian-Caribbean music has surmounted the boundaries of the national state and to the rise of linguistic and regional struggles in Latin America in which subaltern groupings have made new identity-claims. The three principles of integration, territoriality and centrality can no longer reproduce themselves.

In attempting to delineate what this shift - this *decentring*, to use Martín-Barbero's term- means, Ortiz takes up de Certeau's distinction between strategy and tactics. Strategies operate in definite locations, whereas tactics work at the margins, and are basically liminal activities. This uncertainty, it is argued, is what now characterises identities: in García Canclini's term they become *negotiated*.

Once again, while recognising the important impact of change, Ortiz still insists that there is a hierarchy of relations. Diversity, he argues, does not equate to democracy: world-modernity makes multiple referents available to social groups, which use them in different ways. The widespread international

⁴⁴ "o movimento de desterritorialização para fora das fronteiras nacionais acelera as condições de mobilidade e *desencaixe*."

availability, use, and adaptability of a shared set of symbols for identity construction, however, should not be automatically interpreted as a democratising force.

To represent the sociological panorama in political terms is deceptive. Global society, far from stimulating the equality of identities, is cut across by a clear and merciless hierarchy. Identities are different, and unequal, because their inventors, the forces that construct them, occupy different positions of power and legitimacy. (1997, p. 40)⁴⁵

Here, there is an obvious divergence from the most recent argument of García Canclini, where a pluralistic sociology and politics tend to converge.

A perspective from Europe

In recent years, as we have shown, there has been a shift of thinking in one strand of Latin American cultural theory beyond the boundaries set by dependency approaches. This has entailed setting aside the problem of the hegemonic domination of popular culture by the United States and at the same time making an attempt to reinterpret the role of culture and its relation to collective identities. Central to the line of analysis represented by the work reviewed here is the perceptible disarticulation between popular culture and the national state, and an increasing recognition of the impact of new media technologies upon collectivities. Migration and the creation of electronic communities are seen as crucial in transcending long-established boundaries and in relativising borders. In fact, borders, from this perspective, are no longer seen as enclosures fully and effectively policed by states. Rather, they are themselves in motion. Therein lies the central impact of the postmodern perspective: the world has been rendered liminal.

However, alongside new, extended mediatic spaces, older frameworks of collective identity continue to exist - perhaps coexist would be a better way of phrasing it- and it is the dislocations between these diverse modes of collective being, older and newer, that are perceived as bringing about new

⁴⁵ "Traduzir o panorama sociológico em termos políticos é enganoso. A sociedade global, longe de incentivar a igualdade das identidades, é sulcada por uma hierarquia, clara, e impiedosa. As identidades são diferentes, e desiguais, porque seus artifices, as instâncias que as constroem, desfrutam distintas posições de poder e de legitimidade."

problems of socio-cultural coherence, as well as ushering in new opportunities for affiliation. One broad conclusion to be drawn, then, is that in important respects the spaces of at least some collective identities are becoming *deterritorialised*. This points towards what has been termed a *postnational* order -which should be more accurately, if more cumbrously be termed a *post-national-state* order- in which questions are being posed about the extent to which the framework of the national state offers an overarching framework of legitimacy, loyalty and sense-making. According to proponents of this view, such as Susan Strange (1995, p. 56) the state is becoming a *hollowed-out* or defective institution and "state authority has leaked away, upwards, sideways and downwards...The realm of anarchy in society and economy has become more extensive as that of all kinds of authority has diminished".⁴⁶ It follows, then, that in a reshaping global economy, culture, nation and state are no longer (if they ever were) aligned according to the classic tenets of nationalism.

⁴⁶ Strange, Susan. 1995. 'The Defective State'. *Daedalus* 124 (2) : 55-74.

One reaction to this is to throw up one's hands and declare an end to the role of the state in the management of culture. In Latin America, this response can be seen in the initial loss of attraction of the national communication policy as an instrument both of cultural defence and of the promotion of social integration. The emphasis on the syncretic vitality of the popular in some respects has seemed to make the role of the state redundant. But there are sufficient signs now that the role of the state -whether conceived of as a national or even continental political instance - cannot be dispensed with so easily. As Craig Calhoun (1993, p. 390) has observed, "[t]he definition of boundaries and constitution of a collective identity are crucial components of the constitution of a political community in the modern world system of states".⁴⁷ The existence of globalizing tendencies in the economy and systems of communication has not decisively displaced the state from its role as an instance of political direction and identification however much we might be witnessing a modification of its powers. Indeed, in support

⁴⁷ Calhoun, Craig. 1993. 'Nationalism and Civil Society: Democracy, Diversity and Self-Determination', *International Sociology* 8(4) : 387-411.

⁴⁸ Mann, Michael. 1993. 'Nation-States in Europe and Other Continents: Diversifying, Developing, not Dying', *Daedalus* 112(3) : 115-140.

of this view Michael Mann (1993, p.118) maintains that one might well argue that the nation-state is still maturing and that "[n]ational education systems, mass media and consumer markets are still subverting localism an homogenising social and cultural life into units which are at their smallest extent, national".⁴⁸

In fact, we would suggest, the recognition of postnational displacements of identity has increasingly promoted the need to acknowledge the continuing (if modified) significance of the national state. And as frustration over the capacity of the market-place to deliver cultural quality has grown, it is also apparent that the role of public policy remains part of the picture. This is surely inescapably the case, for as Marjorie Ferguson (1995, p. 440) has recently remarked, "while the globalist market rhetoric espouses cultural universalism, the local political reality is economic nationalism".⁴⁹ And economic nationalism requires a political instrument, which, in the cultural domain means according some institutional weight to forms of regulation.

⁴⁹ Ferguson, Marjorie. 1995. 'Media, Markets and Identities: Reflections on the Global-Local Dialectic'. *Canadian Journal of Communication* 20(4) : 439-459.

Although many of the points made in Latin American cultural analysis resonate across the Atlantic, in Europe their framing is differently conditioned by the economic, political and cultural shaping of the intellectual field. In these concluding reflections we wish to consider some relevant parallels and divergences.

For instance, the EU's attempts to define a *European* cultural identity have taken place in the context of global industrial competition, most especially with the United States. It has been fascinating to observe the deployment of a discourse of dependency (echoing Latin American debates) by those intent on protecting European audiovisual production from the depredations of the U.S., a strategy vigorously pursued during the concluding phase of the GATT negotiations in 1993.⁵⁰ In Europe, as in Latin America, policy-makers are probing the relationship between recent developments in the globalisation of communication and what that now implies for communication sovereignty.

⁵⁰ This has also drawn upon long-standing elite concerns about the negative impact of *Americanisation*. For a discussion, see Schlesinger 1996.

⁵¹ Acheson, Keith and Maule, Christopher, J. 1994 'International Regimes for Trade, Investment and Labour Mobility in the Cultural Industries'. *Canadian Journal of Communication* 19(3/4) : 147-167.

There is certainly a parallel to be explored between the distinctive concerns for the protection of collective identities aroused by trade liberalisation on both sides of the Atlantic. The North American Free Trade Agreement (NAFTA), a regime regulating goods and services, contains specific reference to cultural industries. As in the EU during the GATT negotiations, the cultural impact of economic relations with the USA was (and remains) a matter of concern both in Canada and Mexico, with specific exemptions sought to protect given sectors of cultural production. In each country, national identity consequences, as well as industrial considerations, were a motive force (Acheson and Maule 1994, p. 156-158).⁵¹

Facing outwards, the EU may be regarded as a single cultural actor on the world scene, at least, in recent years, for the purposes of trade negotiations. Conversely, looked at from within, the EU also offers an outstanding example of the tensions that have increasingly come to the fore between supranationalism and nationalism in the domain of culture, and in this respect it marks a major difference from Latin America, which may more readily be seen as a cultural area. From the above discussion, it is apparent that the debate over culture, media and identity in Latin America works from a sense of a shared space, where historically-charged linguistic and socio-cultural difference does not play anywhere near so marked a role as on this side of the Atlantic. That is not to say, however, that specific national conditions are unimportant in shaping the kinds of analysis offered.⁵²

⁵² This point was emphasised to us in a private discussion with Néstor García Canclini and Renato Ortiz.

In Europe, the EU has to square the circle of providing some kind of common cultural space for historically diverse states, for whom internal linguistic hegemonisation (if not complete homogenisation) has been central to nation-building. The national pride that takes language as a crucial symbol of identity is a knotty point at which any supranational Euro-goals rub up hard against the national level. Additionally, the latterday EU-endorsed recognition of regional differences within member states -the *Europe of the Regions*- has reinforced au-

⁵³ Schlesinger, Philip. 1992. 'Europeanness - A New Cultural Battlefield?', *Innovation in Social Sciences Research* 5(2) : 11-23.

⁵⁴ These issues also exist at some level in Latin America, notably with indigenous groups, although they have been little addressed in the works examined here.

⁵⁵ This has been discussed and criticised in Schlesinger and Doyle 1995 and Schlesinger 1996.

conomist and in some cases secessionist tendencies, particularly where these coincide with the territory of an existing stateless nation. The field of culture broadly understood, at least in some contexts, has thus understandably become a battlefield (Schlesinger 1992).⁵³

The EU's evolution, which is premised upon the political and economic integration of a group of national states, has therefore raised two sets of interlocked questions about forms of cultural diversity: there is the presently contradictory relationship of state-endorsed national culture with the demands of *Europeanisation*, and then there is the question of cultures that are neither fully annexed to, nor easily encompassed by, national-state culture. The cultural rights of ethnic and linguistic minorities and the claims for cultural recognition of nations without states are key cases in point.⁵⁴

In the face of Europe's great socio-cultural diversity, it is not surprising that EU policy has addressed the uses and effectiveness of media and cultural policy to secure collective identity, which, as we have seen, has also been a concern in Latin America. It is important to register the fact that EU policy developments over the past decade are more ambiguous than they might, at first blush, appear. They certainly do not provide a model which can be exported ready-made across the Atlantic for use in different conditions, however seductive this may seem. The rhetoric of cultural construction - best exemplified by the desire to produce a European audiovisual space- has given way to something else. With the ascendance of market liberalising tendencies and the renewed hype in the 1990s around the *information society*, there has been an increasing policy emphasis - both technicist and economicist - on creating a *European information area*.⁵⁵ Thus, the EU's approach to culture is a contested field, and it is unclear which tendencies shall prevail. Consequently, as Enrique Bustamante (1997, p. 44) justly observes, there are dangers of serious distortion if Latin American researchers intent on offering an alternative to the deregulated market-place simply

⁵⁶ Bustamante, Enrique. 1997. 'Limits in Latin American Communication Studies'. *Media Development* 54(1) : 41-44.

"present the European model as a goal while leaving its governments - the sponsors of myths about the information society- out of the picture".⁵⁶

In the line of Latin American cultural analysis explored earlier, the state is in soft focus because its very circumvention is at the heart of the exploration and recent experience of repression has led many intellectuals to be very chary of the state's role in cultural affairs. Looked at from a European point of view, however, it would be appropriate to insist upon the continuing relevance of the national state as both an analytical category and as a crucial political actor.

This is no more than to recognise that in Europe - as in Latin America - for the past two centuries statehood and nationhood have been coupled together in a dominant model of the polity -albeit with diverse success. Although the European routes taken to *nation-statehood* have been various, and are the subject of much scholarly debate, it is evident that this political form remains compelling. Plainly, despite all the present-day talk of post-nationalism, the post-Cold War shake-out in Europe has conformed to the historical modal type: following one well-trodden path, numerous nations in the post-communist world have sought states to give themselves a *political roof*, in the pregnant phrase coined by the late Ernest Gellner (1983).⁵⁷

In Europe, we have scarcely needed to be reminded of the continuing potency of nationhood as a mode of collective self-expression in the wake of the break-up of the former Soviet Union, the bloody collapse of former Yugoslavia, or the so-called *velvet divorce* in Czechoslovakia. In each of these cases, a supranational federation has decanted into nation-states, alas not without significant - and continuing - violent conflict in some instances. German reunification, moreover, once again has fundamentally reshaped the European map. A crucial point, therefore, is that European national political space is integrally related through the state to conceptions of national cultural space. Political communication continues, pre-eminently, to be a process that occurs

⁵⁷ Gellner, Ernest. 1983. *Nations and Nationalism*. Oxford: Blackwell.

within the borders of the national state, despite the increasing presence of a supranational framework.

In some recent Latin American analysis there has been a tendency to be enchanted by the seeming success of the EU in resolving its cultural contradictions. However, for those closer to the action in Europe, and familiar with the uneven and sometimes contradictory paths taken in European integration, proximity may lend disenchantment to the prospect. If there is any chance of shaping a new, postnational collective identity and legitimacy in the EU, it may be by way of the construction of a common political culture that offers scope for identification by diverse nations and ethnic groups. In other words, in Europe, as in Latin America, there is a case for displacing the prevalent concern with cultural defence into the pursuit of positive democratic institution-building.

Acknowledgements

The authors wish to express their gratitude to the World Association for Christian Communication, and in particular to the imaginative proposal by Philip Lee that made possible the colloquium for which the research for this paper was undertaken. WACC's benign intervention has stimulated us, finally, to put our long-standing private discussions of recent Latin American cultural theory on paper. We also wish to acknowledge the support of the Norwegian Research Council's ARENA Programme (Advanced Research on the Europeanisation of the Nation-State) in which Philip Schlesinger has participated. Finally, our heartfelt thanks to Doug Vick for his keen editorial skills. This paper revises an earlier version originally published as Cultural Boundaries: Identity and Communication in Latin America in *Media Development* 54(1) 1997, p. 5-17, which was named top-ranked paper in International Communication by the Intercultural and Development Communication Division at the International Communication Association Annual Conference, 1997. All translations are by the authors.

revista
interamericana
de comunicação
midiática

ANIMUS

Medios de Comunicación y formación de identidades culturales en el México global

María de la Luz Casas Pérez

Resumen

El propósito de este trabajo consiste en revisar el concepto de identidad cultural en la era de la globalización y revisar específicamente el tipo de impacto tecnológico observado en aquello que tenemos como identidad cultural. El caso mexicano nos orienta en tanto que un ejemplo de una antigua cultura siendo forzada a cerrarse a los diversos aspectos de su propia identidad bajo la intervención del actual fenómeno global y tecnológico dominante.

Palabras clave: identidad cultural - globalización - medios de comunicación

Abstract

The purpose of this paper is, primarily to revise the concept of cultural identity in the global age, and specifically to review the kind of impact technology has had in the ways we achieve cultural identity. The Mexican case is hereby addressed, as an example of an ancient culture being forced to look at different aspects of its own identity, intertwined with modern mainstream global technological phenomena.

Key words: Cultural identity - globalism - mass media

Resumo

O propósito deste trabalho é o de revisar o conceito de identidade cultural na era da globalização e rever, especificamente, o tipo de impacto tecnológico observado naquilo que temos como identidade cultural. O caso mexicano nos orienta como um exemplo de uma antiga cultura sendo forçada a fechar-se aos diversos aspectos de sua própria identidade quando o atual fenômeno global e tecnológico dominante faz sua intervenção.

Palavras-chave: identidade cultural - globalização - mídia

María de la Luz Casas Pérez é professora do Instituto Tecnológico Superior de Monterrey - ITESM, Campus de Cuernava, México.
mcasas@campus.mor.itesm.mx

* O artigo foi publicado em 2002 numa coletânea de vários autores, intitulada *Desafios Amic*, numa edição da *Asociación Mexicana de Investigadores de la Comunicación*, México.

Introducción

La sociedad debe definir su identidad, su articulación, el mundo, sus relaciones con él y con los objetos que contiene, sus necesidades y sus deseos. Sin la respuesta a estas preguntas, sin estas definiciones, no hay mundo humano, ni sociedad, ni cultura –pues todo quedaría en un caos indiferenciado.

Cornelius Castoriadis

Los inicios del siglo XXI nos han traído como consecuencia, entre otras cosas una conciencia distinta respecto de nuestras formas recientes de comunicación y de convivencia.

Si bien los modernos medios de comunicación se desarrollaron primordialmente durante la segunda mitad del siglo XX, la presencia de las nuevas tecnologías con las que hoy en día abordamos la realidad cotidiana, nos permiten proponer que las condiciones actuales de estructuración de nuestros espacios de convivencia son radicalmente distintas. (Casas, 1998, p. 31-32).¹

La comunicación tecnológica moderna ofrece a sus usuarios dos vertientes aparentemente contradictorias: por un lado la uniformidad, y por otro la diferencia.

Homogeneidad y heterogeneidad son las dos caras de la misma moneda que hoy en día se conoce como globalización, que a su vez fue resultante de los grandes movimientos integradores de los capitales de finales del siglo XIX y del siglo XX.

Una de las características fundamentales de nuestros tiempos, en nuestro país y prácticamente en cualquier parte del mundo, es que los usuarios de las nuevas tecnologías son capaces de ver los mismos programas de televisión y consumir los mismos productos, al mismo tiempo que protestan en contra de la discriminación racial o de género.

Entre diseños electrónicos y animaciones por computadora que dibujan las intenciones de grupos diversos de interés, podemos encontrar páginas del Internet que denuncian el calentamiento global, medios periodísticos internacionales que igual que

¹ Casas Pérez, María de la Luz. Consideraciones metodológicas en torno a la globalización y la comunicación, *Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales*, UNAM. Año XLIII, n. 171, enero-marzo, 1998.

reportan el nacimiento de una nueva moda que transmiten las declaraciones de un jefe de Estado, o bien conciertos de *rock* que proponen el reconocimiento de la diferencia indígena.

No existe sin embargo, prácticamente ninguna diferencia en la forma en que los nuevos medios nos plantean formas diversas de interacción humana. El panorama que nos plantean es amplio y diverso, pero al mismo tiempo único.

Homogeneidad y heterogeneidad se alternan dinámicamente en la construcción de las nuevas identidades colectivas.

Ambas, igualdad y diferencia tienen el mismo origen, pero representan modos distintos de enfrentar un mismo proceso. Como diría García Canclini, son parte de los imaginarios con la que la globalización trabaja y de la interculturalidad que moviliza (García Canclini, 1999, p. 30).²

Incorporadas tardíamente a la constitución de lo global, sociedades como la mexicana se encuentran apenas en proceso de lograr un reconocimiento internacional, mientras que en lo interno luchan todavía por distinguir los elementos esenciales de su identidad nacional.

De hecho, la constitución de nuestra identidad como nación mexicana se encuentra ya en entredicho, y muy concretamente a partir de nuestra inserción en lo global. Hoy en día, reconocemos que no podemos escapar a la política como única posibilidad de legitimar nuestra identidad nacional y como alternativa para trazarnos un modo de vida en común, pero al mismo tiempo entendemos que las nuevas tecnologías eclipsan los límites tradicionales de la nación y nos involucran a todos en un mundo interconectado.

Así pues, desde los límites la globalidad y desde lo político, pero también desde lo cultural y lo comunicativo, las nuevas generaciones de mexicanos se acercan al reconocimiento de que las construcciones de sus identidades personales y colectivas están siendo articuladas por nuevas formas de interacción mediática. En suma, por nuevas formas de reconocernos y de definirnos a nosotros mismos.

² Néstor García Canclini ha hablado en numerosas ocasiones de la globalidad, y de su conjunción con lo local. Su última obra sobre el particular es: Néstor García Canclini. *La globalización imaginada*. Barcelona: Paidós, 1999. Una entrevista muy interesante sobre el particular ver: Catalina Galla y Marta Rizo, "hay que reconocer la diferencia y ver qué se puede hacer con ella" en Portal de la Comunicación. Institut de la Comunicació de la UAB. Universidad de Barcelona, 2001. en: <http://www.blues.uab.es/olympic.studies/portal/122641/entre/canclini/canclini.pdf>.

_____. Néstor. *Culturas híbridas. Estrategias para entrar y salir de la modernidad*. México: CNCA/ Grijalbo, 1990.

Los límites y las posibilidades de la globalidad

Los propósitos de la proximidad a la que nos enfrenta la globalidad son múltiples. Tenemos que aprender a vivir en nuevos espacios, compartiendo los recursos. Las reacciones ante la pobreza, la corrupción y la injusticia son siempre los motores de la diferencia de opiniones. La escasez del recurso material, la desigualdad y la marginación, entre otros efectos de la globalidad, han venido acompañados también de nacionalismos y fundamentalismos exacerbados.

Si bien no existe un modo de calificar a la globalización como la causa de todos los movimientos sociales que reivindican estas causas nobles, es un hecho que la tecnología y las nuevas formas de alcanzar la inmediatez de la información a través de los modernos medios de comunicación, permite que nos percatemos de la presencia de movimientos de recomposición de los grupos. Sus demandas, por otro lado, nos remiten a la constitución misma de sus identidades y nos recuerdan la manera ancestral en la que fueron definidos.

Así, independientemente de la forma en la que hayan sido concebidos, los fenómenos de identidad, se remiten a factores de etnocentrismo, conciencia de clase o identidad cultural, a través de los cuales el hombre se relaciona de manera natural con los que le son semejantes, y desconfía de los que le son diferentes.

La extensión del mundo que hoy conocemos y que nos acerca a la idea de una aldea global, en principio fue posible gracias de la extensión de las actividades económicas (Casas, 1998, p. 34). Esta consideración es vigente hoy más que nunca, en la medida en que la tecnología es responsable de transformaciones en las relaciones de intercambio y consumo entre sujetos que no cuentan con características culturales semejantes.

Dichos sujetos se convierten en objetos de relaciones que en un sentido los localiza como parte de un mismo grupo, pero en otro sentido los desterritorializa difuminando referentes tales como

la lengua, la raza y el territorio, que los vinculaban a una identidad. Por otra parte, estos mismos sujetos son capaces de establecer procesos de interrelación y de comunicación sin los cuales la identidad no sería posible.

La identidad es central para toda referencia desde y hacia la comunicación. No podemos hablar de comunicación sin hablar del concepto de identidad como un elemento de y para la comunicación. La noción de identidad permite colocar al sujeto en contexto para la comunicación.

Así, en primer término siempre estará la identidad como correlato de la unicidad, y las identidades culturales o colectivas como identificadores esenciales de grupo. Todas las otras referencias hacia lo local, lo nacional, lo internacional o lo global, se convierten simplemente en referentes para ubicar al sujeto en relación con otros.

No obstante, como dice García Canclini (1999, p. 28), en la globalización, los interlocutores de la comunicación son imprecisos, especialmente cuando se habla de los modernos medios de comunicación. "Pocas veces podemos imaginar un lugar preciso desde el cual nos hablan. Eso condiciona la sensación de que es difícil modificar algo, que en vez de ese programa de televisión o de ese régimen político podría haber otro.... Sus diseños y sus decisiones se hacen en lugares inaccesibles, por estructuras organizacionales y no por personas.

Desde esta perspectiva, uno se pregunta si la identidad es creada por una interacción consciente en la que los interlocutores aprenden del otro para fundar así nuevas estructuras de diferenciación identitaria o si, por el contrario, nuestras identidades están hoy constituidas por marcos culturales definidos enteramente por las tendencias del mercado.

El propio García Canclini se plantea la necesidad de estudiar el consumo como manifestación de sujetos, donde se favorece su emergencia y su interpelación, o se propicia o se obstruye su interacción con otros sujetos (1999, 28). Y es que en un mundo globalizado se pierde la noción del otro; se sabe de la inevitable convivencia con el resto de los

ciudadanos del mundo, pero al mismo tiempo a este otro no se le tiene presente, no se le conoce.

La identidad sigue siendo el concepto central para hablar, ya sea desde la sociología o desde la psicología del yo frente a la alteridad, y en ese sentido, (aún frente a la formación de los diversos grupos sociales, aún frente a la presencia de los viejos Estados-nación), para los sujetos sigue siendo indispensable reconocerse como diferentes de otros.

La construcción de las identidades no es más un proceso de relación por contraposición con el alter, es más un proceso de inclusión fragmentaria a partir de elementos distanciados de identificación difusa.

En la era de las nuevas tecnologías, el sujeto es ya un número en la red, una parte más de un experimento mediático, un individuo que entra y sale de los nuevos esquemas tecnológicos para su interrelación con otros, pero que ya no se reconoce a sí mismo como parte de un grupo de manera específica. Sus procesos de construcción de identidades pasan por el fenómeno de la deconstrucción simbólica para la generación de nuevos referentes poco relacionados con un entorno material, sino que más bien abstracto, es decir las antiguas identidades colectivas, se han diluido.

Gracias a las nuevas tecnologías de información, nuestro tránsito alternado entre lo local, lo nacional, lo mundial o lo global, se ha trastocado la manera misma en la que los seres humanos construimos identidades. Existen sin embargo, numerosos factores que entran en juego en la conformación de las identidades. La lucha permanente entre la heterogeneidad y la homogeneidad, la distinción y la semejanza, el sentido de individualismo y el de comunidad, siguen estando presentes para el eterno dilema de la construcción social de las identidades.

Para los Estados-nación está siendo cada vez más evidente la necesidad de crear nuevos mitos fundacionales del orden social para la construcción de identidades, incluso desde la gestión de un "nuevo orden" económico, social y cultural, plan-

teado desde el poder. Y es que los antiguos héroes, mitos y leyendas de la unificación nacional están perdiendo vigencia frente a los embates simbólicos de la globalidad.

Así pues es que aparecen los movimientos de reconocimiento de las identidades diversas; precisamente dentro de esta globalidad que paradójicamente promulga la homogeneidad. Por ello es factible la doble la doble identidad que se presenta ante la esquizofrenia mediática, pero que inevitablemente afecta la conciencia de nuestras identidades: la del individuo-ciudadano y la del sujeto-consumidor, ya que si bien la sociedad de la información reclama al sujeto haciéndolo individuo y explotando todas sus características distintivas, (lo cual en cierto sentido significaría garantizarle su derecho a una identidad diferenciada), la globalidad también le propone la utopía de la *gran comunidad* lo unifica y lo estandariza.

La multiplicación de los mundos posibles de la que disponemos hoy, gracias a las nuevas tecnologías, implica que los sujetos pueden habitar diferentes esferas simultáneamente, pero también implica que existe un proceso de selección de los sujetos, a través del cual cada uno construye su propio repertorio de interacciones (Albrow, 1996, p. 150).³

Sin embargo, el tránsito de una esfera a otra, de lo individual a lo local, de lo local a lo regional o lo nacional y viceversa, no parece suficiente para explicar cómo podemos construir y deconstruir identidades.

Hay que hacer un paréntesis, no obstante para recordar que las ciencias sociales han registrado un viraje en el estudio de la temática individuo y sociedad. Ya no es suficiente analizar la estructura social o los agentes sociales para descubrir la mecánica de los movimientos sociales; resulta necesario retomar el concepto de la identidad y su relación con los grupos para establecer la posición relativa de los grupos dentro de una mecánica global (Albrow, 1996. p. 150).

Actualmente no basta tener conciencia histórica para mantener una identidad nacional vigente.

³ Albrow, Martin. *The Global Age*. Stanford: Stanford University, 1996.

La conciencia histórica estaba hecha sobre la base de algunos referentes que ya no existen. La pureza de las razas, los himnos, los mitos, las tradiciones. Todo ello está siendo reinventado sobre la base de una historia en la cual todas las historias se interconectan unas con otras. Hoy la historia es contada por los medios de comunicación, y la tarea de generar experiencias comunitarias está siendo más que difícil. Estamos frente a un cambio de época y de civilización. Estamos ante la gestión de nuevos discursos globalizadores y de nuevos referentes simbólicos.

Ello nos obliga a deconstruir las categorías anteriores, reconstruir y reinventar relaciones sociales y con ellas, está la deconstrucción, reconstrucción y reinención de las identidades.

Un ejemplo mexicano de otro siglo y de otro milenio

A pocos, o no a muchos, se les había ocurrido que la globalidad estaba dejando fuera a los de siempre, a los desamparados, a los desprotegidos, a los pobres, a los indígenas. Ellos nunca fueron concebidos como parte de la modernidad, ni siquiera como prioridad dentro de las políticas públicas diseñadas por los Estados nacionales. Pese a ser sustento básico de la identidad nacional de los pueblos en los que se encuentran asentadas, dichas comunidades se perdieron completamente en el olvido (Bonfil Batalla, 1990, pp. 161-186).⁴ Estos olvidados, desprotegidos y marginados por las corrientes modernizadoras mundiales resurgió apenas a finales del siglo XX y se hizo presente nuevamente en México, gracias a los medios de comunicación.

El 1 de enero de 1994, justamente el día previsto en que México entraba a formar parte del bloque económico de América del Norte, gracias a la entrada en vigor del TLC⁵ el Ejército Zapatista de Liberación Nacional, compuesto por unos cuantos cientos de indígenas pertenecientes a comunidades asentadas en la selva chiapaneca, le declara la guerra al Estado mexicano, reclamando justicia.⁶ De la noche a la mañana, este grupo se convirtió en el

⁴ Bonfil Batalla, Guillermo. *México profundo. Una civilización negada*. México: CNCA / Grijalbo, 1990.

⁵ Tratado de Libre Comercio de América del Norte.

⁶ La declaración de guerra del EZLN se llevó a cabo el 1 de enero de 1994 en San Cristóbal de las Casas, Chiapas en México.

símbolo reivindicativo de los grupos marginados del tercer mundo y de las injusticias de la economía del libre mercado y de la globalidad. El problema rápidamente escaló a niveles internacionales, consiguiendo la atención de la opinión pública internacional y poniendo en la mira de propios y extraños las paradojas de la globalidad y las injusticias del libre mercado.

⁷ Beck, Ulrich. Democracia global, *Meta-política*, v. 5 abril-junio, 2001. p. 67.

Lo anterior es un ejemplo de los nuevos procesos globales de control social, la economía de libre mercado, el flujo libre de información y la escalada de los problemas no resueltos domésticamente, pero presentados a nivel global rebasan las capacidades de los Estados nacionales. Como dice U. Beck ¿quién puede establecer las normas para los Estados-nación cuando sobrepasan sus procesos políticos?⁷

Las pruebas en México están por todos lados: industrias anteriormente ampliamente reguladas y controladas por los Estados nacionales, son ahora las primeras promotoras de los mercados globales: telecomunicaciones, medios de comunicación, industria del entretenimiento, alimentos, finanzas, y otras más que resultan ser vitales para los indicadores básicos del desarrollo están ahora dentro del flujo global.

Los nuevos estándares están trastocados: desde la forma de entender el crecimiento, el desarrollo, la pobreza, el trabajo y el mercado, pasando por cuestiones de educación, salud, y por supuesto de identidad.

El nuevo cosmopolitismo global está siendo dictado por la racionalidad occidental que abrazó la tecnología como instrumento del desarrollo, generando los modelos y los nuevos patrones de relación y de aprendizaje.

A nivel de las identidades, los ciudadanos del mundo ahora se preguntan en dónde están los controles y cuáles son los referentes, cuáles los nuevos modelos a seguir. ¿Cuáles son los valores culturales que estarían siendo promovidos y cuáles estarían siendo subsumidos? En términos generales el panorama que prevalece es el de la hegemonía simbólica, en donde la información estereotipada sumi-

⁸ Fishbein y Azjen y Coatsworth y Rico hablan alternadamente del papel de los medios de comunicación como vehículos alternativos de experiencia y de obtención de información. Ver por ejemplo: Fishbein y Azjen. *Belief, attitude, intention and behavior: An introduction to theory and research*. Addison - Wesley Publishing Co., 1975. Pág. 133. y Coatsworth y Rico. *Imágenes de México en Estados Unidos*. México: Fondo de Cultura Económica, 1989. p.117-118.

nistrada por los medios de comunicación y los valores promovidos por éstos amplía la brecha entre la característica de los grupos y su conocimiento del otro.

Como fuentes de información, los medios de comunicación juegan un papel importante en la integración de percepciones sobre las culturas que no se conocen, de tal suerte que la experiencia cultural o intercultural directa es sustituida por referentes indirectos provenientes de periódicos, libros, revistas, radio o televisión (Fishbein y Ajzen, 1975, p. 173 y Coatsworth y Rico, 1989, pp. 117-118).⁸

Nuevamente, la paradoja increíble es pensar que en un mundo interconectando, con la posibilidad real de establecer contactos con otros, se estén presentando formas de descontextualización de la realidad cultural ajena, y se generen mecanismos de alejamiento.

La interculturalidad es vivida de manera vicaria, pero no de manera directa. Los medios de comunicación lejos de propiciar la vivencia directa, están obligando al repliegue y a la defensa de la identidad cultural amenazada. El riesgo de la segregación es mayor en tanto los componentes de la desigualdad se aceleren y el recurso por el que se compita sea finito, y en ese sentido el mundo occidental moderno está llevando los excesos en la desigualdad a un abismo peligroso.

Hay que poner mucha atención en lo que sucederá después de las grandes cumbres económicas mundiales. O buscamos entender el fenómeno de la recomposición de identidades, o tendremos que enfrentarnos a problemáticas sociales que ninguna instancia nacional podrá resolver. Beck pronostica que los desacuerdos serán mayores entre mayores sean los contrastes entre tradiciones culturales (Beck, 2001, pp. 69-70).

La lucha por la política es entonces una lucha también por la ética y por la subsistencia, por la defensa de la identidad cultural, y la presencia de los medios de comunicación es el nuevo catalizador de los procesos. "Al lado de la tolerancia y el disfrute de la diversidad crecen la exclusión y la xenofobia (Beck, 2001, p. 71), lo cual habla de la cualidad mul-

tiénica de la sociedad global y de la necesidad de la recomposición de los fenómenos de referencia. Ello implica la necesidad de la reconstrucción de los Estados; implica la revaloración de las nuevas estructuras sociales; obliga a la reivindicación de las identidades; reconoce nuevas necesidades en los sujetos e implica el análisis de las nuevas estructuras sociales en gestación.

Los medios se están convirtiendo en las nuevas arenas públicas transnacionales que están llevando a la discusión los asuntos globales, pero también las discusiones locales.

En la era de la globalidad, aún una minoría débil o perseguida tendría voz y legitimidad gracias a la atención de los medios masivos. Conectarse a Internet no genera de suyo ciudadanos globales, pero sí pone en contacto a sujetos con realidades diversas, como bien lo demostró el EZLN en Chiapas, México el 1 de enero de 1994.

En Chiapas se conjugaron de manera evidente numerosos símbolos mundiales creados de manera imaginaria en los últimos años: el símbolo cultural étnico que resurge de la muerte y el olvido; la afirmación de la mujer negada como símbolo de emergencia; la participación de la sociedad civil –no sólo mexicana sino amplia e internacionalizada– que normalmente se organiza en torno a problemas públicos (Castoriadis, 2001, 13),⁹ lo cual permitió abrir de nuevo la polémica en torno a la discusión y la participación de los sectores sociales relegados. Castoriadis mismo reconoce que si bien el futuro de la política en la era de la globalidad deberá estar basado en una participación amplia, la pregunta básica sigue siendo la forma de crear de condiciones de mayor equidad a pesar de la desigualdad.

Por otra parte, la participación tiene una serie de vías, pero también una serie de aristas: el hecho de que las nuevas tecnologías y los medios de comunicación en particular hayan hecho visible el conflicto indígena, no necesariamente ha promovido la participación ciudadana, sino que ha logrado una sociedad de espectadores televisivos, víctimas de un fuerte letargo que no de ciudadanos activos.

⁹Castoriadis, Cornelius. Visiones sobre el México finisecular, *Metapolítica*. v. 5. n. 18. Abril/junio, 2001.

La coexistencia plural de modos de ver y de interpretar la realidad ha sido entonces en gran medida producto de los distintos vehículos de transmisión de significaciones, y en este sentido los medios de comunicación han funcionado como aglutinadores de estos referentes simbólicos con otros como el concepto de identidad y de nación.

El mundo que se presenta ante nosotros, como diría Castoriadis, está indisolublemente tejido a lo simbólico, aunque no se agote en ello. La realidad como la conocemos está pues atada a una red simbólica dentro de la cual se ubican los grupos y las instituciones. La realidad como la conocemos está pues atada a una red simbólica dentro de la cual se ubican los grupos y las instituciones.

¿Deconstruir, construir o reconstruir?

En México los acontecimientos de los últimos años han venido a trastocar no solamente las estructuras políticas y la emergencia de nuevos actores sociales sino que han venido a acelerar procesos de recomposición de la identidad. Los procesos de apropiación del cambio y de las transformación se han acompañado por la emergencia de nuevas propuestas de nación, pero también de movimientos importantes de resistencia cultural. (Casas, 1996, pp. 71-72).¹⁰

La cuestión indígena puso en juego muchas cosas, no solamente el proyecto nacional, sino también los peligros de la globalización. La identidad de los verdaderos mexicanos se vio amenazada por el México moderno, y de cara al siglo XXI, el sistema político mexicano se tuvo que enfrentar al viejo dilema de siempre, gobernar en la desigualdad.

El cambio democrático también enfrentó al país a otras discusiones sobre la identidad. Durante años, los medios de comunicación se empeñaron en mostrar una imagen uniforme de México: un México que se movía de manera lenta pero segura hacia el desarrollo. De pronto, las realidades fueron otras. La apertura en la información que se sobrevino a la caída del régimen Priista destapó una realidad que pocos mexicanos querían ver: pobreza, mar-

¹⁰ Casas Pérez, María de la Luz. Democratización y cultura en México. Modernización, identidad nacional y resistencia cultural, *Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales*. Año *XLI*, n. 166 octubre-diciembre, 1996.

ginación, delincuencia e intolerancia.

La alternancia en el poder trajo también como consecuencia una variedad de opiniones, una nueva relación entre los medios de comunicación y el poder político, y problemas en los distintos imaginarios de país que se presentaban ante la sociedad.

Los medios de comunicación, encandilados frente a la posibilidad de una apertura irrestricta de información, dieron rienda suelta a un desempeño abierto pero en ocasiones poco ético. Los ciudadanos, lejos de ser considerados como tales, y dentro del propio marco de la comercialización de la información comenzaron a ser tratados como consumidores. La pluralidad como posibilidad de expresión de opiniones diversas fue abandonada a los excesos, de manera que muy pronto, los ciudadanos vimos inundados de visiones distintas de nuestro país que comenzaron a conformar una visión esquizofrénica de nuestra propia identidad.

En México por tanto, en los últimos años nos hemos visto sometidos a un doble proceso de construcción y deconstrucción de nuestra identidad. En primer término porque durante buena parte de nuestra historia, las instituciones, entre las que se encontraron la familia, la iglesia, la escuela y los medios de comunicación, se encargaron de construirnos una identidad nacional que permitiera la cohesión nacional y la operación del aparato estatal; y en un segundo momento, en el que debido al quiebre del sistema político y de su relación con los medios de comunicación, se vino abajo esa construcción imaginaria de la identidad, lo cual nos obligó a deconstruir sus elementos y tratar de generar nuevas identidades sobre la base de otros.

El reconocimiento del otro, como alguien no diferenciado, muy distinto al imaginario moderno al que las clases medias y altas aspiran para este país nos remite a una recomposición de la cultura.

Nuestros sistemas culturales han sido obligados, en cuestión de unos cuantos años a recomponerse: por un lado han sido obligados a ejecutar un cambio de ritmo para entrar en una temporalidad diferente: la que marca la globalidad, la

que marcan los ritmos de la economía del mercado, y por otro, a reconocer en su historia nuestras raíces y nuestros orígenes milenarios. La globalidad misma y todos sus universalismos y estandarizaciones están en juego. Los mexicanos nos vemos por tanto enfrentados a una identidad múltiple.

Las propias nociones de convivencia armónica, de tolerancia, de madurez política se ponen sobre la mesa de la discusión, pero poco podemos hacer para estrechar el tejido social si no podemos ni siquiera reconocernos a nosotros mismos.

El pasado, nuestra memoria histórica, nuestros valores y nuestras costumbres tienen que ser reconceptualizados con el fin de proponernos un presente. Debemos deconstruir para volver a construir imaginarios mucho más incluyentes de la diversidad, y aunque parezca contradictorio, que también reconozcan la existencia de la globalidad.

El proceso de deconstrucción debe ser obtenido por la vía de la oposición conceptual entre identidad y resistencia cultural. Debemos analizar cuáles son las alternativas de la diversidad frente a la homogeneización que reclama un mundo globalizado; por lo tanto, es necesario hacer una revisión de realidades que coexisten.

La identidad nacional pues debe ser revisada para incluir a otros grupos, a otras expresiones políticas y culturales. Es pertinente reconocer que así como el nacionalismo se enfrenta a las exigencias de la modernidad, la identidad nacional se opone a la resistencia cultural, considerada ésta última como el movimiento de oposición ante procesos de transformación social implementados desde la cúspide. La resistencia cultural es el signo más reciente de reclamo hacia las promesas incumplidas de la modernidad, hacia las arbitrariedades del centralismo político que inhibe el desarrollo autónomo de las estructuras sociales y hacia los procesos no completados de democratización (Casas, 1996, p. 75).

El 28 de marzo del año 2001 se enfrentaron cara a cara dos Méxicos. El México indígena y el México moderno. Cuatro de los once canales de televisión abierta visibles en la Ciudad de México trans-

mitieron durante más de cinco horas el mensaje doble de la igualdad frente a la diferencia. En la voz indígena, dos identidades distintas se colapsaron en una ante el mensaje homogéneo de los medios de comunicación. Dijeron las voces de nuestros ancestros:

Hoy queremos darles a saber, ante esta Cámara de Diputados y Senadores y ante el pueblo de México y el mundo, que cuando se acaben las mesas que faltan de democracia y justicia, la de bienestar y desarrollo, la mesa especial de derechos de la mujer y se cumpla lo que acordamos en estas mesas que faltan, nosotros decimos que ahí se acaba el diálogo porque resuelve las causas que empezaron en 1994. (Comandanta Esther. Ejército Zapatista de Liberación Nacional).

El reconocimiento de la diferencia y su propia inserción a un proyecto de nación estaba frente a frente con la inserción de México a la globalidad.

Se hablaron más de veinticinco voces en diferentes lenguas indígenas frente a los medios de comunicación, pero aún así era evidente la imposibilidad del entendimiento. La tecnología nos acercó a la otra cara de nuestra identidad, y en ella vimos la diferencia.

La multiculturalidad simplemente no era compatible en nuestro país después de décadas de haber pugnado históricamente por la unicidad de la identidad nacional.

México se debatía ante una realidad, que además estaba siendo vista por los ojos del mundo. Somos un pueblo con carencias, pero esas pueden ser resueltas. Lo que es más grave es que somos un pueblo que no se conoce a sí mismo, no sabe quién es. No sabe que durante siglos ha convivido con otros que tienen muy claro lo que son y lo que quieren ser:

Los pueblos indígenas queremos vivir con nuestra lengua, con nuestro color, con nuestra agua, con nuestro río y nuestra montaña, con nuestro vestido, con nuestra cosmovisión, así como somos. No queremos dejar de ser mexicanos sino ser parte importante del fortalecimiento del país, nunca hemos querido poner en peligro su unidad y soberanía, al

contrario, hemos sido defensores de nuestra Patria y lo seguiremos siendo. (Adelfo Regino. Representante del Consejo Nacional Indígena)

La televisión y los medios gráficos mostraban un mosaico multicolor y esquizofrénico de iconografía nacionalista. Por un lado, la vestimenta típica de los comandantes indígenas hablando en el podium de la más alta tribuna del país, los pasamontañas y el protocolo legislativo, por otro la bandera nacional, y al final de la alocución indígena, un sonoro "¡Con los pueblos indios viva México!" seguido por el Himno Nacional.

Si el mundo entero estaba observando el proceso, se habrá percatado de que sólo en México es posible la coexistencia de mundos aparentemente irreconciliables. A nivel global, nuestro país dio cuenta de lo que significa tener en su seno un conflicto local cuyas reivindicaciones son universales. ¿Qué más prueba puede haber de que lo global y lo local coexisten?

¿Qué evidencia más plena puede haber de la necesidad de la deconstrucción y reconstrucción de lo nacional y de lo identitario?

Términos como soberanía, autonomía, gobierno, nación, país, etc., fueron súbitamente puestos en duda. Su cuestionamiento fue tal que probablemente en la jerga política de nuestro país, y quizás de otras latitudes se comience a hablar más en términos de reconocimiento y colectividades.

Lo que pudimos articular fue la presencia de un auténtico movimiento de transformación para el cambio. El Estado nacional cambió para permanecer y la figura de la identidad nacional hubo de recomponerse, obligada por las exigencias de una cultura milenaria, que pugnaba por redefinirla. Una cultura que es la auténtica fuerza transformadora de la sociedad, y que por lo tanto, es cambiante, que articula los verdaderos procesos de transformación y de cambio y que se opone los designios verticales del Estado, constituyéndose en auténtico mecanismo de resistencia cultural. (Casas, 1996, p. 76)

Hoy en día podemos asegurar que frente a

nuestros ojos se están dando procesos de transformación irreversibles. El reconocimiento y la presencia de grupos anteriormente marginados de los proyectos nacionales, que entre otras cosas teniendo a la tecnología y a los medios de comunicación como testigos, están logrando abrirse un espacio a la participación política, pero no sobre la base de las estructuras establecidas por el sistema, sino de manera paralela, subvirtiendo esquemas, alterando las reglas y logrando su inserción en el imaginario político y social de la ciudadanía.

Los grupos indígenas demostraron que podían hacer la revolución, pero no una revolución armada, sino una revolución ideológica asistida por la tecnología.

Como conclusión

Cuando en un momento determinado en la vida de una sociedad, se empiezan a desplegar procesos que no existían anteriormente, es momento de preguntarse si no se daban porque no existían los mecanismos para ello, porque el contexto es diferente, o si esos procesos están siendo visibles porque aparecen nuevos mecanismos que permiten que en este momento se pongan de manifiesto.

Estamos frente a sociedades que comienzan a manifestar procesos y comportamientos que nunca antes habían desplegado. ¿Son esos procesos consecuencia de los movimientos de globalización que sufre el planeta entero ¿son parte del fin de siglo y del fin de milenio? ¿Corresponden dichos procesos de cambio a un punto natural en la evolución de dichas sociedades? ¿O están siendo detonados por los mecanismos de difusión de información de los que disponemos hoy en día, llámese nuevas tecnologías de comunicación?

Nuestra propuesta es que no existe una causa única de las transformaciones en la conformación de identidades, pero sí existen tendencias más o menos previsibles hacia donde se dirigirán dichos procesos.

Coincidimos con Margulis (1997)¹¹ en el sentido de que existen en cada sociedad códigos culturales superpuestos, tramas de sentido que

¹¹ Margulis, Mario y Marcelo Urresti. (Comps). *La cultura en la Argentina de fin de siglo. Ensayos sobre la dimensión cultural*. Buenos Aires: Oficina de publicaciones del CBC/Universidad de Buenos Aires, 1997. p. 41-42.

tienen diferente alcance espacial, que están en constante cambio y transformación, sumidas en procesos de cambio y en luchas por la constitución e imposición de sentidos, que se arraigan en la dinámica social.

En última instancia, la dinámica social es la que está definiendo esa imposición de sentidos, y en la lógica de la globalización, ese sentido está dado por el eje económico. Eres en la medida en que contribuyes y en la medida en que consumes. Por eso los patrones y conceptos anteriores que vinculaban a las identidades con utopías nacionalistas ya no tienen ningún arraigo en el mundo de la globalidad.

La globalidad tiende a proponer patrones estandarizados de conducta, las manifestaciones de lo local se le oponen y buscan la diferencia. La globalidad establece a la economía el eje de los procesos olvidando que, de suyo la cultura es la urdimbre que articula a de los conglomerados sociales.

La identidad y la generación de identidades constituyen un movimiento circular que reconoce esencialmente la diferencia.

Frente a la globalidad las identidades se desdibujan, pero ante la posibilidad de la exclusión o la exterminación definitiva, las identidades se robustecen.

Otras referencias bibliográficas

- Béjar, Raúl y Héctor Rosales (Coord.) *La identidad nacional mexicana como problema político y cultural*. México: Siglo XXI/UNAM, Centro de Investigaciones Multidisciplinarias en Ciencias y Humanidades, 1999. (Colección Umbrales de México. Cultura y Sociedad)
- Giddens, Anthony. *Un mundo desbocado. Los efectos de la globalización en nuestras vidas*. Madrid: Taurus, 2000.
- Huntington, Samuel P. *The Clash of Civilizations and the Remaking of the World Order*. Simon and Schuster, 1996.
- Mattelart, Armand. *La comunicación mundo. Historia de las ideas y de las estrategias*. México: Siglo XXI, 1997.

revista
interamericana
de comunicação
midiática

ANIMUS

Representações identitárias e o giro da virtualidade: as tecnologias geradoras de intertextos culturais

Ada Cristina Machado da Silveira

Resumo

O artigo reflete sobre os pressupostos pelos quais as representações midiáticas atuam na construção das identidades e as repercussões sentidas com o advento e proliferação dos recursos multimídia. A reflexão culmina ao ponderar acerca dos desdobramentos propostos por um desglose terminológico, a noção ampliada de gênero e os novos atores que se perfilam ao tomar-se o multimídia como gerador de intertextos culturais.

Palavras-chave

representações identitárias – intertextos culturais – giro da virtualidade

Abstract

The article reflects on the presuppositions through which mediatical representations act in the construction of the identities and the repercussions felt with the advent and proliferation of multimedia resources. The reflection culminates when pondering about the unfoldings considered for a terminological disclose, the extended notion of gender and the new actors when taking multimedia as generator of cultural intertexts.

Key words

identity representations – cultural intertexts – virtuality turn

Resumen

El artículo reflexiona acerca de los presupuestos por los cuales las representaciones mediáticas actúan en la construcción de las identidades y las repercusiones sentidas con el advento y proliferación de los recursos multimedia. La reflexión se colma al ponderar respecto a los desdoblamientos propuestos por un desglose terminológico, la noción ampliada de género y los nuevos actores que se perfilan al tomarse al multimedia en tanto que generador de intertextos culturales.

Palabras clave

representaciones identitarias – intertextos culturales – giro de la virtualidad

Ada Cristina Machado da Silveira é Doutora em Jornalismo pela Universidade Autônoma de Barcelona, professora do Depto. Ciências da Comunicação e coordenadora substituta do Mestrado em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria. Líder do Grupo de Pesquisa/CNPq *Comunicação, Identidades e Fronteiras*. e-mail: adamach@ccsh.ufsm.br

¹ Os requerimentos de cognição de uma representação adaptaram-se obviamente às condições de modernização técnica. Quando Walter Benjamin, nos anos 30 do século que findou, refletiu acerca da reprodutibilidade técnica da obra artística, remeteu-se ele a um problema ao qual se concedia extrema importância: a pertinência entre um original e sua cópia. BENJAMIN, W. A obra de arte na época da sua reprodutibilidade técnica. In: *W. BENJAMIN, W., HORKHEIMER, M., ADORNO, T., HABERMAS, J. Vida e Obra*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

² MATTELART, A. e M. *Historia de las teorías de la comunicación*. Barcelona: Paidós, 1997.

³A condição de "categoria ponte" proposta ao tratamento das identidades foi feita por Paul Gilroy com base num levantamento crítico dos Estudos Culturais Britânicos que se dedicam ao tema. GILROY, P. Los Estudios Culturales británicos y las trampas de la identidad. In: CURRAN, J., MORLEY, D. e WALKERDINE, V. (comp.): *Estudios Culturales y comunicación. Análisis, producción y consumo cultural de las políticas de identidad y el posmodernismo*. Barcelona: Paidós, 1998. p. 63-83.

Introdução

O artigo expõe um trajeto teórico considerado necessário para responder à indagação referente às *alterações na concretização das identidades por processos virtuais*. A questão justifica-se no campo de estudos da Comunicação visto a importância da condição constitutiva de seus processos na vida social e a ampla envergadura das atividades propostas pela indústria cultural no momento em que sua ação invade o espaço individual e coletivo, pretendendo conformar a construção das identidades contemporâneas. O estabelecimento da reflexão culmina ponderar acerca dos desdobramentos propostos por um desglose terminológico, pela ampliação da noção de gêneros e pelos novos atores que se perfilam na atualidade. Propugnamos a premência de considerar o contexto emergente como um intertexto cultural.¹

A concretização das identidades nas indústrias culturais

As indústrias culturais, conforme a noção trabalhada por Armand e Michèle Mattelart (1997, p. 53), contém um sentido amplo, o qual inicialmente foi cunhado num sentido crítico e posteriormente amenizado num sentido descritivo.² Assim, elas vêm encontrando na identidade um ponto de amarra muito consistente para o desenvolvimento de suas produção de sentido, o que permite tomar às identidades como uma "categoria ponte", na expressão de Paul Gilroy (1998).³

As identidades são percebidas como *representação*, a qual se origina da ação transitiva de um sujeito que, ao advertir um objeto, dele constrói uma imagem. O recolhimento e a seleção de objetos e suas imagens estabelecem os mecanismos pelos quais se elabora sua concretização, assim, as representações configuram-se como formações culturais sintéticas, abstrações complexas que atuam através de opções determinadas. As representações são distintas e não são gratuitas e delas, ademais de seu regime, podemos reconhecer sua genealogia e sua gênese, conforme prescreve Henry Lefebvre (1982). Tanto ao processo referido como ao produto

de tal ação *per se*, chamamos representação.⁴

A estruturação das identidades representadas nas indústrias culturais compõe uma árvore de relações não hierárquicas. Por tal, está permitido deslizar entre uma identidade e outra, sem que suas sucessivas adscricões prejudiquem o desempenho sócio-profissional do usuário. A possibilidade de uma ampla mobilidade, onde as experiências se solapam e afixam mutuamente é vista como a mais nova aquisição da evolução social. Um processo que revela a profunda exclusão a que estão submetidos amplos grupos sociais, dispersos em numerosos pontos do planeta e que demonstra a parcela estrita que converge mobilizada pelas novas tecnologias de comunicação.

As identidades na cibercultura apresentam-se transformadas pela singularização de suas representações, facilitadas pela viabilidade técnica de sua difusão imediata em escala planetária para quem tenha suporte técnico e habilidade intelectual para conectar-se. Os interessados nos novos fenômenos - seus usuários, espectadores, atores ou consumidores - podem ser particularizados ou tomados como coletivos; eles atuam por interesses pessoais, grupais ou corporativos, próprios ou delegados por terceiros e constituem a nova *esfera ciberespacial*, sucedânea do declínio da esfera pública burguesa. Sua unidade de condição é o desejo de compartilhar formas novas de intervenção na realidade, acesso à informação, entretenimento, ferramentas de trabalho, etc.

A industrialização das identidades em representações produzidas para imediato consumo reclama um tratamento teórico que resolva as disparidades originadas na sua concepção de identidade *representada*. O cometido das *identidades consiste em inscrever significados* desde umas concreções retidas como representações. Tais significados são o que permite a alguém, um grupo ou instituição *identificar e identificar-se*, discernindo expressões identitárias que respondem a interesses de transcendência, fruição e consumo, particulares ou coletivos.

A cibersociedade tem na situação dos es-

⁴LEFEBVRE, H. *La presencia y la ausencia. Contribución a la teoría de la representación*. México: Fondo de Cultura Económica, 1982.

⁵ Apresenta-se o caso de ativistas organizados em movimentos de *hackers* que lutam pela legalização de imigrados, como *Kein Mensch ist illegal*, em www.contrast.org/borders/kein/ ou *No Border*, acessível em www.noborder.org.

trangeiros um exemplo pertinente ao favorecer o desenvolvimento das identidades, dado que eles se encontram politicamente limitados pelas fronteiras do estado-nação, ainda que estas linhas de fronteira se tornem progressivamente mais difusas ou mais complexas. O caráter nômade e descentrado da cibersociedade permite a expatriados, apátridas, párias, exilados, fugitivos, foragidos, trãsfulgas, viajantes, peregrinos, trasumantes, forasteiros, vítimas de discriminações - sociais, étnicas, econômicas - da grande diáspora planetária, vir a expressar-se, comungar, estreitar relações, celebrar, conhecerem-se uns aos outros. Elas se anunciam como a salvação a muitos desgarrados de seu ambiente natural e cultural e que vislumbram as comunidades virtuais descritas desde a expectativa que se estrutura entre um usuário particular e a rede de relações onde ele se insere e virtualmente pode conectar-se.⁵

Os grupos reacionários às novas práticas costumam ser assinalados pelos meios de comunicação de influência Ocidental desde a ação de seus grupos ultra, extremistas, terroristas ou fundamentalistas. No entanto, estima-se que a maioria da humanidade mantém sua adesão às representações mais tradicionais, como são as identidades culturais e religiosas. Possivelmente em virtude do que aponta Julia Kristeva (1991), de uma unidade inspirada pelos meios de comunicação, as atuais condições técnicas de produção permitem estruturar simulações que facilitarão produzir o "lugar" desejado.⁶ As imagens de síntese, produtoras de ambiente virtuais acolhedores, alentam a reprodução do ambiente ansiado por aqueles alijados de suas origens.

Outro aspecto que se revela é a segmentação de públicos, que de generalistas passam a ser especializados - a especificidade das audiências -, e se inverte no processo de produção de mensagens para algumas das condições próprias do primeiro contexto de estruturação da esfera pública burguesa. Destarte, entende-se que os públicos já não se encontram tão agarrados à ação de censura que a exposição a públicos mistos determinava.

⁶ KRISTEVA, J. *Extranjeros para nosotros mismos*. Esplugues de Llobregat (Espanha): Plaza & Janes, 1991.

⁷QUÉAU, P. *Lo Virtual. Virtudes y vértigos*. Barcelona: Paidós, 1995.

Os suportes que as representações estereotipadas exigiam podem tornar-se desnecessários ou mais laxos. Já no âmbito da comunicação institucionalizada, as Intranets são cada dia mais importantes no cotidiano das corporações, sejam *networks* de comunicação ou empresas transnacionais de petróleo.

Impõe-se a compreensão, em tal contexto, de que a realidade virtual e seu múltiplo concerto no chamado ciberespaço vem a ser um exemplo extremo da substituição do mundo real, ou material, por outro simbólico. Assim mesmo, não se pode contrapor o mundo real ao mundo virtual. Conforme Phillipe Quéau (1995), o virtual está na ordem do real; ou seja, a virtualidade é uma dimensão cujo alcance encontra-se em expansão, mas que não deixa de se inserir dentro da realidade conhecida; através dela, inaugura-se uma outra relação com a realidade.⁷

A atualização midiática de tais processos e produtos de representação identitária responde, portanto, a caracterizações de cunho *moderno e pós-moderno*. A culminação desse processo se apresenta quando as tecnologias da virtualidade convertem às identidades, entre outras possibilidades, em *simulacros* de suas representações.

	Identidade do eu
Característica	Mesmidade, unicidade, transcendência
Enquadre	Modernidade
Meios	Massivos
Atributo destacado	Linguagem, visualidade
Estratégia discursiva	Estereótipo, logotipo, logomarca
Tipos de identidade	Fundamentalismos, nacionalismos, marcas comerciais
	Identidade coletiva
Característica	Pluralismo, desdobramentos, fragmentação
Enquadre	Pós-modernidade
Meios	Interativos, comutáveis
Atributo destacado	Intertextualidade
Estratégia discursiva	Não-lugares, desterritorialização
Tipos de identidade	Simulacros (<i>cyberbodies</i> , <i>cyberpunks</i>), comunidades virtuais, demandantes ou reclamantes

Tabela 1 - Atributos identitários

⁸ MACHADO da SILVEIRA, A. C. O arqueo das identidades pela indústria cultural. In: MACHADO da SILVEIRA et al. *Comunicação e Sociabilidades*. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2001. p.11-48.

Na Tabela 1, da página anterior, sistematizamos uma discussão explanada em um outro trabalho (Machado da Silveira, 2001), sobre os atributos identitários.⁸ Na Tabela 2, a seguir, pretendemos sintetizar as aquisições proporcionadas com o surgimento da cibercultura. Exercitando a articulação conceitual apresentada, esquematizamos em níveis as características estudadas nas categorias de representação e identidade. Na fileira à direita, enquadramos os novos fenômenos de simulação e seus sucedâneos com seus respectivos exemplos, para as situações identitárias e de representação anteriores.

Gradiente	Identities	Representação	Simulação
Nível Estético	Estereótipo Logotipo	Atuação Performance	Jogos, <i>Chats</i> , SexoVirtual, <i>Bloggers</i> Telepresença, Fóruns, Grupos de discussão
Religioso	Fundamenta- lismos	Figurativo, Gótico Arabesco	Imaterialidade e misticismo Esoterismo
Político	Id. coletiva	Represent. social Políticas comunic.	Sociedade da Informação
Funcional	Papéis	Iconografias, Simbologias, Gêneros	Internet, Intranet, Formatos, <i>Networks</i> , Robótica
Semiótico	Inscrever significados	Algo está para alguma coisa	Simulacro sítios person./corporat. Avatares Programas personaliz. Personagens
Conceitual	Ident. colet. Ident. do eu Marcas	Sujeito, objeto, imagem	<i>Frames</i> dos <i>frames</i> , Comutação

Tabela 2 - A concretização das identidades nas indústrias culturais

Cabe indagar ainda qual seria, em efeito, a mudança proporcionada pelas novas identidades na representação das anteriores. Que outra evolução nas formas e processos da representação das identidades pode ser considerada? Neste cenário a adscrição identitária a novos fenômenos, as identidades múltiplas ou identidades-papéis são uma possibilidade que se efetiva.

⁹ GERSCH, B. Gender and crossroads: the internet as cultural text, *Journal of Communication Inquiry*, 1998, v. 22, n. 3 (July), p.306-321

As possibilidades de adscrição identitária ou identidades-papéis facilitadas ou contrariadas a alguém permitem, por exemplo, a que Beate Gersch (1998) faça referência a um estudo sobre uma comunidade virtual de mulheres negras americanas e africanas, quando elas debatem suas vivências a partir da tematização dos cuidados estéticos dedicados ao seu cabelo, um importante elemento de distinção social.⁹

As comunidades construídas no ciberespaço têm a potestade da ubiqüidade: *afirmam que alguém pode estar em todas partes*; como dizia a canção dos Beatles dos anos 70, "*here, there and everywhere*"; de fato, pode-se estar não em todas, mas nalgumas das que se desejaria. Tal desenclavamento, proveniente da profunda reorganização do tempo- espaço, propiciada pela Modernidade, franqueia novas possibilidades às representações identitárias e facilita aos humanos algumas das virtudes antes reservadas aos mitos.

Podemos perguntar, eventualmente, se os mundos virtuais podem comover-nos até o ponto de gerar alterações em processos tão profundos ou complexos como é a geração da identidade. As comunidades virtuais nos permitem atuar com processos de auto-representação; é um terreno de jogo psicológico e intelectual. Corresponderia às identidades remarcar um papel de elementos de baliza (sua condição de *categoria ponte*), ordenadores do novo mapa cognitivo necessário à navegação.

O desglose terminológico

As alterações provocadas pela concretização das identidades por processos virtuais permitem observar que o avanço tecnológico da atualidade estimula a habilidade específica das indústrias culturais, permitindo-lhes sobrepassar a reprodução mecânica de representação de um original. A partir do ciberespaço caótico e ilimitado estão sendo geradas mensagens de significação mais ou menos profunda, subjetiva ou complexa. A proliferação de tecnologias e sua ampla difusão de imagens, ao saturar o espaço social, vêm desperdiçando a força repre-

¹⁰ A presente alteração nas condições da representação é interpretada por Hans Bertens quando diz: "The non-representational nature of postmodern culture - taken in the widest sense-is underscored by its technology (the computer, the television set and other "machines of reproduction rather than of production") which no longer has the "capacity for representation" [...] that the technology of modernity still possessed." (Bertens, 1996, p.107). BERTENS, H. The Sociology of Postmodernism. In: BERTHENS, H. e FOKKEMA, D.(eds.): *International postmodernism. Theory and literary practice*. Amsterdam e Filadélfia: Benjamins, 1997.

¹¹ MORSE, M. *Virtualities. Television, media art, and cyberculture*. Bloomington e Indianapolis (EUA): Indiana University, 1998.

¹² LINDLOF, T. R. e SHATZER, M. J. Media Ethnography in Virtual Space: Strategies, limits, and possibilities, *Journal of Broadcasting & Electronic Media*, 1998, v.42, n.2, p. 170-189.

¹³ A teoria do hipertexto proposta por George Landow considera a convergência da teoria crítica com os novos recursos telemáticos. LANDOW, G. P. *Hipertexto. La convergencia de la teoria crítica contemporánea y la tecnología*. Barcelona: Paidós, 1995.

sentacional consolidada na Modernidade que articulava um evento a sua representação midiática. É como se as representações despendessem com o peso da sua historicidade, martirizadas pelas capas de séculos de aculturação e apropriação cultural dos imperialismos. Já não se trabalha com a idéia da existência ou não de um original e sua duplicação, senão mais que isto, trabalhamos com a cópia da cópia, a representação da representação, os *frames* dos *frames*.¹⁰ A investigadora norte-americana Margareth Morse (1998) entende que esta inversão consiste em que nem a imagem nem o mundo estão em primeiro plano, mas que cada um é, provavelmente, um desenvolvimento posterior do outro, onde se deixa de consignar uma inauguração da ação representadora.¹² Um processo que a *poiesis* modernista de Fernando Pessoa afirma há tempo ter-se convertido em nossa condição: fingir tão completamente a dor que deveras sentimos.

As representações obtidas nas novas condições já não se resignam aos processos vislumbrados desde a atalaia do sujeito leitor disposto como mero espectador. O novo sujeito leitor cobra radicalmente uma mobilidade concernida à produção da imagem de um objeto que somente a interatividade lhe proporciona. Também Thomas Lindlof e Milton Shatzer (1998, p.177), quando se referiam aos ambientes *Computer-mediated communication-CMC* e à etnografia, assinalam que a noção de realidade representacional está colapsada, colocando-se em primeiro plano e posicionando-se frente à ambigüidade da ação, posto que a percepção da identidade depende principalmente de como a "escrevemos".¹² Impõe-se a tensão entre o sensível e o inteligível e ressoa a denúncia positiva da tentativa de destruição da capacidade de entender através de conceitos, a qual teria sido subsumida na expansão da ordem visual. As tecnologias que convergem no multimídia, próprias à cultura pós-moderna - *sua natureza não representacional* -, não alcançam ter a capacidade de representação que a tecnologia moderna ainda possuía.¹³

Na Tabela 3, a seguir, sintetizamos os fun-

damentos conceituais trabalhados nos regimes da representação e da virtualidade inscritos na prática das indústrias culturais:

<p>REPRESENTAÇÃO Televisão, Publicidade, Cinema, Literatura, Jornalismo</p>	<p>1 - Evocar a transcendência (religiões, fundamentalismos) 2 - Substituir, exercer uma função vicária (política) 3 - Convocar reminiscências (nacionalismos) 4 - Luzir um tema (arte, teatro) 5 - Imaginar, imaginar-se (imaginário)</p>
<p>VIRTUALIDADE Gráfica Computadorizada Imagens de Síntese Hipertexto Simulacro Autonomia e heteronomia</p>	<p>6 - Comutar - mutualidade restritiva entre usuário e máquina. Sentido de <i>multiplemídia</i> (enlaces a rádios, televisões, diários <i>on line</i> e sítios eletr. etc.) 7 - Interagir – intercâmbio ampliado entre usuários desde uma interface comum. Sentido de <i>multimídia</i> (RV, comunidades virtuais, simulacros, fóruns, <i>chats</i>, <i>e-mail</i>, etc.)</p>

Tabela 3 - Os regimes da representação e da virtualidade

A novidade das tecnologias e usos da virtualidade pode ser apontada em seu despegue. Como diz Sherry Turkle: "*Hemos aprendido a interpretar las cosas según el valor de la interfaz*" (1997, p. 33).¹⁴ Potencialiar as representações e seu condicionamento como interface é algo que está se fortalecendo rapidamente, e contém características que as fazem constituir-se em *valor de contingência*, afetando indelevelmente a produção das identidades pelas relações concertadas na dimensão virtual.

Em que pese a forte presença das tecnologias pressupostas pelo uso multimídia, o aporte conceitual inerente ao debate proposto até aqui e que oferece um avanço ao problema da virtualização da representação está, fundamentalmente, em que a *representação é um anelo no espaço tempo* que ainda não esgotou suas possibilidades. Inclusive com as transformações que nos fazem pensar na superação da sua condição mediadora, há uma profusão de manifestações que asseguram a continuidade das representações tanto na sua condição de processo como de produto.

A ampliação da noção de gêneros

Um aspecto inovador provém de que, com o uso ampliado do hipertexto, nos permitimos centraliz-

¹⁴TURKLE, S. *La vida en la pantalla. La construcción de la identidad en la era de Internet*. Barcelona: Paidós, 1997.

¹⁵ Outra característica técnica das mudanças produzidas pela definição generalizada do modelo de comunicação orientado pelo mercado são os neologismos que marcam as novas condições de produção no Jornalismo. Desde os japoneses, que buscam *glocalizar* o local articulado com o global, há outros que costumam ser referidos como *advertiserials* (*advertising* com editorial-ou seja, a coluna de opinião mais importante de um periódico tomada também como um espaço de promoção de um interesse empresarial específico, despolitizando-se frente aos interesses coletivos), *infomercial* (*information* com *commercial*-confundindo o fornecimento de informação com a necessidade de produzir informação de fácil venda ao público), *infotainment* ou *edutainment* (a contração de *information* ou *education* com *entertainment*), *simulated news* (imagem e realidade), num triunfo da comunicação orientada para o mercado, em substituição da comunicação concebida como serviço público (veja-se Harms e Dickens, 1996). Por outro lado, na tv, os *reallity show* já vêm provando sua fórmula com públicos bastante conservadores, as famílias, antecipando o grande formato do momento, definido nas variações do "Big Brother".

estão definidos desde a Antiguidade (comédia, tragédia), se voltem obsoletos.¹⁵ O trânsito entre as representações das identidades, o cruzamento de atividades, temas e dinâmicas equivale ao que, em outros tempos, em categorias artísticas, se considerava passar da épica à lírica, o qual era contemplado como uma verdadeira extravagância estilística. A cada gênero estava reservado o seu tema correspondente e as representações deviam preservar procedimentos canônicos. No passado, não se consentiria falar em público de temas subjetivos e privados, se não fora em termos absolutamente fictícios. À medida em que se operava a definição de um conteúdo, já se lhe determinava a sua forma correspondente. Costuma-se atribuir à cultura de massas haver aceito os precedentes para que as representações tergiversaram esse cânone, expressos em fenômenos como:

- No Jornalismo, enfrentando, fortes debates acerca de sua objetividade, incrementa-se o uso de recursos etnográficos, atribuindo um poder de arbitragem ao jornalista e permitindo-lhe descrever os dramas pessoais dos indivíduos frente aos conflitos nacionais, como a sintetização na personalidade de Osama Bin Laden da posição norte-americana contra opositores provenientes do Oriente muçulmano. A singularidade de uma vida pode converter-se em referência para um drama coletivo;
- À permanência dos informativos, os dramas e as comédias enfrentam redefinições nas quais os elementos tomados como constitutivos da natureza do gênero sofrem alterações. Afetados pelos novos processos técnicos, meios, gêneros e audiências estão sem o auxílio das coordenadas que lhes orientavam nas suas definições de conteúdo e estratégias.
- Na indústria cultural fortemente orientada pelo mercado, são exemplos mais evidentes desse processo as fusões de fórmulas entre *videoclips* e publicidade, editoriais e notícias, informação e publicidade, jornalismo e entretenimento.¹⁶

¹⁶ Jensen y Jankowski afirmam: “el entorno global de los medios expone a la audiencia a una configuración de medios de masas impresos y visuales, que están interrelacionados a través de convenios institucionales y financieros, así como de los géneros. La conglomeración, entre otras cosas, engendra la intertextualidad. Por ello, la comunicación visual proporciona un tipo de test para la aplicación de la metodología humanística a la investigación sobre comunicación de masas, y un área importante para un posterior desarrollo teórico. (1993, p. 51). JENSEN, J. K. e JANKOWSKI, N. W. (eds.): *Metodologías cualitativas de investigación en comunicación de masas*. Barcelona: Bosch, 1993.

¹⁷ Harms e Dickens (1996) acreditam que, em virtude desta pergunta, temos que retornar ao estatuto fundador da reflexão teórica primeira de definir o que constitui a comunicação. HARMS, J. B. e DICKENS, D. R. Postmodern media studies: analyses or symptom?, *Critical Studies in Mass Communication*, 1996, n.13,p.210-227.

Neste propósito, a partir de Jensen y Jankowski (1993 p 51ss.) pode-se analisar as tentativas de convergência entre a tradição humanística e a sócio-científica nos estudos de comunicação de massas, onde as práticas com computadores são uma promessa de democratização, provindo *a necessidade de uma teoria da comunicação* para examinar os processos e elementos constitutivos da comunicação de massas.¹⁷ Jensen y Jankowski destacam esse aspecto nos estudos de comunicação visual, afirmando que “*es sorprendente que los métodos de investigación no hayan sido capaces de armonizar la proliferación de medios visuales en el entorno de los medios contemporáneos*”.

Os autores assinalam ainda que os gêneros constróem e foram construídos por uma ordem social que possui uma especificidade histórica: “*A través del lenguaje, la realidad se vuelve social; a través de los géneros, la realidad social se convierte en el objeto de formas específicas de historias contadas, argumentos y acciones*” (1993, p.49). Propõe-se, a partir daí, uma ampliação da noção de gênero que consiste em tê-lo como ação social, apresentando-se como sistemas de estudo que afetam os usos sociais específicos da comunicação de massas em relação às práticas culturais e políticas onde se inserem. O que no passado foi analisado por uma concepção que privilegiava sua condição de representação, expressão ou ritual, era referido desde sua forma textual. Na atualidade, os gêneros provocam e estruturam a transferência, usos e impactos da comunicação nos contextos sociais e devem ser tomados como sistema de estudo. Suas implicações são propostas como uma semiótica social, fazendo possível a análise dos repertórios de interpretação e não mais das comunidades interpretativas, o que nos faz pressupor que as audiências estão se desvinculando dos grupos ou comunidades formais num nível bastante mais complexo do que aquele proposto pelo interacionismo simbólico.

Quando se diluem as noções habituais de gênero advertimos que, na verdade, apenas se percebem aspectos muito superficiais de outra transfor-

¹⁸ Veja-se, entre outros, Heather Bromberg (1997), Lelia Green (1996), David Holmes (1997), David Porter (1997) e Howard Rheingold (1994 e 1996). Já a importância das WELL e os MUDs para a questão da identidade foi amplamente estudada por Broomberg (1997). BROMBERG, H. Are MUDs communities? Identity, belonging and consciousness in virtual worlds. In: SHIELDS, R. (ed.): *Cultures of Internet. Virtual spaces, real histories, living bodies*. London: Sage, 1997. p.143-152. GREEN, L. Technology and conversation: Construction and destruction of community, *Australian Journal of Communication*, 1996, v.23, n.3. p. 54-66. HOLMES, D. Virtual identity: communities of broadcast, communities of interactivity. In: HOLMES, D. (ed.). *Virtual politics. Identity & community in cyberspace*. Londres: Sage, 1997. p. 26-45. PORTER, D. (ed.) *Internet culture*. New York: Routledge, 1997. RHEINGOLD, H. *Realidad virtual*. Barcelona: Gedisa, 1994. _____ *La comunidad virtual. Una sociedad sin fronteras*. Barcelona: Gedisa, 1996.

mação mais profunda em curso. Nela estão envolvidas as noções de tempo e espaço nas relações. Uma vez que a simultaneidade de vivência é um intercâmbio desde sempre determinado pela realimentação instantânea entre as imagens (visuais e sonoras) e o mundo, passa a ter lugar uma inversão. E ela está no que até agora vimos chamando *representação*. Ao renunciarmos a consignar uma inauguração da ação representadora, difuminam-se as marcas que nos orientavam.

Os novos atores

Estamos conhecendo fenômenos que, em parte, herdamos de antigas mitologias (como o *Golem*) e outros que foram sonhados na literatura de ficção-científica (*Frankenstein, Dr. Jekyll e Mr. Hyde*). No cinema, consagramos heróis fantásticos, animadores de nossa visão do futuro: desde o *Cyborg* até *Guerra das Galáxias*, passando por *Flash Gordon* e *Star Trek*, culminando-se nos replicantes de *Blade Runner*. No século XX, evoluímos da posição que propugnava a existência das identidades submetidas à intervenção manipuladora da indústria cultural; passamos a admitir sua ação como prática significativa, o que lhe concedeu a condição de ser constitutiva da realidade. Instaure-se, na atualidade, um novo giro. Colocamo-nos frente à difusão de inéditas formas de identidade em comunidades virtuais: redes de comunicação digitalizada, organizadas para encontros virtuais, avatares, cibercafés, agentes e robôs, programas personalizados, personagens nos MUDs - *Multi-User Domains*, páginas *web* pessoais, personagens dos fóruns e *chats*, ficções interativas, *cybersoaps*, correio eletrônico, sistemas de mensagens interativas e tridimensionais são alguns dos processos que aportam outras frentes que reconfiguram a estruturação das identidades. Prosaicos, mas insubstituíveis para muitos, neles o caráter autêntico ou ficcional é anódino, ou seja, conta tanto como o valor da performance.¹⁸

Possibilita-se plasmar quimeras, mitos, arquetipos, próteses, imitações, miragens, clones, simulacros, perfis, *doublées* e replicantes. Adiciona-se

¹⁹O debate feminista sobre a ciência, gerou a potente figura do *cyborg* de Donna Haraway, o qual não só é parte máquina, parte humano (tal qual o agente designado para atuar na Guerra Fria na série televisiva norte-americana dos anos 70), mas também incorpora um sentido de diferença. Sarah Kember (1998) interpreta sua contradição como uma proposição transformadora da ciência e da técnica, onde o reconhecimento da diferença se faz fundamental às pretensões femininas e feministas. KEMBER, S. *Feminismo, tecnología y representación*. In: CURRAN, J., MORLEY, D. e WALKERDINE, V. (comp.). Op. cit.

²⁰ FEATHERSTONE, M. *Global and local cultures*. In: BIRD, J. (ed.): *Mapping the futures: local cultures, global change*. Londres e Nova York: Routledge, 1993.

²¹ Desde outra via, há uma pragmática definição de Turkle (1997, p.33) acerca da cultura da simulação que sintetiza a nova concepção ao dizer: "*si te funciona quiere decir que tiene toda la realidad necesaria*".

a essa diversidade a ação mecânica de agentes de informação que podem selecionar, filtrar e matizar a dados requeridos por alguém. A identidade de autor na cibercultura orienta-se entre o anonimato, o apelido, o apócope, o pseudônimo, o sobrenome, os tocaios, a personagem, o hipocorístico, a senha, os homônimos e os heterônimos. Todos se constituem em recursos que podem obviar de alguma maneira a identificação da proveniência de seus usuários. Frente ao futuro, descortina-se o cenário dilacerante de que a identidade autoral se encaminhe a uma dupla articulação semântica entre autonomia e heteronomia.¹⁹

Por outra parte, e em outro nível de preocupação, a articulação entre o local e o global é o fenômeno que vem a construir um novo enquadramento para o tema da identidade. Ainda que se possa duvidar se a globalização implica efetivamente numa nova forma de imperialismo, para alguns autores ela propõe outro marco para a relação entre identidade, cultura, democracia e meios de comunicação (Cf. Featherstone, 1993).²⁰ Outros reafirmam simplesmente a impossibilidade de que o estado-nação continue sustentando as relações que possibilitam as construções de identidade (Cf. Gilroy, 1998). A surpresa atual provém da incógnita que concerne ao que poderá passar quando a comunicação prescindir de deslocamentos em áreas geográficas, desconhece pontos de vista políticos ou religiosos, categorias profissionais e tradições lingüísticas ou culturais. Que comunicação é essa? É possível que ela seja mais vertical ou mais horizontal do que nunca antes foi possível e, pela mesma linha de raciocínio, a maquinaria das indústrias culturais e seus produtos requerem ser admitidos como máquinas de pensar e virtualmente actantes.²¹

Beate Gersh (1998) faz referência a Internet como um *continuum* de apoderamento e alienação, onde as mulheres vêem nos computadores *um símbolo de tudo aquilo que elas não são*, enquanto sua estrutura não hierarquizada, ausência de atributos de classe entre emissor e receptor, operações alheias a padrões de ganhos e perdas e acesso faci-

enquanto sua estrutura não hierarquizada, ausência de atributos de classe entre emissor e receptor, operações alheias a padrões de ganhos e perdas e acesso facilitado estejam em acordo com as propostas feministas. Estima-se temerário, no entanto, avaliar se estaria reproduzindo relações de gênero pré-existentes ou facilitando sua reconceitualização.

A apologia de um contexto emergente de globalização vem a somar-se ao mosaico pré-existente de situações onde o sentido que conforma a participação da diferença cultural estava corroborado em termos que o propunham relevando a exclusão social. Entretanto, claro está que os novos processos de comunicação não vêm a resolver os problemas sociais, jurídicos ou econômicos de quem os conformam, mas apresentam condições de organizar comunidades solidárias para a ajuda mútua. As comunidades virtuais, em que pese a sua desvinculação com uma série de aspectos institucionalizados (famílias e outros grupos primários e secundários), com suas condições de comunicação descentrada e não hierarquizada, operam através do desenvolvimento industrial resultante da convergência entre a informática e as telecomunicações. Portanto, eludir os interesses econômico- financeiros é ignorar uma série de determinações fundamentais à existência e acesso dos suportes materiais imprescindíveis ao seu uso.²²

Conclusão

Em conseqüência do exposto, cada vez mais requer-se determinar as possibilidades técnicas que a convergência dos recursos multimídia desnuda de consagradas terminologias. Ao adentrar nesse aparatoso e sofisticado mundo, pretende-se acreditar que podem ser encontradas soluções para grande parte dos obstáculos técnicos dispostos à aglutinação dos meios que o precederam. A tarefa adiante consistiria em enfrentar sua ação como um intertexto cultural, impondo-se a necessidade de gerar a compatibilidade terminológica correspondente à junção técnica e adequando seus aspectos formais de conteúdo. Insistimos em considerar que

²² Veja-se, entre outros, EVERARD, Jerry. *Virtual states. The Internet and the boundaries of the nation-state*. London and New York:Routledge, 2000.

há um gradiente onde a habilidade específica dos meios de comunicação na era pós-industrial passaria a ser algo mais que a progressiva reprodução mecânica de outras representações de um original. A proliferação de tecnologias e sua ampla difusão de imagens, ao saturar o espaço social, produziram uma perda de força representacional consolidada na Modernidade e que propiciava articular um evento com sua representação midiática. As fusões de fórmulas são manifestações tímidas de práticas cujos desdobramentos ainda estão por ser avaliados. Pode-se considerar que tanto dá que seja um deficiente físico, mulher ou negro, *hacker* ou adolescente, contanto que possam aceder às novas tecnologias, indispensáveis à comunicação, para configurar a aldeia global? A Internet pressupõe o exercício da liberdade, valor do cosmopolitismo na identidade, mas suas representações podem zarpar em direção à integração homogeneizadora, ainda quando se acredita estar promovendo a singularidade. As representações das identidades se assomam a uma realidade de desejo íntimo de plenitude; se elas acalentam esperanças adormecidas ou respondem a demandas sociais legítimas é um ponto a averiguar.

Devido a isso foi nossa pretensão refletir sobre algumas razões pelas quais não se pode tomar às representações das identidades como mera trama de signos. Indagando sobre a quantificação das identidades representadas pela ação das indústrias culturais, pode-se constatar que elas *são desiguais e numerosas* como constelações e o advento da *simulação das identidades* vem a implicar numa soma de magnitudes e multiplicidades. O quadro teórico atual permite constatar que não há consensos no tema. A oferta de representações identitárias é extremamente diversificada, operando onde há deficiência de legitimidade ou onde há em abundância; buscam aos cidadãos informados, aos grupos organizados e a toda gente, sem garantias de acesso universal, embora esse seja o seu horizonte utópico.

Recorando experiências históricas de amplo impacto, recolhemos o argumento de Julia Kristeva (1991) acerca da congregação da comunidade proto-

²³ O caráter imaginário que surge da concepção de Benedict Anderson (1983) sobre as *comunidades imaginadas* é convincente no sentido de conceder prioridade à inovação e não estabelecimento de qualquer grupo emergente. ANDERSON, B. *Imagined Communities: Reflections on the origin and spread of nationalism*. Londres: New Left Book, 1983.

-cristã, produzida contra os impérios e baseada no desejo de compartilhar valores. Ele pode ser válido para explicar o que se passa com as comunidades virtuais, mas temos que alertar sobre o que lhe sucedeu ao Cristianismo. Em poucos séculos permitiu a hegemonia do Império Bizantino e serviu de carga ao Império Romano e à Igreja Católica Apostólica Romana. Uma referência que permite refletir sobre a condição de que grande parte das condições de existência das identidades nas comunidades virtuais não são pertinentes somente ao imaginário simbólico, e sim a condições assentadas pela repartição dos interesses hegemônicos do capitalismo na produção de *hardware* e *software* informático.

Em síntese, temos que as representações identitárias se avocam a situações irremediavelmente díspares. E mesmo que as noções prevalentes nos estudos das práticas de significação *grosso modo* se dirijam às pugnas culturais assentadas socialmente, acreditamos ser pertinente afirmar o terreno de forte concorrência em que se estabelecem as representações.²³ Frequentemente, elas podem parecer - e recorde-se que *parecer é sua ontologia* - claramente dominadoras no espaço cultural devido a sua projeção pela indústria cultural. No entanto, as representações se enfrentam a outras ordens simbólicas e de valores. Sua vigência deve prevalecer sobre a natureza, as tradições e a ciência. Construir e manter tal prevalência não é pouco. Nossas relações sociais de todo dia, nossas identidades muito individualizadas são mantidas por complexos processos de mediações, sem esquecer as atividades de toda vida, o trabalho, a política, o sexo, a guerra, os quais concorrem para que a representação se ponha em segundo plano. Ademais, estas atividades se valem da representação como meio para seus fins. Portanto, a condição midiática das representações e simulações desencadeia vários aspectos que operam na construção das identidades.

Normas para encaminhamento de textos
para publicação em

ANIMUS

revista interamericana de comunicação midiática

Aceita-se textos sobre Comunicação escritos em Português, Inglês ou Espanhol.

Os interessados em enviar o texto para apreciação do Conselho Editorial devem fazê-lo através de uma cópia impressa e por *e-mail* ou disquete de 3 ½, gravado em padrão PC, de acordo com as seguintes normas:

- O texto deve ser entregue como documento do Word, salvo em *Rich Text Format* (*.rtf), fonte Times New Roman, corpo 12, espaço entre linhas de 1,5, linhas de aproximadamente 70 toques.

- O texto constará do título definitivo e autoria, com um mínimo de 20.000 caracteres e um máximo de 40.000 caracteres.

- Deverá ser um texto corrido, sem espaçamento entre títulos, parágrafos e subtítulos.

- Em qualquer das línguas que se escreva o texto, o mesmo deverá conter um resumo (Português), um *resumen* (Espanhol) e um *abstract* (inglês) de 4 linhas, acompanhados de suas respectivas palavras-chave, *palabras clave* e *key words*;

- As notas deverão vir antes da bibliografia, devidamente numeradas.

- O título deverá estar em caixa mista.

- A bibliografia deverá estar de acordo com as normas da ABNT vigentes.

- Deverá conter uma breve apresentação do autor, com referências sobre seu vínculo profissional ou acadêmico e formação, endereço e *e-mail*;

Deve ser enviada uma autorização para publicação, constando o título do trabalho, nome do autor e a cedência de direitos para "Animus";

- A comissão editorial compromete-se a dar notícia de sua aceitação ou não num máximo de 90 dias a partir de seu recebimento.

Segue-se uma demonstração:

Título

Autor

Texto de exemplo. Texto de exemplo. Texto de exemplo. Texto de exemplo. Texto de exemplo. Texto de exemplo. Texto de exemplo. Texto de exemplo. Texto de exemplo. Texto de exemplo. Texto de exemplo. Texto de exemplo.

Subtítulo

Texto de exemplo. Texto de exemplo. Texto de exemplo. Texto de exemplo. Texto de exemplo. Texto de exemplo. Texto de exemplo. Texto de exemplo. Texto de exemplo. Texto de exemplo. Texto de exemplo. Texto de exemplo.

Texto de exemplo. Texto de exemplo. Texto de exemplo. Texto de exemplo. Texto de exemplo. Texto de exemplo. Texto de exemplo. Texto de exemplo. Texto de exemplo. Texto de exemplo. Texto de exemplo. Texto de exemplo.

Notas

1 Exemplo.

Bibliografia

Endereço:

Dirección:

Adress:

ANIMUS

**revista interamericana de
comunicação midiática**

**Núcleo de Editoração
Multimídia**

UFSM - Cidade Universitária
Prédio 21 - Sala 5242
Camobi, Santa Maria - RS
Brasil
CEP: 97105-900

poscom@ccsh.ufsm.br

Fone/fax: (55) 55 220 8491